



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – AMERICA LATINA

GRIÔS SAPATONAS BRASILEIRAS E LAMPIÃO DA ESQUINA

**O CONTRASTE DAS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA FONTE
ORAL E NA FONTE ESCRITA.**

ARIANA MARA DA SILVA

Foz do Iguaçu

2015



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

HISTÓRIA – AMERICA LATINA

GRIÔS SAPATONAS BRASILEIRAS E LAMPIÃO DA ESQUINA
O CONTRASTE DAS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA FONTE
ORAL E NA FONTE ESCRITA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo F. Bonciani
Coorientadora: Profa. Dra. Andreia Moassab

Foz do Iguaçu

2015

ARIANA MARA DA SILVA

GRIÔS SAPATONAS BRASILEIRAS E LAMPIÃO DA ESQUINA
O CONTRASTE DAS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA FONTE
ORAL E NA FONTE ESCRITA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e
História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em História –
América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo F. Bonciani
Coorientadora: Profa. Dra. Andreia Moassab

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo F. Bonciani
UNILA

Coorientadora: Profa. Dra. Andreia Moassab
UNILA

Profa. Dra. Angela Maria de Souza
UNILA

Foz do Iguaçu, 06 de outubro de 2015

*Dedico este trabalho a minha falecida mãe Maria Cicera Da Silva
e a minha sobrinha Maria Vitória da Silva “Michelinho”
que, respectivamente me ensinou e ensina, todos os dias,
a ter paciência, sabedoria e fé nos seres humanos!*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Rodrigo Bonciani, por me deixar livre para criar e pelas correções.

A minha coorientadora, Andreia Moassab, pelas discussões, conselhos, correções e presença constante.

A profa. Angela Souza, pelo acompanhamento e ensinamentos durante os quatro anos da graduação, mesmo que nunca tenhamos nos cruzado em sala de aula, como professora e estudante.

Aos meus amigos Bruno Silva e Vinícius Maderi por se fazerem mais que presentes, especialmente quando meus estados psicológico, afetivo e financeiro estavam extremamente abalados.

Ao Henrique Lacerda por me suportar até o fim. Eu sei que não foi fácil amigo.

Aos meus colegas, hoje amigos, Paulo Junior e Tania Rodriguez, pela inteligência, prestatividade e incentivos para me tornar uma estudante cada vez melhor.

A (Maria José de Souza) Mazé, por ter me recebido em Foz do Iguaçu de braços e coração abertos.

As minhas Griôs Sapatonas, Heliana Hemetério, Neusa das Dores, Rosangela Castro e Soraya Menezes pelas entrevistas, conversas e sorrisos.

Por último, mas não menos importante, a minha família, Aniele, William e Ariel que apesar de todas as dificuldades sempre me apoiaram incondicionalmente.

*(...) quando somos amadas nós temos medo
o amor vai acabar
quando estamos sozinhas nós temos medo
o amor nunca vai voltar
e quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo
então é melhor falar
lembrando que
não esperavam que sobrevivêssemos.*

*Uma ladainha por sobrevivência
Audre Lorde*

SILVA, Ariana Mara da. **Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita.** 2015. 113 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

O jornal *Lampião da Esquina*, voltado ao público gay com circulação nacional entre os anos de 1978 e 1981, surge no contexto da ditadura militar brasileira como a alternativa que discutia além das questões acerca da sexualidade outros pontos polêmicos da vida cotidiana. Era um meio de comunicação que desnaturalizava as desigualdades de gênero. E por que não as raciais interseccionadas as questões de gênero? Criado no final do período ditatorial brasileiro é considerado um dos maiores ícones do movimento homossexual. Suas 37 edições foram vendidas em bancas de revistas e jornais do Brasil todo durante três anos e três meses e foi o primeiro periódico brasileiro que abordou a homossexualidade de forma pontual. Busca-se aqui então, verificar como se deu a representação das identidades lésbicas negras, presenças constantes nos Movimentos Negro, de Mulheres e LGBT, no *Lampião da Esquina* com o objetivo de responder as seguintes questões: as lésbicas negras foram representadas no *Lampião da Esquina*? Qual a relação dessas mulheres com o periódico? Elas se veem representadas no jornal?

Palavras-chave: Lésbicas Negras; *Lampião da Esquina*; Gênero; Raça, LGBT.

SILVA, Ariana Mara da. **Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita.** 2015. 113 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

ABSTRACT

The Lampião da Esquina newspaper, facing the gay community with national circulation between 1978 and 1981, arises in context of Brazilian military dictatorship as the alternative in addition to issues of sexuality other controversial aspects of everyday life. It was a means of communication that denaturalize gender inequalities. Why not racial intersecting gender issues? Created at the end of the Brazilian dictatorial period is considered one of the greatest icons of the homosexual movement. His 37 editions have been sold in newsstands across Brazil's for three years and three months and was the first Brazilian journal that addressed homosexuality in a careful manner. Search up here then check how was the representation of black lesbian identities, constant presence in the Black, Women and LGBT movements, in the Lampião da Esquina with the objective to answer the following questions: black lesbian were represented in Lampião da Esquina? What is the relationship of these women to the newspaper? They see themselves represented in the paper?

Keys word: Black Lesbian; Lampião da Esquina; Gender; Race, LGBT.

SUMÁRIO

1. O JORNAL DAS “BEE” NA MÃO DA HISTORIADORA	9
2. DIALÉTICAS IDENTITÁRIAS	16
2.1 ALÉM DO RG	16
2.2 AS FANCHAS QUE SÃO COCAS	22
3. ARROMBANDO AS PORTAS DOS ARMÁRIOS ONDE NÃO MAIS CABEMOS	34
3.1 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO NEGRO	36
3.2 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA	47
3.3 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO LGBT	52
3.3.1 O Arrombamento Sapatônico	60
4. LAMPIÃO DA ESQUINA E O ESCURECIMENTO DO MUNDO ARCO-ÍRIS	67
4.1 ESCURECENDO OS BECOS FEMINISTA, FEMININO E LÉSBICO	72
4.2 ESCURECENDO OS GUETOS DA NEGRITUDE	82
4.3 ESCURECENDO AS ESQUINAS INTERSECCIONADAS DAS GRIÔS SAPATONAS	91
4.4 E O ESCURO CLAREOU...	99
5. ESSAS TAIS CRIATURAS: NEGRAS EM MARCHA CONSTANTE	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	110
ANEXO A – ORGANIZAÇÕES LÉSBICAS NO BRASIL	111
ANEXO B – PERIÓDICOS LÉSBICOS NO BRASIL	112
ANEXO C – OPERAÇÃO SAPATÃO	113

1. O JORNAL DAS “BEE” NA MÃO DA HISTORIADORA

O *Lampião da Esquina*, jornal voltado ao público homossexual com circulação nacional entre os anos de 1978 e 1981, surge no contexto da ditadura militar brasileira como a alternativa que discutia além das questões acerca da sexualidade outros pontos polêmicos da vida cotidiana. Era um meio de comunicação que desnaturalizava as desigualdades de gênero. E por que não as raciais interseccionadas com as questões de gênero?

Criado no final do período ditatorial brasileiro é considerado um dos maiores ícones do movimento homossexual. Suas 37 edições foram vendidas em bancas de revistas e jornais do Brasil todo entre os anos de 1978 e 1981 e, de acordo com Garcia e Schultz (2011), foi o primeiro periódico brasileiro que abordou a homossexualidade de forma pontual. O jornal em questão fazia parte tanto de um movimento de resistência contra a ditadura militar quanto de um processo de “(re)afirmação homossexual, acompanhando os múltiplos processos de construção(ções) identitária(s) pelos quais este grupo passou nesse período, cujas consequências nos afetam ainda hoje” (SIMÕES JR., 2006, s/p).

O editorial do número experimental do *Lampião da Esquina* destaca que o objetivo do jornal é mostrar para o homossexual a importância de recusar para si e para outras minorias uma condição de casta, pois não estão nem acima nem abaixo das outras camadas sociais, assim como a importância de não viver em guetos ou erguer bandeiras que o estigmatizem. Outro objetivo explícito do jornal é mudar a imagem do homossexual exclusivamente como caricatura feminina, predominante até a década de 1970, e mostrar um sem fim de tipos homossexuais, atravessados pelas mais variadas características femininas, masculinas, classe social e posição político partidária. “As múltiplas identidades e as variadas representações, em especial das muitas masculinidades e homossexualidades, permeiam, assim, as páginas de *Lampião*” (SIMÕES JR., 2006, s/p).

A proposta de transversalizar as múltiplas identidades homossexuais foi o que permitiu ao *Lampião da Esquina* expor variadas representações em suas páginas, marcando, dessa forma, a característica central do jornal: dar voz a “todos os grupos

injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão (...)” (LAMPPIÃO, n.0, p. 2).

Foi esse objetivo/característica do *Lampião da Esquina* que instigou, inicialmente, a pesquisa que deu origem a esse trabalho. Após esse primeiro passo a busca de materiais bibliográficos sobre o jornal, ainda sem recorte exato, demonstrou uma quantidade bastante superior de artigos, monografias, teses e dissertações tratando da relação entre o *Lampião* e a homossexualidade masculina frente às mulheres e a lesbianidade. Apenas um dos trabalhos encontrados pautava como o jornal abordava a homossexualidade interseccionada com a raça, *Um exercício de interseccionalidade: o discurso (acerca) de ativistas e artistas negrxs e as inserções de Leci Brandão no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)* de 2014 escrito por Alex Ratts. Foi a soma das etapas desse primeiro percurso que suscitou as seguintes questões: as lésbicas negras foram representadas no *Lampião da Esquina*? Qual a relação dessas mulheres com o periódico? Elas se veem representadas no jornal? Levantadas essas questões tornou-se necessário definir maneiras de encontrar suas respostas.

Inicialmente, foi realizada a análise de conteúdo do *Lampião da Esquina* com a finalidade de examinar excessiva, exaustiva e extensivamente todos os números do jornal na busca por imagens ou menções tanto às lésbicas negras como outras categorias onde elas pudessem estar inseridas como negros, mulheres e homossexuais. Durante esse processo verificou-se a necessidade de um segundo método que abarcasse de maneira ampla uma temática tão abrangente como as identidades lésbicas negras. Justamente pelo objeto do trabalho ser essas identidades, a opção pela História Oral pareceu a mais acertada no momento, primeiro porque ela estimula a discussão interdisciplinar pela diversidade de práticas e temas que ela possibilita, depois porque o período de circulação do *Lampião da Esquina*, 1978 a 1981, é recente permitindo a escuta de pessoas que vivenciaram aquele contexto. Surge então a dúvida: quem entrevistar?

Como mencionado por Aguinaldo Silva, no número dez do *Lampião*, quem melhor que as mulheres para falar sobre mulheres? Tomando emprestada a expressão, quem melhor que as lésbicas negras para falar sobre lésbicas negras? A

busca por essas mulheres foi feita em fóruns de discussão na internet sobre lesbianidade negra e chegou-se a quatro nomes de mulheres lésbicas negras: Heliana Hemetério, Neusa das Dores Pereira, Rosangela Fernandes de Castro e Soraya Menezes, todas militantes em movimentos diversos, do período de circulação do *Lampião da Esquina* até os dias atuais.

Heliana Hemetério é historiadora, tem sessenta anos, iniciou sua militância no Movimento Negro do Rio de Janeiro e foi a única que relatou sua idade. A entrevista com ela foi realizada durante o oitavo Seminário Nacional de Lésbicas – VIII SENALE que ocorreu na cidade de Porto Alegre, entre os dias 29 de maio e 01 de junho de 2014. Neusa das Dores Pereira é professora, iniciou a militância no Movimento Sindical de Professores e no Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro. Atualmente é diretora/presidenta da Organização Não Governamental Coisa de Mulher que funciona como um centro de documentação e realiza oficinas de capacitação de mulheres na cidade do Rio de Janeiro. Inclusive, foi entrevistada nas dependências da ONG no dia 19 de setembro de 2014. Rosangela Fernandes de Castro não falou sobre sua profissão, atualmente trabalha na Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do Rio de Janeiro, já foi presidenta do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa que atua na capital carioca e em Salvador e iniciou sua militância no Movimento Negro e no Movimento LGBT, mais especificamente no Movimento de Lésbicas, alternando entre a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro. A entrevista com Rosangela foi realizada em seu local de trabalho, após o período de seu expediente em dois dias diferentes, 17 e 18 de setembro de 2014. Soraya Menezes iniciou sua militância no Movimento Sindical, especificamente no Sindicato da Saúde Privada de Minas Gerais – SINDEESS e, mais tarde tornou-se diretora da Associação de Lésbicas de Minas – ALEM. A entrevista com ela aconteceu no dia 05 de setembro de 2014, no Conservatório Mineiro de Música na cidade de Belo Horizonte enquanto ela aguardava sua filha sair da aula de coral.

Foram entrevistas regadas por muito humor, receptividade e afetividade que duraram entre 50 e 70 minutos. Havia um roteiro de entrevista temática, elaborado durante o período de análise de conteúdo do *Lampião da Esquina*, mas antes mesmo da primeira entrevista optou-se pela troca para história de vida, com base no seguinte

As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados (KARPINSKY; MONTYSUMA, 2010, p.66)

As experiências de vida dessas mulheres se entrecruzam com uma parte importante da história do Brasil, o período da Ditadura Militar e de reorganização dos Movimentos Sociais. Para homossexuais é um período particularmente conturbado já que tudo o que fugia do “normal e naturalmente” aceitável era duramente combatido, rechaçado e reprimido. Logo, a entrevista de história de vida conseguiu abarcar também aspectos da vida privada que se conectam com as movimentações coletivas.

Os Movimentos Negro, LGBT e de Mulheres lutavam naquele momento para romper com o socialmente imposto, inclusive a linguagem. Se apoderar de termos depreciativos para afirmação foi parte das ações empreendidas por esses movimentos. Por isso o presente trabalho utiliza parte do palavreado, vigente ainda hoje, empregado em encontros dos movimentos aqui abordados e no próprio *Lampião da Esquina*. Essa informação é de suma importância para o entendimento dos títulos e conteúdos dos capítulos aqui escritos, como essa primeira parte do trabalho que seria uma introdução qualquer, com metodologia, justificativa e objetivos, caso o título não contivesse a palavra “bee”, que pode significar tanto abelha no idioma inglês como uma contração de “beecha” de uso constante entre pessoas LGBTs.

É válido destacar que esse trabalho de conclusão de curso é militante, assim como a autora dele que se identifica como mulher lésbica negra feminista. Mulheres, negros e indígenas passam a frequentar as universidades a partir da década de 1960, ainda assim, os processos de subalternização reificados continuam vigentes, visibilizando sempre autores brancos europeus através de citações e produções acadêmicas. A inserção tanto dos estudos feministas quanto dos estudos descoloniais na academia desconstrói conceitos como objetividade e universalidade, através da inclusão de militantes no círculo de produção acadêmica, que passa a articular conceitos, corpos e lugares (OLIVEIRA, 2012). Todo esse trajeto permite que hoje,

uma lésbica negra feminista, militante do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento de Lésbicas, esteja produzindo conhecimento sobre suas pares e com o viés militante que, geralmente, marca a posição de grupos denominados minorias na academia.

O capítulo 1, “Dialéticas Identitárias”, faz uma discussão teórica acerca da construção das identidades lésbicas negras e conforma dois subcapítulos: o primeiro, “Além do RG”, conceitua o que é identidade, fazendo um trocadilho com o documento de identificação imposto pelo Estado brasileiro, é impossível “ser” no Brasil sem uma carteira de identidade, perde-se o acesso a todos os direitos civis sem esse documento; o segundo, “As cocas que são fanchas”, trata exclusivamente das identidades de lésbicas negras, com uma perspectiva interseccional de gênero, raça e orientação sexual, utilizando o subterfúgio de um ditado popular amplamente empregado no país, “essa coca é fanta” que significa algo que não é o que parece. Corre pelos corredores LGBTs que a palavra fancha, lésbica na linguagem informal, deriva da fanta dessa expressão. Coca, nessa expressão, tem o significado de “preta”, assim como algumas pessoas se referem a cerveja como “loira”, ainda que não seja o termo politicamente correto, “preta” é uma maneira carinhosa de se referir a pessoas do ambiente afetivo em lares de todo o Brasil, seja de uma família negra ou não.

O capítulo 2, “Arrombando as portas dos armários onde não mais cabemos” é dividido em três subcapítulos: “Arrombando as portas do Movimento Negro”; “Arrombando as portas do Movimento Feminista” e “Arrombando as portas do Movimento LGBT”, que possui um item intitulado “Arrombamento sapatônico”. A palavra arrombar, no vocabulário informal, está diretamente relacionada a sexo violento, especificamente, ao sexo anal violento muito vinculado no imaginário social aos homossexuais, mas como ela possui diversos sinônimos foi utilizada com o significado de romper as amarras da sociedade e se mostrar nos movimentos sociais. A temática do armário, extremamente recorrente na comunidade LGBT possui um lugar reservado no trabalho, por isso não cabe aqui uma explicação precisa. De qualquer maneira, vale ressaltar que esse capítulo aborda a mobilidade das lésbicas negras dentro dos movimentos dos quais fizeram parte, assim como as dificuldades encontradas de tratar de suas demandas em cada um deles.

O capítulo 3, “*Lampião da Esquina* e o escurecimento do mundo arco-íris” possui quatro subcapítulos: “Escurecendo os becos feminista, feminino e lésbico”, “Escurecendo os guetos da negritude”, “Escurecendo as esquinas interseccionadas das Griôs Sapatonas” e “E o escuro clareou...”. Escurecer e escuro nesse capítulo carregam um significado inverso do “original” (obscurer, sem luz). Como a palavra clarear e seus derivados são sempre usados com conotação positiva frente a todos os termos que derivam da palavra escurecer, algumas pessoas do Movimento Negro passaram a inverter os significados. Logo, em uma plenária de alguns grupos do movimento faz-se “uma questão de escurecimento” no lugar de “uma questão de esclarecimento”, nesse sentido, inverter o significado das palavras nos títulos desse capítulo é o que dá sentido a eles. “Griôs sapatonas” foi a expressão utilizada por Heliana Hemetério no II Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras, realizado em Curitiba nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2015, para designar as mulheres lésbicas negras que se colocaram na militância com essa identidade na década de 1970. Neusa das Dores e Rosangela Castro, também estavam presentes no evento. O termo Griô é um abasileiramento do termo Griot definido como o arcabouço do universo da tradição oral africana.

O termo tem origem nos músicos genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país (LEI GRIÔ NACIONAL, s/d).

Esse terceiro capítulo aborda a inserção do *Lampião da Esquina* nos movimentos sociais e na vida das lésbicas negras entrevistadas, o escurecimento dos caminhos diversos.

Por último, a conclusão do trabalho está no capítulo “Essas tais criaturas: negras em marcha”. É a única parte do trabalho que tem um título tão particular: a mistura dos nomes de duas músicas que são compostas e cantadas por ativistas lésbicas negras. “Essa tal criatura”, de Leci Brandão, personagem desse trabalho também, foi composta e gravada em 1980 pela gravadora Polydor e tem uma poética de lesbianidade, a declaração de uma mulher para outra. A segunda música, “Negras em marcha” é uma

gravação independente de Luana Hansen, do ano de 2015, onde ela relata o histórico de luta das mulheres negras brasileiras que lutam todo dia contra o racismo e a violência em prol do bem viver. A musica foi composta em homenagem a Marcha das Mulheres Negras 2015 que vai acontecer no dia 18 de novembro em Brasília. A relação entre as duas cantoras foi feita em um sentido de continuidade do ativismo¹ negro lésbico, assim como a militância das lésbicas negras atualmente está em transição de mãos, conforme relatos do II Seminário Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais. A própria Leci Brandão aparece no clipe da musica dublando a Luana Hansen, como se tivesse encontrado uma sucessora para o seu ativismo lésbico negro.

Vale destacar a construção desse trabalho de maneira costurada, como uma colcha de retalhos, onde cada parte é uma continuidade da anterior e o arremate acontece apenas no último capítulo, como o acabamento caprichado de uma griô negra.

¹ Ativismo é o nome dado a ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais. Atualmente, algumas cantoras lésbicas negras são consideradas “ases” desse ativismo iniciado no Brasil por Leci Brandão, como as MCs Luana Hansen e Dory Oliveira que cantam sobre feminismo, mulher negra e lesbianidade dentre outros temas.

2. DIALÉTICAS IDENTITÁRIAS

2.1 ALÉM DO RG

O presente capítulo tem por objetivo discorrer sobre identidades, especificamente, as identidades de mulheres lésbicas negras. O objetivo do trabalho é verificar como se deu a representação das lésbicas negras no jornal *Lampião da Esquina* logo, ressalta-se aqui a importância do contato entre os aspectos teóricos do debate com as experiências relatadas através de entrevistas com lésbicas negras que tiveram contato com o jornal no período em que ele foi publicado.

Primeiramente, importa delimitar o conceito de identidade, questão muito discutida na teoria social, porque constantemente velhas identidades estão em declínio e novas identidades estão surgindo causando uma fragmentação do indivíduo moderno, visto antes como sujeito unificado (HALL, 2001). Stuart Hall, sociólogo jamaicano, radicado na Inglaterra, pesquisador responsável pela ampliação do campo dos estudos culturais, destaca a ocorrência do deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas alterando os quadros de referência que davam a noção de estabilidade no mundo social. O autor não apresenta identidades bem delimitadas, mesmo porque acredita que as identidades modernas são deslocadas e fragmentadas, afirmando que o mundo pós-moderno produz mudanças constantes nas identificações. Interessa destacar a distinção que ele faz de três concepções de identidade: 1) a do sujeito pós-moderno que tem em si identidades contraditórias; 2) o sujeito centrado do iluminismo e; 3) a identidade que se dá pelas relações sociais, ou seja, a interação entre sujeito e sociedade que faz parte da concepção sociológica de identidade (HALL, 2001).

O conceito apresentado por Hall dialoga com o conceito de identidade desenvolvido por Catherine Walsh, linguista decolonial estadunidense radicada no Equador em *Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado* (2008). A raça, segundo a autora, é um instrumento chave de controle e dominação imposto à população mundial devido às

ambições do domínio colonial europeu, é a sublevação da colonialidade, a insurreição da colonialidade do poder. Com base nos discursos de autores do chamado **pensamento decolonial**², Walsh se concentra em pelo menos quatro eixos entrelaçados da colonialidade: 1) a *colonialidade do poder*, o estabelecimento de um sistema de classificação social baseado em critérios raciais e sexuais que distribui as identidades sociais classificando os sujeitos como superiores ou inferiores dependendo se são brancos, mestiços, indígenas ou negros, homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais, como um padrão onde as identidades masculina e branca são tidas como superiores as feminina e negra, por exemplo; 2) a *colonialidade do saber*, o eurocentrismo como única perspectiva do conhecimento descartando outras racionalidades epistêmicas e utilizada como dispositivo de dominação, a razão colonial; 3) *colonialidade do ser*, inferiorização, subalternização e desumanização de quem não está incluso na racionalidade formal, o trato da não existência, ou seja, a relação entre razão/racionalidade e humanidade colocando negros e indígenas como bárbaros, não modernos e não civilizados, logo não existentes e; 4) *colonialidade da mãe natureza e da vida*, a divisão binária da natureza e da sociedade onde o mágico, o espiritual e o social é descartado, ou seja, um modelo de sociedade moderna e racional com raízes euro-americanas e cristãs (WALSH, 2008, p. 136-139).

Walsh concorda com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) sobre o processo de colonização ser fundante da colonialidade. Quijano afirma que a partir da invasão da América houve uma codificação das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. A ideia de raça colocava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros no estabelecimento das relações de dominação que a conquista exigia. Dessa forma as relações vão sendo construídas baseadas em identidades sociais historicamente novas (negro, índio, mestiço) na América. Identidades essas diretamente associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais definindo assim um padrão de dominação. As relações de superioridade/inferioridade

² Entre os principais expoentes do pensamento decolonial estão: Aníbal Quijano, sociólogo peruano; Enrique Dussel, filósofo argentino; Walter Mignolo, semioticista argentino; Immanuel Wallerstein, sociólogo estadunidense; Ramón Grosfoguel, sociólogo porto-riquenho; dentre tantos outros. Essa lista tem diversos outros intelectuais, dentre eles, Catherine Walsh, que fazem parte do Grupo Colonialidade/Modernidade, fundado em 1998, criado a partir da ruptura com os estudos subalternos latino-americanos que já eram uma ruptura com o pós-colonialismo.

são mais antigas que a chegada dos europeus na América, o diferencial deste momento é que a raça se converteu em critério básico para definir as estruturas de poder na sociedade. O critério colonial de racialização da população é expandido para outras relações sociais e se tornou um instrumento de dominação social universal porque outro critério, também universal e mais antigo que esse, o intersexual ou de gênero, passou a depender dele (QUIJANO, 2005, p.229).

Segundo Sueli Carneiro (2003), doutora em educação e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, a violência imposta às mulheres negras e indígenas pelos senhores brancos e a miscigenação forçada, consequência desse processo, é a origem da construção das identidades nacionais latino-americanas. No Brasil a violência sexual colonial, encoberta pelo mito da democracia racial, é o alicerce das hierarquias de gênero e raça. Carneiro destaca ainda que a negação do papel da mulher negra na construção da cultura nacional, a erotização da desigualdade entre homens e mulheres e a conversão em romance da violência sexual contra as mulheres negras não ficou na história, mas foi incorporada ao imaginário social e ganhou novos contornos numa suposta democracia que mantém as mesmas relações de gênero de acordo com a cor ou raça, como no período da escravidão. Logo, a opressão contra as mulheres negras é qualitativamente distinta do discurso clássico da opressão de gênero, pois a experiência da identidade feminina negra foi e ainda é diferente, dificultando para essas mulheres a inserção de demandas específicas em alguns grupos dos quais fazem parte. Essa dificuldade de discutir questões inerentes à mulher negra é relatada por Neusa das Dores quando fala sobre os homens do Movimento Negro

É o patriarcado e aí não quer compreender, sabe?! Da mesma forma que a gente fala dos brancos. Quando o cara entende que ele é um beneficiário do patriarcado fica mais fácil trabalhar com ele, mas são pouquíssimos que conseguem entender isso. É igual o branco entender que ele é beneficiário do racismo. A gente bate muito no branco dizendo isso pra ele, mas não bate nos nossos companheiros homens dizendo isso pra eles, você é um beneficiário do patriarcado. Você anda sem camisa no verão porque você é um beneficiário do patriarcado. Vai você andar sem camisa no verão, você não sente calor não?! Vai você fazer xixi como eles fazem...você é um beneficiário do patriarcado e não entende isso. Chega em casa a comida tem que tá pronta, o filho tem que ter ido à escola, mas ele não teve nada com isso. (...). A gente fala muito do aborto da mulher, mas não fala do aborto do homem. Porque eles fazem o filho e vão embora, ninguém fala desse aborto, entendeu?! Então é ... são questões que você traz, na hora que você traz pra discutir "ah lá vem você!", entendeu?! (Neusa das Dores Pereira, 2014)

Essa distinção é explicada pelo que Andreia Moassab, urbanista doutora em comunicação e semiótica, define como **fascismo simbólico** no artigo *As mulheres, as brasileiras e as batalhas simbólicas*. Emprestando os conceitos de fascismo social³, utilizado por Boaventura dos Santos, e de violência simbólica⁴, empregado por Pierre Bourdieu, a autora explica o fascismo simbólico como “a ausência de negociação na produção de sentidos, em que a parte dominante da sociedade impõe um lugar de fala a determinados grupos subalternos, entre os quais, as mulheres” (no prelo, p.3). O fascismo simbólico diz respeito à construção dos valores do poder hegemônico, enquanto tudo o que se encontra fora desses valores é silenciado, distorcido e categorizado como inferior ou perigoso, eles são impostos autoritariamente sem lugar para questionamentos, por isso a adequação metafórica com o fascismo. Nessa construção simbólica, grupos inteiros são inferiorizados, as violências cotidianas e preconceitos diversos são naturalizados e internalizados gerando a falta de reflexões críticas. Ou seja, mecanismos instintivos e espontâneos tomam o lugar da reflexão levando a sociedade a produzir e reproduzir valores hegemônicos e a subalternização de grupos minoritários.

Se ambas as mulheres (negras e brancas) são designadas pelos seus atributos físicos, em uma sociedade claramente androcêntrica cujo lugar imposto à mulher é de objeto de adorno, o hip-hop e o movimento negro vêm demonstrando as diferenças raciais somadas ao preconceito de gênero. Desta forma, a mulher negra, entre os “objetos de adorno”, é usualmente mais vulgarizada e desvalorizada que a mulher branca. Esta mesma sobreposição de gênero e etnia será observada no que diz respeito à mulher brasileira no exterior. (MOASSAB, no prelo, p. 4)

O poder e a alteridade são protagonistas no processo de construção da identidade porque quem pode enunciar a diferença é quem tem o poder, uma vez que as identidades subalternizadas são impostas pelo que Louis Althusser, filósofo francês de origem argelina, define como Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE. De acordo com Althusser (2001) o Aparelho Repressivo do Estado (ARE) é o próprio Aparelho do

³ Segundo Boaventura dos Santos, fascismo social é “(...) um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SANTOS, B.V.S., 2006, p. 16).

⁴ A violência “branda, insensível, invisível para as suas próprias vítimas, que se exerce no essencial pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, no limite, do sentimento” (BOURDIEU, 1999, p. 1).

Estado, detentor do Governo, da Administração, do Exército, da Polícia, dos Tribunais, das Prisões, etc., ou seja, age, no limite, por meio da violência, não necessariamente física porque a repressão administrativa, por exemplo, pode ser realizada sem ser por meio da violência física. Logo, os Aparelhos Ideológicos do Estado são os que agem através da ideologia, da classe dominante, mas sem o uso da violência, essa seria a diferença básica de acordo com Althusser (2001). Não significa dizer que os AIEs agem somente pela ideologia e o AREs somente pela violência. Quando se trata dos AIEs a violência fica no plano secundário, assim como nos AREs a ideologia é que assume um papel secundário, mas está presente o tempo todo.

Sendo as identidades sempre múltiplas, pois, todos têm raça, origem, classe social, orientação sexual e assim por diante, a multiplicidade de indivíduos cria e mantém um sistema de entendimento onde os espaços, as funções, possibilidades e limitações são necessárias para estabelecer uma estrutura social, dentro da lógica colonial capitalista. A questão em si não são as identidades, mas sim as desigualdades criadas, explicadas e naturalizadas nos contextos sociais onde estão inseridas.

Conforme aponta o sociólogo Manuel Castells (1999, p. 22) a fonte de tensão e contradição na autorrepresentação e na ação social está na pluralidade das identidades, nas identidades múltiplas. Ainda assim, não se deve desconsiderar o fato de os determinantes simbólicos dessas identidades serem definidos por normas estruturadas por organizações e instituições dominantes na sociedade. Logo, o questionamento de como, a partir de quê, por quem, para que esse processo de identificação acontece é de fundamental importância na percepção do contexto onde se dá. Segundo Castells (1999, p. 24) o ser humano não é predeterminado e está constantemente em construção, desconstrução e reconstrução das referências sociais, numa dinâmica de identidades. É um processo que podemos observar logo na apresentação de uma das entrevistas realizadas para esse trabalho

Eu sou Rosângela Castro, lésbica negra, gosto sempre de colocar que eu sou lésbica negra, eu não sou uma negra lésbica. Porque assim, a minha... eu sempre me identifiquei como lésbica e o processo de embranquecimento da minha família foi muito cruel, né?! Eu sou daquela geração que passou henê, que passou pasta, que passou todas aquelas coisas no cabelo, que tinha a questão mesmo do embranquecimento, né?! Então pra mim era muito mais fácil eu me assumir enquanto lésbica, até porque era uma coisa que as pessoas não viam, ou que eu achava que não viam, né, do que a questão da

negritude. Ainda mais que eu tenho a pele mais clara né, então... e ainda mais no sudeste né, que tem aquela afirmação da mulata, da morena né, de todos aqueles estereótipos que a gente tem em relação às mulheres negras, né, então pra mim sempre foi muito mais fácil (Rosângela Castro, 2014).

A construção da identidade é um processo social que ocorre num contexto de relações de poder, como apontado anteriormente, e pode ocorrer de três diferentes formas e/ou origens, conforme Castells (1999, p. 24): 1) *identidade legitimadora*, concebida por organizações e instituições dominantes para manter a dominação sobre atores sociais, padronizada; 2) *identidade de resistência*, composta por atores sociais desvalorizados ou estigmatizados pela lógica dominante que constroem alternativas de resistência e sobrevivência de forma coletiva frente a opressão e; 3) *identidade projeto*, com base no material cultural disponível os atores sociais constroem uma nova identidade que redefine seus lugares na sociedade e transforma o conjunto da estrutura social. As definições apresentadas por Manuel Castells mostram possibilidades quando o assunto gira em torno de dominações e opressões porque os lugares das identidades podem produzir também a resistência, ou seja, as posições tanto de um lado quanto do outro não são somente excludentes ou únicas, são mutáveis assim como as identidades. A entrevistada Heliana faz uma fala parecida com a de Castells ao discutir vulnerabilidade

Perceber né, que ser militante e ter noção de quem se é faz com que facilite o nosso cotidiano. Não tira nossa dor. Agora também não faça o discurso vitimista, né?! Nós não somos sofrendores, nós somos pessoas que temos nossos direitos negados e esses direitos negados nos traz sofrimento e por isso eu carrego dores na minha alma. Eu não carrego dores na alma porque eu sou preta e sou inferior. As minhas dores vem da maneira cruel e silenciosa como essa sociedade me trata. A minha dor vem da minha subjetividade que me fragiliza e me entristece, né?! O racismo me deixa, eu não sou uma mulher vulnerável, o racismo me deixa em determinados momentos vulnerável. Eu não sou vulnerável, sabe?! Também é um discurso muito babaca, vulnerável não, nós não somos vulnerável não, vulnerável é o que tá em torno e faz com que ela fique vulnerável naquele momento. Então nós estamos vulneráveis a polícia essas coisas, a violência, porque o racismo nos coloca nesse lugar de vulnerabilidade. Porque enquanto pessoas nós não somos vulneráveis (Heliana Hemetério, 2014).

Dentro dessa lógica podemos pensar como as identidades perpassam as relações de gênero e sexualidade numa sociedade definida por Tânia Pinafi (2010) como andro-heterocentrada e homofóbica. Explicitando, se a sexualidade, como aponta a autora que é psicóloga e militante do Movimento Feminista, é orientada para a

complementariedade entre homens e mulheres, com base no sexo biológico, “impulsionando todos em direção a sexualidade positiva, ou seja, a heterossexualidade” (PINAFI, 2010, p. 899) ao mesmo tempo em que o sistema androcêntrico estabelece bases assimétricas de poder que oprimem as mulheres, percebemos que valores e hierarquias sociais estão diretamente relacionadas ao sexo biológico masculino e a heterossexualidade. Dessa forma, as orientações diversas que fogem dessa sexualidade positiva vão contra o sistema heteronormativo e acabam sendo estigmatizadas.

Considerando os apontamentos acima, escrever sobre lésbicas negras é dar um tratamento interseccional a essas identidades. Nunca elas serão apenas mulheres ou apenas negras ou apenas lésbicas, pois nesse processo de construção coletiva de identidades as barreiras para manter os sujeitos em determinados contextos políticos, econômicos e culturais incidem com maior força nelas. As identidades como processo social possuem significações e representações, parte das atividades humanas, produzem sentidos e afetam o social, ou seja, são também construções históricas. Construções essas que promovem a manutenção de privilégios e da ordem social hegemônica, tornando as identidades lésbicas negras vítimas de “discriminações cumulativas” (SILVA, 2009, p. 2), que traz como principal consequência a invisibilização dessas mulheres na sociedade. Afinal de contas, como diria Audre Lorde (1983): não existe hierarquia de opressão. A autora autodeclarada “negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta” explica ter aprendido que a origem do sexismo e do heterossexismo é a mesma do racismo e por isso não há como escolher uma frente de batalha. Isso porque dentro da comunidade negra ela é lésbica e dentro da comunidade LGBT ela é negra, logo entende que ser livre da intolerância não é direito de um grupo particular, não pode se dar o luxo de lutar apenas contra uma forma de opressão. E é justamente esse aspecto da vida das mulheres lésbicas negras o assunto a seguir: interseccionalidade.

2.2 AS FANCHAS QUE SÃO COCAS

O propósito aqui é tratar da interseccionalidade presente nas diversas identidades lésbicas negras. Uma das definições possíveis do termo interseccionalidade é a utilizada por Jurema Werneck (2007), a afirmação da coexistência de diferentes fatores, podendo ser nomeados como eixos da subordinação também, que ocorrem de maneira simultânea na vida das pessoas e permitem entender a complexidade da situação de grupos e indivíduos. De acordo com a autora, esse entendimento é o que permite soluções adequadas para a diversidade de indivíduos existentes nas sociedades. A definição de interseccionalidade apresentada por Werneck pactua com a concepção formulada por Kimberlé Crenshaw no *Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero* (2002).

Crenshaw afirma que a interação entre dois ou mais eixos da subordinação ocasiona consequências estruturais e dinâmicas gerando um problema a ser tratado. A conceituação desse problema é a definição da interseccionalidade. A autora ainda destaca que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios são temas centrais a serem tratados pela interseccionalidade, já que criam desigualdades estruturantes das posições relativas a gênero, raça, etnia e classe. Os eixos de subordinação perpassados pelas discriminações tornam-se aspectos dinâmicos e/ou ativos de desempoderamento, por isso são necessárias ações e políticas específicas para combater essas opressões (CRENSHAW, 2002, p.177). O fato de a intersecção formar sujeitas específicas que possuem lugares sociais definidos e formas de ser e estar no mundo e nas relações interpessoais, conforme apontado por Crenshaw e Werneck, pode ser exemplificado na autoidentificação da escritora estadunidense-caribenha Audre Lorde quando ela diz

Como uma negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal inter-racial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a majorietariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo errada. (LORDE, 1983)

Por isso a conceituação da interseccionalidade torna plausível a pesquisa e visibilidade de desvantagens produzidas sobre as pessoas em uma sociedade desigual. Para as mulheres lésbicas negras essas desvantagens podem derivar de discriminações de gênero por serem mulheres, de orientação sexual por serem

lésbicas e de raça por serem negras. Mas essa situação pode se agravar quando somadas outras características, por exemplo, discriminação de classe social por serem pobres ou de moradia por morarem em bairros afastados ou por portarem alguma necessidade especial, dentre outras. (CASTRO, 2010, p. 32-33)

Para Castro a utilização do termo interseccionalidade ajuda na compreensão da articulação entre questões de gênero, orientação sexual, raça e muitas outras e na percepção de que esses eixos de subordinação não se desenvolvem isoladamente e não afastam a presença de outros fatores produtores de desigualdades e desvantagens.

Aprofundando um pouco mais essa percepção é possível entender como a presença simultânea desses eixos de subordinação potencializa a discriminação contra a pessoa que os possui. Dessa forma podemos pensar como eixos da subordinação constituem também vias de discriminação, fortalecidas conforme seu agrupamento. Elas aparecem nas entrevistas realizadas e, algumas vezes, de forma interseccionada como vemos a seguir.

O Parque Municipal ali, não sei se você viu, era onde a gente fazia pegação. Eu já fiz muita pegação ali nesse Parque Municipal, porque olha pra você ver, aqui em Belo Horizonte, como acho que em toda parte do Brasil, é muito caro você ir para uma boate. Você pagava lá na boate caro pra entrar e caro para consumir lá dentro, então pra você ver, ficava sem local pra gente ir. Até hoje, hoje não tem onde você ir, aí havia o espaço do Parque Municipal pra gente namorar, então a gente tava beijando aí chegava polícia e a gente dá um perdido, dá uma rodada e beijava de novo. Então a gente vê que tinha o preconceito institucionalizado e tinha preconceito que era contra os pobres né?! Era contra os pobres então a gente não tinha tanto lugar porque nessa época aqui em Belo Horizonte quem tinha dinheiro alugava sítio ia fazer pegação né (Soraya Menezes, 2014).

Nesse momento a entrevistada está relatando como a interação social também está relacionada aos eixos da subordinação agrupados em uma pessoa, ou seja, influenciava diretamente a sociabilidade. Isso fica mais evidente no trecho a seguir onde relata que não era exclusividade das lésbicas negras serem pobres, mas que geralmente, as lésbicas pobres eram negras.

E aí você vê a diferença onde nós mulheres negras estamos localizadas, naquela época ainda era pior do que hoje. Então você vê o preconceito era muito pior do que é hoje. Você ia beijar, você ia deitar não tinha aquele conforto de alugar um sítio não tinha aquele coiso de você ir já num lugar, já num bar

lésbico porque era muito caro, então ficava muito latente. Então você dizia assim, “as lésbicas negras sofria mais preconceito? Sofria mais preconceito do que as lésbicas brancas?” Não é que sofria mais preconceito ou menos preconceito, era mais visível porque a gente não tinha o mesmo poderio de grana. Claro que também tinha lésbicas brancas que também não tinham (Soraya Menezes, 2014).

Antônio Guimarães, em *Classes, Raças e Democracia* (2002), destaca que a distribuição de bens materiais e culturais no Brasil é feita de forma desigual por estar fortemente relacionada a distribuição desigual de outros bens, os simbólicos. Segundo o autor, a partilha desigual desses bens foi influenciada diretamente pela escravização, inferiorização e discriminação dos negros que acabaram se tornando mecanismos de segregação, de diferente acesso ao mercado e de empobrecimento da população negra. Vanilda Oliveira (2006) vai além e afirma que a população brasileira não reconhece o racismo por se pautar pelo mito da democracia racial⁵, buscando explicação para as desigualdades étnico-raciais nas relações de classe. A autora destaca a pauperização dos negros como consequência do racismo.

Alforriados e abandonados à própria sorte após a abolição, mantidos fora do mercado formal de trabalho por mais de um século, o negros compõem a maior parte da população que se encontra abaixo da linha de pobreza no Brasil. (OLIVEIRA, 2006, p.44)

A intersecção entre raça, classe social e orientação sexual aparece na fala de outras entrevistadas, com enfoques diferentes, mas sempre destacando como a classe social influencia tanto no autorreconhecimento quanto na visão racial que vem do olhar externo.

E aí, mas apesar disso tudo, a consciência racial mesmo, do lugar que isso ocupava, a consciência vem muito tarde. Porque o fato de eu ser de classe média, eu venho de uma família toda negra, mas uma família de classe média. Então nós éramos os negros e eles eram os negros do morro, os negros da favela, entendeu?! Nós éramos nós negros, aqueles negros não tinha a ver comigo. (...) E o racismo estava ali. O racismo estava na minha solidão, o racismo estava quando eu ia para as festas e não dançava porque sempre eu era a única negra e os meninos brancos não dançavam comigo. Ele estava ali

⁵ Ideia de que no Brasil não há racismo, preconceito e/ou discriminação racial por ser um país miscigenado, ou seja, há um suposto enlace sexual entre “diferentes” logo não há como o Brasil ser racista. Sistematizado no livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, apesar do autor só utilizar o termo **democracia racial** posteriormente, consiste em pensar as relações entre negros e brancos no Brasil de maneira harmoniosa, onde durante o período escravista, negros conseguiam certos privilégios através relações com seus “bons senhores”, minimizando assim o peso da dominação e opressão colonial racista.

e eu via isso, mas eu não conseguia entender. (...) E isso eu pude trabalhar com a minha mãe depois de algum tempo né, eu dizia pra ela, pois é eu era tão discriminada que teve um momento que eu não quis mais passear. Eu saía, a questão cultural era muito forte, eu ia ao teatro, cinema, isso tudo eu vivia, e show. Mas festas, a questão do social, eu já não ia porque eu sabia que ia tomar chá de cadeira (Heliana Hemetério, 2014).

A entrevistada toca na questão da classe descrevendo como nas classes mais abastadas a consciência racial era invisibilizada, apesar do racismo latente em algumas situações, para logo depois destacar o entendimento do como e do por que sua condição social interferiu por tanto tempo na consciência racial, entendimento esse que veio com o tempo e a experiência de militância nos movimentos sociais.

Então aquilo ali já era uma intersecção. E era um sofrimento, porque você percebe, não tem resposta, porque se eu tivesse as respostas que eu tenho hoje, eu continuaria excluída, mas eu teria o entendimento do por que. Eu morava num prédio de branco, estudava no colégio com muitos brancos, vestia as roupas dos brancos, comia a comida dos brancos, tinha carro como os brancos, só não era branca, sabe?! (Heliana Hemetério, 2014)

A intersecção entre raça e classe ainda foi assunto de outra entrevistada que apontou como essas discussões afetam lésbicas negras, ao falar de militantes mais jovens que as entrevistadas aqui. Ela relata sua experiência durante uma reunião de movimentos de mulheres em Brasília, por volta dos anos 2007/2008.

[...] e aí a gente tava passando e tinha umas meninas mais ou menos da minha cor, um pouco amelaninada acentuada que a gente falou "olha tá começando a reunião das mulheres negras, vamos?" Elas olharam assustadas e foram. Depois de algum tempo que elas vieram verbalizar que elas não sabiam que eram negras, que elas ficaram sabendo naquele momento. Que elas eram do Nordeste, eram de classe média alta, mas eram negras. Só que elas não sabiam. Porque a questão social delas impedia delas serem vistas como negras e se auto reconhecerem como negras, aí precisou que o externo mostrasse. E eu lembro também que em 2006 teve no SENALE uma mesa sobre lesbianidade e racismo e que tinham algumas pessoas assim, que choravam e falavam "Nossa eu achava que eu era discriminada porque eu era pobre, não era porque eu era negra". Ali elas estavam se descobrindo negras. E foi muito rico e muito pesado. (Rosângela Fernandes de Castro, 2014).

É importante ressaltar a questão de classe como atravessadora das diversas vias de discriminação justamente pelo poder de aprofundar outros preconceitos ou de invisibilizar questões latentes. Uma maneira de entender como funciona é pensarmos em duas mulheres lésbicas, uma negra e outra branca, expulsas de casa pelos pais por causa da orientação sexual. Pensando a sociedade racializada como vemos nos dias

atuais, a lésbica branca tem maiores chances de conseguir um emprego e reconstruir a vida a partir desse momento do que a negra. Indo além, se as condições sociais das famílias brancas são melhores que as das famílias negras, provavelmente a lésbica branca teve melhor acesso a educação e isso vai refletir na hora de buscar um emprego. Ou seja, uma mulher negra lésbica pobre está mais suscetível a condições de desemprego ou subemprego do que uma lésbica branca pobre.

Quando eu saí de casa com 18, anos de idade e minha mãe começou não vai dar nada certo, você vai morrer, não sei o que, porque ainda o pessoal ligava a homossexualidade com a marginalidade e foi muito bom dela ter falado isso comigo porque aí eu fui trabalhar pra (pausa) trabalhar, estudar. Eu morei na favela que era um quarto, um lugar que você tinha que dividir o banheiro com um punhado de gente, toda vez que você ia no banheiro tinha que jogar água sanitária. [...] Depois de 20 anos eu já tava com a minha casinha, coisa de pobre, mas que é minha mesmo e tava com a minha vida feita e ela me pediu desculpa, perdão, falou olha eu te amo... o preconceito faz isso e fazia muito mais do que faz agora. (Soraya Menezes, 2014)

Analisando de outra maneira, conforme os relatos, podemos perceber como a condição social pode também ser um fator de embranquecimento⁶ para mulheres negras, sendo elas lésbicas ou não. Logo, o entendimento de que as discriminações sofridas são provenientes somente da orientação sexual é possível, minimizando ou anulando os efeitos dos outros eixos da subordinação apontados por Crenshaw e Werneck.

Mesmo porque embranquecer não era uma questão apenas social, mas algo físico que fazia parte da lógica familiar de muitas pessoas negras e a família da Heliana é um exemplo disso.

Minha mãe é uma mulher negra [sinal de aspas], filha de mãe negra, pai português, que pagou assim, o preço dessa questão racial e desse embranquecimento. Ela era literalmente da minha cor, tinha o cabelo crespo, pra não dizer duro né, e as outras duas irmãs eram mulatas [sinal de aspas] claras e de cabelo quase liso. Então minha mãe tinha todos os problemas que você possa imaginar, por essa pele escura e por esse cabelo [interrompe para pegar os óculos que caiu no chão] ruim que a minha mãe tinha. E o que

⁶ Pode ser abordado de três perspectivas: 1) embranquecimento como proposta ideológica do Estado-Nação; 2) embranquecimento biológico através da mestiçagem e; 3) embranquecimento social, que diz respeito a valores, atitudes e comportamentos (AZEVEDO, 1955). O negro que ascende socialmente acaba vivendo um drama existencial por ser em si um paradoxo, pois quando enriquece não se torna branco, mas rico como um branco. O corpo gera uma tensão por ser negro ainda que os valores, atitudes e comportamentos sejam brancos por causa do dinheiro (ROCHA, 2009).

acontece, ela passou a vida me alisando né. [...] A minha mãe teve esse problema, ela era noiva de um afilhado do meu avô que era português, loiro, de olho azul. Minha mãe terminou esse noivado pra casar com meu pai que era preto. E isso foi um problema seríssimo, minha mãe casou escondida com meu pai. E minha avó disse pra minha mãe, a mãe dela, “eu fiz tudo pra clarear e você está escurecendo de novo”. Mas era isso o que ela aprendeu, ela fez um esforço de ser uma mulher preta que arranhou um português pra clarear tudo, mas a minha mãe tava escurecendo tudo de novo. E isso foi a razão da minha família não aceitar meu pai e ainda minha mãe ter que casar escondido (Heliana Hemetério, 2014).

Martha Viveros Vigoya em *La Sexualización de La Raza y La Racialización de La Sexualidad en El Contexto Latinoamericano Actual* (2009) explica que o racismo e o sexismo naturalizam as desigualdades e discriminações de três maneiras diferentes. Na primeira delas, ambos utilizam o argumento da natureza para justificar e reproduzir relações de poder baseadas nas diferenças fenotípicas, ou seja, a partir da segunda metade do século XIX as políticas de população e família e as intervenções no corpo, na sexualidade e na vida cotidiana passam a ser justificadas pela preocupação com a pureza sanguínea e pelo futuro da espécie, supostamente ameaçadas por casamentos e relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, sendo que isso se estendia às diferenças de classe, nação e religião durante esse período (VIGOYA, 2009, p.65).

De acordo com Oliveira (2006) esse percurso foi traçado a partir da afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir, quando os estudos de gênero passaram a destacar os essencialismos a fim de desconstruir os argumentos biologizantes que desqualificam a mulher corporal, intelectual e moralmente. Na mesma linha de pensamento Oliveira (2006) destaca que através de uma visão equivocada da biologia humana o conceito de raça foi cunhado para justificar a dominação permanente de povos e indivíduos, assujeitados pelas armas, pelas conquistas e pela destituição material e cultural.

A segunda maneira, de acordo com Vigoya, é a associação que ambos, racismo e sexismo, fazem entre a realidade social e a realidade corporal, colocando o corpo como lugar privilegiado de inscrição do caráter simbólico e social das culturas. Segundo Castro (2010), a primeira marca de representação do gênero é o corpo, por isso é lugar estratégico de debate. A autora explica que nos corpos das pessoas negras estão as permissões e negações que contrariam a liberdade de ir e vir tão exaltada na nossa sociedade. No Brasil a evidente diversidade não impede que os

corpos sejam lidos de formas diferentes conforme a raça, o gênero, a geração ou a condição social. A negação dessa leitura traz consequências dramáticas para algumas pessoas.

Tenho uma amiga, ela foi apedrejada na cidade dela, ela foi apedrejada na cidade dela pelas pessoas da igreja e assim apedrejaram ela, literalmente, jogaram pedras nela, assustada ela veio pra Belo Horizonte. Ela era perseguida lá e existia, eu brincava com ela que existia capataz que tinha medo de sapatão novinha... A cidade era pequenininha e quando ela passava era como se fosse ela que converteu toda a cidade, fez discípulas mesmo, mas apesar das dificuldades, fora assim, fora que muitas, muitas lésbicas foram estupradas e que muitas sofreram estupros corretivos com consentimento inclusive da família e quando não pegava um cara ai pra casar e arrumava filho pra ficar... (Soraya Menezes, 2014).

Vigoya apresenta a terceira maneira de naturalização das desigualdades e discriminações explicando que tanto o racismo quanto o sexismo coloca as mulheres e os “outros” como grupos naturais, predispostos a submissão, ou seja, assim como as mulheres são objetos sexuais os outros são objetos raciais ou étnicos. É desse tratamento que deriva a imagem da mulher como dona de casa e objeto sexual e do negro “feito para o trabalho” e hipersexualizado. A hipersexualização, particularmente, é tema recorrente quando o assunto são as mulheres negras, sejam elas lésbicas ou não. De acordo com Oliveira (2006, p. 32) é vigente o estereótipo da mulher negra de forma animalizada por ser alocada “em um lugar em que o corpo se sobrepõe ao intelecto”. É importante ressaltar que a exploração dos corpos das mulheres é geral, mas a diferença é que as mulheres negras são como animais sexuais enquanto as outras são objetos sexuais.

Conforme aponta Vigoya (2009, p. 66) algumas afirmações que fazem parte do imaginário colonial, e são sustentados até os dias atuais, perpetuam essa estereotipificação: “la sensualidad lasciva y la disponibilidad sexual de las mujeres racializadas, la potencia sexual de los africanos, los mitos y leyendas construidos en torno a la depravación de los pueblos llamados primitivos”. Nesse sentido, as entrevistadas explicam como se dá essa construção, mostrando a posição da mulher negra lésbica no imaginário das próprias lésbicas.

Mas aí era um fetiche, era diferente porque as negras né ela é quente na cama e tal. No próprio movimento negro havia um preconceito... Pô um negão daquele lá viado que que isso... Porque o movimento LGBT de fato tinha um

preconceito em relação ao negro... Esse movimento né, aquela questão da aparência do outro (Soraya Menezes, 2014).

Porque também ao mesmo tempo a gente também sofre alguns assédios. A gente não sofre só assédio por conta da negritude, assédio masculino. A gente também sofre de mulheres por estarem com uma negona do lado também, é excitante, chama alguma certa atenção. E a gente também em alguns momentos enfrentou essas questões. Tem uma menina, Heliana Hemetério, que inclusive tá agora lá em Curitiba, que ela fala assim "as pessoas olham pra gente como se ao invés da gente ter uma xereca a gente tinha uma brasa no meio das pernas", porque é negra, porque é lésbica tem que trepar muito né, tem que fazer tudo muito [...] Ou masculinização ou uma feminização carnavalesca, e quando eu digo carnavalesca você tem que estar naquele estereótipo da gostosa se preparando sempre pra ir no ensaio da escola de samba. Tem hora que a gente funciona como troféu, tem que estar o tempo todo com cara de troféu (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

Rosangela dá continuidade ao assunto abordando como esses estereótipos e construções transformam os relacionamentos lésbicos inter-raciais em relações de poder. Não apenas a questão racial foi abordada, mas outros eixos de subordinação que transportam hierarquias sociais para dentro dos relacionamentos entre lésbicas, ainda assim a fala demonstra que essas relações não são estáticas, há também alternância de quem exerce o poder.

Eu já tive algumas experiências assim, de ver alguns relacionamentos inter-raciais que eram tentativas de algumas coisas políticas para os dois lados. Eu te apresento meu mundo e você me acompanha pro meu. Em alguns momentos eu sentia isso como ruim, mas também pode ser um olhar meu meio cruel né. "Olha eu tenho meu troféu preto e eu vou sentar na sua mesa, branco". Então em alguns momentos eu senti isso, mas não sei se foi o sentimento de todas as lésbicas negras, mas em algum momento eu senti isso. E a mulher branca abre determinadas portas através da mulher negra, porque tem portas que só nós mulheres negras sabemos onde está a chave. Muitas delas, muitos espaços reservados, espaços de reflexão, espaços de meditação, de comunhão. Olha, hoje eu tenho visto que todo relacionamento tem um poder, um lado ruim do poder, o poder não é bom né. Seja através de escolaridade, de melhor salário, de melhor casa, de melhor bairro onde mora, de emprego, do que tem na mesa pra comer e pela cor da pele também. "Eu tenho mais poder do que você porque, afinal de contas, quando eu sentar à mesa com você o garçom me entrega a conta mesmo você tendo o dinheiro". E eu já tive muitas oportunidades de vivenciar isso. Então eu acho que às vezes tem espaços cruéis de poder (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

A respeito da masculinização das mulheres lésbicas, Soraya apresenta um dado da cidade de Belo Horizonte colocando a masculinização das lésbicas negras como mais um eixo da subordinação quando interseccionada com a classe social.

Ainda hoje, quando a gente vai ali perto da São Gabriel tem um abrigo lá chamado abrigo São Paulo, a quantidade de lésbicas que tem ali oriundas de cidades do interior e expulsas de casa, então ainda acontece isso. Porque se a gente tá falando assim na década de 80, ah naquela época acontecia isso. Não, hoje também acontece. Então uma grande parte são lésbicas masculinizadas, grande parte que tá lá são masculinizadas, mais do que masculinizadas (Soraya Menezes, 2014).

As concepções de masculino e feminino não podem ser abordadas de forma simplista, é necessário destacar que o papel de homem e de mulher são construções culturais e sociais. Segundo Judith Butler (2003) se o status de gênero for construído completamente independente do sexo se torna um mecanismo flutuante, onde tanto mulher e feminino quanto homem e masculino podem, com facilidade, ser atribuídos ao corpo masculino e/ou feminino. Conforme aponta Bourdieu (1999), masculino e feminino não é algo natural, a masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino é uma tarefa interminável. Ou seja, uma criança nasce sendo preparada para assumir o gênero que seu sexo, macho ou fêmea, sugere e, embora possua todas as características anatômicas do sexo há todo um trabalho de reafirmação do gênero. Para Soraya a masculinização na década de 1980 era também forma de afirmação e reafirmação entre lésbicas

Tinha também a Bombombole onde a gente expressava a nossa sexualidade. Então a gente assim, boné, a gente colocava um terninho e saía toda assim. Então aquela década de 80 havia muita lésbica mais masculinizada, mas não era por conta que queria ser homem sabe, até mesmo porque queria se auto afirmar, não era questão de querer ser homem trans. Era mulher mesmo, mas mais masculinizadas era questão de se auto afirmar. Eu mesmo não usava nem saia (Soraya Menezes, 2014).

Embora a definição de gênero não seja pautada apenas na diferença anatômica do sexo é a partir da constatação dessa diferença que se inicia o processo de definição do masculino e do feminino (BUTLER, 2003) e, de acordo com Bourdieu (1999), a própria dominação masculina começa no processo de masculinização e feminização dos corpos. Logo, a feminização e a masculinização aqui abordadas referem-se a exacerbação do que seria atribuído ao feminino e masculino social e culturalmente. Outras entrevistadas não falaram diretamente sobre relações de poder entre lésbicas nem sobre a hipersexualização ou masculinização ou feminização exacerbada das

mulheres negras nas relações inter-raciais, ainda que tenham comentado sobre relações afetivo-sexuais entre mulheres brancas e negras.

Heliana aborda o assunto no momento que fala sobre o racismo e como as pessoas brancas e negras lidam com o tema.

Segundo, que eu acho muito cuidadoso, namorar uma mulher branca é uma coisa que temos que ter um olhar político para esse namoro. A branca é ela, nós não. Pensarmos que por alguns momentos do dia, ou da vida, sair com ela na rua, no shopping é muito mais confortável. Tá com um branco do lado você está protegida de qualquer suspeita, até porque quem olha fala “não, ela deve ser uma preta decente, porque essa branca tá com ela, ela é amiga de uma branca, é casada com uma branca né, ou com um branco, que seja. Então isso legitima naquele momento, mas você não anda encarapitado o tempo todo, e você nunca deixará de ser uma branca casada com uma negra, uma negra casada com uma branca. O fato de você ter uma mulher branca e ela ser apaixonada por você, não significa que ela não seja racista. Então, amar uma mulher branca é uma coisa, resolver a questão racial através dela é outra. Até porque ela não deverá resolver nada através de você. Ela tem que resolver o racismo dela através dela, porque você poderá ser a única mulher negra que ela teve na vida toda. Ela se apaixonou por você, ela ama você, você, isso tem que tá muito claro pra gente. O que você pode fazer é trazê-la para a sua luta né, trazer em solidariedade. Agora, achar que ela não é racista é outra coisa, porque esse pacote do machismo, do patriarcado, do sexismo, do racismo, vem todo num pacote só, então ensinaram a ela a mesma coisa. [...] O nosso papel, podemos acompanhá-la nesse processo, ela está buscando isso, está desconstruindo nela, mas esse é o processo dela. O nosso é continuarmos construindo a nossa história e sendo protagonistas, nós não podemos nos perder na nossa luta, de jeito nenhum (Heliana Hemetério, 2014).

A abordagem de Soraya para as relações inter-raciais é diferente da de Heliana, além de tocar na mistura das classes sociais, reforçando um pouco a sensação de que entre as lésbicas pobres as negras eram maioria.

[...] às vezes acontecia porque aqui em Belo Horizonte tinha a democracia, tinha uma rua que chamava Rua da Lama. Então essa Rua da Lama ela tinha uns bares de fora a fora nela, tinha umas ruas LGBTs viradas porque não tinha nada nelas. Não tinha que pagar pra entrar era mais razoável o preço da cerveja e ali se reunia a turma toda e dali ia pra boate. Então era uma rua que ia rico, pobre. A gente chegava a pé lá por que era o point [...]. Então aquele espaço era interessante por que funcionava de sábado e domingo à tarde então, o que que acontecia, as mulheres chegavam lá cedo e a partir de duas horas da tarde chegava muitas mulheres, é mulher a pé é mulher de carro é mulher de moto. Então tinha esse espaço aí democrático que hoje a gente tem aqui na barraca da Magda, na feira hippie e, ali era nosso espaço democrático na Rua da Lama. (Soraya Menezes, 2014)

Ainda assim, é possível perceber como as intersecções são desafios correntes no Brasil. A preocupação vai além das relações entre mulheres, brancas ou negras, a

grande questão no entendimento da interseccionalidade é o como trabalhar com ela no âmbito político e social, como podemos perceber na fala da Rosângela.

Então hoje não dá pra gente separar lesbianidade de racismo. E eu penso também como é que a gente vai discutir, principalmente, com as jovens negras que estão se reconhecendo como lésbicas né, ou com as jovens lésbicas que estão aprendendo que são negras, todo esse binômio né, do racismo com a questão da orientação sexual. Como essa jovem vai chegar no médico e vai dizer que é diferente, como o ginecologista vai olhar pra essa menina? [...] Ginecologistas conhecem algumas xerecas mas não conhecem as mulheres. Então como é que ele vai cuidar, como é que ele vai falar, como é que ele vai dar o retorno pro que essa pessoa tá procurando se ele desconhece quem somos nós? Como é que uma professora vai trabalhar com uma aluna lésbica negra? E se essa aluna lésbica negra for de comunidade? E se essa lésbica for de comunidade e não esticar o cabelo? E se essa lésbica negra for de comunidade, não esticar o cabelo e tiver o quadril muito mais largo e é masculinizada e... tudo isso né...as interseccionalidades nossas.

Tendo em vista essas inquietações, como pensar o objetivo dos movimentos sociais nessas demandas transversais surgidas a partir de identidades interseccionadas? Essa é uma questão que provavelmente não tem uma resposta imediata e objetiva, mas recorrer ao histórico desses movimentos pode elucidar alguns pontos chaves para entender a inserção das mulheres lésbicas negras nos âmbitos social, político, econômico e cultural brasileiros.

Nos dois primeiros itens do trabalho priorizou-se a ênfase na reflexão teórica em conjunto com a percepção pessoal das entrevistadas justamente com o objetivo de identificar questões inerentes as identidades aqui tratadas. Sem a pretensão de esgotar a temática, a partir desse ponto pretende-se ampliar um pouco mais a discussão destacando também os aspectos históricos referentes às lésbicas negras.

3. ARROMBANDO AS PORTAS DOS ARMÁRIOS ONDE NÃO MAIS CABEMOS

Após as reflexões iniciais, esse capítulo pretende recuperar a interseccionalidade através de um breve estudo sobre os movimentos negro, feminista e LGBT a fim de pensar as identidades lésbicas negras enquanto militantes desses movimentos. Essa recuperação será feita através da retórica do armário, extremamente significativa para identidades que fogem do padrão imposto pela sociedade. Logo, arrombar as portas do armário não está por acaso no título desse capítulo. Isso porque a “saída do armário” está relacionada tanto às identidades homossexuais como apontam diversos estudos recentes, como a toda identidade que destoa do que é definido como normal ou aceitável na sociedade. Sociedade essa que segue a lógica capitalista onde o homem, branco, heterossexual e urbano se sobrepõe a todos os outros sujeitos políticos e históricos numa relação hierárquica de poder como já apontado anteriormente.

O armário é algo feito para guardar, segredar, esconder um objeto externo a ele e quando o assunto é orientação sexual torna-se uma representação fundamental na tentativa de compreensão do que ocorre com homossexuais ao longo da vida em uma sociedade heterocentrada. Eve Sedgwick, autora de *Epistemologia do Armário* (2007), explica esse ponto ao afirmar que pouquíssimas pessoas não se encontram dentro dele “com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (p.22). Isso significa dizer que estar dentro ou fora do armário não é algo estático, assim como não são as identidades, como visto anteriormente nesse trabalho. De acordo com Sedgwick, o armário pode ser uma fuga frente às inseguranças geradas pelos preconceitos e discriminações vividas no âmbito da sociedade. A saída ou não do armário pode ser tanto um posicionamento político admirável como algo mal visto pelos pares dos movimentos sociais.

Michael Foucault em *História da Sexualidade I: A vontade do saber* (2005) explica onde está o fundamento dessa dimensão do armário quando diz que

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas

muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2005, p.30, grifo nosso).

É preciso entender que os silêncios expressam muito sobre o que é a sociedade. Durante muito tempo as mulheres foram relegadas a um silêncio ensurdecedor, situação que começa a mudar a partir do século XIX, quando muda o horizonte sonoro e torna-se comum a presença e fala feminina em lugares antes proibidos. O silêncio das mulheres, como demonstra *As mulheres ou os silêncios da história* (2005) de Michelle Perrot, está ligado à partilha desigual dos traços, da memória e da História, tornando-as, durante muito tempo, mais imaginadas que relatadas ou contadas. Era um silêncio que não estava restrito à historiografia, mas era presente no cotidiano das mulheres devido à fala pública e atuação política serem restritas. Perrot aponta inclusive os arquivos da polícia e da justiça, documentos oficiais, que só citam as mulheres quando essas perturbam a ordem.

Nesse sentido Michael Pollak, em *Memória, Esquecimento e Silêncio* (1989) coloca os silêncios como memórias subterrâneas de subversão que afloram em momentos de crise. A memória é alvo constante de disputas, logo a memória oficial tem espaço nos relatos escritos ou falados deixando o silêncio para os grupos minoritários, donos das memórias subterrâneas. Esses muitos silêncios configuram o armário que, antes da Revolução de Stonewall em 1969⁷, era visto como um mecanismo de proteção da vida privada. Contemporaneamente, o armário se tornou uma forma de regular a vida social, sendo que, para uns, todos devem sair dele enquanto outra parcela da sociedade, alguns homossexuais inclusive, acredita que essa saída não é obrigatória (SEDGWICK, 2007). Ao se posicionarem dentro dos

⁷ Stonewall Inn era um bar em Greenwich Village, na cidade de Nova York, administrado pela máfia, de higiene precária, que servia drinks adulterados e local de socialização dos LGBTs. Na década de 1960 era crime ser homossexual nos Estados Unidos (com exceção do estado de Illinois), as penas variavam entre 20 anos e prisão perpétua e a cidade de Nova York possuía uma das leis mais rígidas em relação a população LGBT. As batidas policiais no Stonewall In eram frequentes e, geralmente, a polícia prendia algumas pessoas e o bar fechava durante algumas horas para depois reabrir. Mas no dia 28 de junho de 1969 as pessoas reagiram à batida, uma multidão se reuniu nas adjacências do bar e encurralou os policiais dentro do estabelecimento. A tropa de choque foi chamada, mas os revoltosos não cederam. Durante seis dias houve confrontos da população LGBT contra a polícia de Nova York. Esse episódio ficou conhecido como Revolta de Stonewall e foi o momento em que a luta pelos direitos civis dos homossexuais ganhou força, nos Estados Unidos e no mundo. A influência dessa revolta nos movimentos LGBTs do Brasil será abordada adiante. (DAVIS; HEILBRONER, 2010)

diversos movimentos sociais, as lésbicas negras arrombaram as portas dos armários impostos socialmente para colocarem suas demandas em pauta.

No Brasil, os anos 1970 foi um momento de reorganização dos movimentos sociais, justamente por causa da ditadura militar vigente no país, com a ativa participação dos movimentos que se definem pela diferença – raça, etnia, sexo/gênero, sexualidade – e os de seguimentos de classe como os movimentos sindicais. Reconstituir a periodização exata de cada movimento seria complicado, contudo apontar os marcos desses movimentos torna possível a percepção de como se dava a circulação das lésbicas negras dentro deles.

Um marco temporal importante no Brasil é 1978. O ano da “abertura política” e do retorno dos exilados é também o ano de criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que contava com representação em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia e com grupos negros formados entre 1964 e 1978. É o ano de criação do jornal *Lampião da Esquina*, fundado no Rio de Janeiro com colaboradores em São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, conforme consta na edição zero do jornal, lançada em abril de 1978.

3.1 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO NEGRO

Neusa (2014) relata a organização de mulheres negras antes mesmo da criação do MNU.

A gente começa a vislumbrar. Bom uma coisa é vislumbrar outra coisa é organizar. A gente começa a organizar as mulheres negras da forma que é hoje, porque sempre tivemos organizada desde que praqui viemos desde que praqui fomos trazidas, nós sempre estivemos organizadas, você vê aí a Boa Morte... Em 1950 já teve um congresso de mulheres negras, então a gente sempre teve organizada de alguma outra forma [...]

Regina Coeli Benedito dos Santos (2006) cita os quilombos como a organização negra mais antiga em solo brasileiro e os associa a levantes como as revoltas dos Malês⁸ na Bahia, a Balaiada⁹ no Maranhão, no período escravocrata e a Revolta da

⁸ Malê é uma derivação da palavra *imale* que significa mulçumano em iorubá. As revoltas malês foram uma série de levantes promovidos pelos negros da etnia Haussá, que entre 1807 e 1813 se rebelaram quatro vezes, e pelos negros Nagôs entre os anos 1826 e 1835. As duas etnias eram de religião

Chibata¹⁰ no Rio de Janeiro, pós-abolição. É importante destacar que após a abolição da escravidão os negros continuaram relegados a uma posição de subordinação. Não podiam ocupar cargos públicos, tinham direitos sociais e políticos muitas vezes negados, assistiram as elites incentivando a vinda de imigrantes europeus para trabalhar enquanto se recusavam a pagar salários aos negros brasileiros, foram abandonados à própria sorte (MARINGONI, 2011; SANTOS, R.C.B., 2006). Diante de toda exclusão a que foram submetidos, a maneira que os negros encontraram para resistir foi a criação de organizações específicas de negros como associações culturais, centros recreativos, clubes e jornais.

Dessas organizações se destacam os Clubes Sociais Negros (CSN) fundados em todo o território brasileiro, alguns antes mesmo da abolição. Giane Vargas Escobar em *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial* (2010) destaca os mais antigos¹¹ ainda em funcionamento. A autora ressalta que os CSN, muitas vezes, faziam o que o Estado deixava de fazer, então em alguns havia escolas de alfabetização enquanto outros um sistema de previdência próprio para auxílio em caso de morte ou enfermidade, direcionados a população negra. Domingues (2007b) aponta a existência de associações exclusivamente de mulheres, como a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em 1908 em Pelotas-RS e a Sociedade Brinco das Princesas, instituída na cidade de São Paulo no ano de 1925.

Pouco tempo depois de constituídos os primeiros CSN, foi fundado em São Paulo *A Pátria*, em 1899, primeiro jornal da chamada imprensa negra¹². *A Pátria* se

mulçumana, não se misturavam com as outras etnias e lutavam pela liberdade baseados na fé, por isso as revoltas tinham cunho religioso. (SANTOS, R.C.B., 2006, p.27-31)

⁹ A Balaiada foi uma revolta das massas contra todo tipo de exploração entre os anos de 1838 e 1841. Eram na maioria brancos e cafuzos, mas um quilombola chamado Preto Cosme liderou cerca de três mil negros quilombolas que se somaram à revolta. (Ibidem, p. 32-33)

¹⁰ No ano de 1910, João Cândido – o Almirante Negro – liderou a revolta dos marinheiros contra as punições físicas, na Marinha brasileira. É importante notar que eram castigos direcionados aos marinheiros com patentes mais baixas, onde negros eram maioria, justamente porque a carreira militar era uma das únicas formas do negro ascender socialmente. (Ibidem, p.34)

¹¹ Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora em Porto Alegre-RS (1872), Clube dos Escravos do Brasil na cidade de Bragança Paulista-SP (1881), Clube Treze de Maio de Curitiba – PR (1888), Clube Mundo Velho de Sabará-MG (1894) e o Clube Vinte e Oito de Setembro de Jundiá –SP(1897).O Clube dos Escravos do Brasil passa a chamar Clube Recreativo e Beneficente 13 de Maio no ano de 1964.

¹² A imprensa negra, feita por negros para negros, foi fundada com o objetivo de ser uma imprensa alternativa para um movimento de identidade étnica que não encontrava na Grande Imprensa (branca) espaço para suas demandas, anseios e reivindicações. Nesses periódicos eram publicadas denúncias

destacou entre a comunidade negra e abriu caminho para vários outros periódicos¹³ destinados à população negra. Mas, devido à falta de clareza ideológica, de patrocínios e as dificuldades logísticas, os jornais e revistas entravam e saíam de circulação em pouco tempo.

As mulheres estavam presentes na imprensa negra, mas os homens predominavam nos periódicos. “No levantamento realizado entre 1907 e 1937, Regina Pinto verificou que apenas 15 dos 244, exatamente 6,14%, colaboradores eram mulheres. A mulher também esteve ausente dos cargos de chefia” (DOMINGUES, 2007a, p.349). Petrônio Domingues ressalta o machismo explícito de alguns jornais, como consta no editorial da edição de 02/09/1923 do *Getulino*, jornal da imprensa negra da cidade de Campinas-SP, onde consta que “a mulher foi criada para mãe, para doce companheira do homem, e nesse sentido, a sua constituição física e moral é para o completo desenvolvimento dessa missão” e n’*O Clarim da Alvorada*¹⁴ datado de 13/05/1927 e sua concepção de família patriarcal “A grande obra da ação negra no Brasil deve começar pela família pois que é ela a célula-mãe de toda a sociedade civil. E a família é a união do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão (DOMINGUES, 2007a, p.350). A questão é que o espaço informativo independente formado pela imprensa negra colaborou para a fundação da maior organização política negra no Brasil, a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931.

A FNB foi criada em 1931 por José Correia Leite, diretor do jornal *O Clarim da Alvorada*, tinha “delegações” em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia) e desenvolveu considerável nível de organização. Com cerca de vinte mil associados mantinha escola, time de

de racismo, mas também era por meio deles que os negros organizavam sua vida associativa, cultural e social.

¹³ O Combate, 1912; O Menelick, 1915; A Rua e O Xauter, 1916; O Alfinete, 1918; O Bandeirante, 1919; A Liberdade, 1919; A Sentinela, 1920; O Kosmos, 1922; O Getulino, 1923; O Clarim da Alvorada e Elite, 1924; Auriverde, O Patrocínio e O Progresso, 1928; Chibata, 1932; A Evolução e A Voz da Raça, 1933; O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra, 1935; A Alvorada, 1936; Senzala, 1946; Mundo Novo, 1950; O Novo Horizonte, 1954; Notícias de Ébano, 1957; O Mutirão, 1958; Hifen e Niger, 1960; Nosso Jornal, 1961; e Correio d’Ébano, 1963 (DOMINGUES, 2007b; ROSA, 2014).

¹⁴ O *Clarim da Alvorada* foi um dos principais jornais da imprensa negra paulistana. Fundado em 06 de janeiro de 1924 seus textos defendiam a união da gente preta, denunciavam racismo frequentemente, reivindicavam direitos, enquadrava “mulatos” e “mestiços” como negros afastando a ideologia da mestiçagem e possuía um espaço para notícias internacionais mostrando a situação dos negros pelo mundo e apresentando pela primeira vez a ideologia pan-africanista.

futebol, grupo musical e teatral, departamento jurídico e ainda oferecia serviços como atendimento médico e odontológico, curso de formação política, de arte e ofício e publicava o jornal *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2007b).

A presença de mulheres na FNB foi constante desde a fundação. Era um grande contingente que foi imprescindível para manter a união e coesão dos associados. Havia dois agrupamentos específicos de mulheres, as Rosas Negras que organizavam bailes e festivais artísticos e a Cruzada Feminina, responsável pelos trabalhos assistencialistas. Ainda assim, é importante ressaltar que as “frentenegrinas”, era como a entidade se referia as mulheres que dela faziam parte, ocupavam espaços considerados subsidiários, elas não tinham cargos altos e não tomavam decisões. O jornal *A Voz da Raça*, publicação da entidade, deu pouco espaço para elas publicarem, e quando fazia, não havia recorte de gênero nos textos. A concepção de gênero do jornal era de mulheres donas de casa e mãe, tanto que o jornal tinha colunas fixas para culinária e para afazeres domésticos, o sexo frágil (DOMINGUES, 2007a; 2007b).

A FNB era uma das entidades mais importantes do Movimento Negro no Brasil. Tinha como proposta melhorar as condições sociais dos negros e, devido à sua força política foi transformada em partido político em 1936. Com o golpe da ditadura do Estado Novo¹⁵ ela foi extinta em 1937, assim como todos os partidos políticos, causando frustração entre os negros e desarticulando o crescente movimento.

O Movimento Negro foi se reorganizando aos poucos. Inicialmente com o I Congresso Afro-Campineiro organizado por Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, Geraldo Campos de Oliveira, Jerônimo e José Alberto Ferreira, em maio de 1938 (NASCIMENTO, 2003). Em 1943, em Porto Alegre, foi fundada a “União dos Homens de Cor” - UHC - com o objetivo de prestar assistência social a jovens estudantes negros para mantê-los em cursos superiores e combater o analfabetismo entre os negros. A UHC se espalhou por 11 estados do país em pouco tempo (DOMINGUES, 2007b; DUTRA, 2007; SANTOS, R.C.B., 2006). Em 1944, no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento criou o “Teatro Experimental do Negro” (TEN) com a

¹⁵ No dia 10 de novembro de 1937, sob a alegação de um suposto plano comunista (as eleições no Brasil estavam marcadas para janeiro de 1938), com apoio dos militares e de parte da classe média brasileira, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e permaneceu no governo do país até o ano de 1945. Foi um período marcado por censuras, repressão a manifestações políticas e sociais, controle dos sindicatos e perseguição a opositores políticos.

finalidade de “trabalhar pela valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte.” (DUTRA, 2007, p. 294).

Em 9 de maio de 1949, com patrocínio do TEN, foi realizada a Conferência Nacional do Negro, com a participação de um representante da Organização das Nações Unidas (ONU), organizada por Guerreiro Ramos, Édison Carneiro e Abdias do Nascimento. A participação das mulheres nessa atividade foi intensa como destaca o próprio Abdias em *O Negro Revoltado* (1968, p.89-90).

[...] Elza Soares Ribeiro, chefe da seção de emprego do SESI, investigou o preconceito de cor nos contratos de trabalho; Guiomar Ferreira de Matos tratou dos problemas da mulher negra; Nilza Conceição depôs a respeito da situação do secundarista de cor em relação aos demais alunos; Arinda Serafim referiu-se aos problemas de organização do trabalho doméstico; [...], Lúgia Oliveira, Milton Nunes da Silva, Dante Laytano, Marieta Campos, Ruth de Souza, Maria Manhães, foram outros que apresentaram interessantes contribuições. Maria de Lourdes Vale estudou aspectos da educação da jovem negra em face da prostituição e, por fim, o deputado Segadas Viana contribuiu com a tese "O problema do trabalho para o negro".

Elas participaram da conferência expondo estudos sobre a situação do negro no Brasil e também dando relatos e contribuições em teses apresentadas por outros participantes. No encerramento dessa conferência foi decidido pela realização do I Congresso do Negro Brasileiro, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 24 de agosto e 4 de setembro de 1950, onde os participantes eram tanto das camadas populares quanto “homens da ciência” (NASCIMENTO, 1968). Não há referência da participação de mulheres negras nesse evento.

É importante notar a referência aos movimentos negros como atividades de homens. De Zumbi a Abdias do Nascimento, é como se as mulheres não fizessem parte da história da resistência negra, nem dentro da Academia¹⁶ nem dentro dos próprios movimentos. A escritora e jornalista Jarrid Arraes (2015) aponta que o apagamento dessas mulheres descredita e subestima a população negra, levando garotas negras a acreditarem que não existem referências intelectuais e de resistência para se espelharem. A autora destaca a dificuldade de encontrar registros das histórias das mulheres brancas e europeias e informa que quando falamos de mulheres negras

¹⁶ Com exceção dos trabalhos de Petrônio Domingues (2007) e Abdias do Nascimento (1968), as referências à mulheres são inexistentes em boa parte dos relatos e escritos sobre o Movimento Negro.

a negligência é ainda maior. Arraes cita mulheres negras importantes na luta contra a escravização como Dandara dos Palmares guerreira do Quilombo de Palmares, Luísa Mahin liderança da luta contra a escravização de pessoas no Brasil, Tereza de Benguela líder do Quilombo de Quariterê e Tia Simoa líder na luta contra a escravização no Ceará.

A entrevistada Neusa, relata o panorama enfrentado pelas mulheres negras, lésbicas ou não, no Movimento Negro nas décadas de 1970/1980. A maneira como alguns homens tratavam as militantes funciona como uma espécie de círculo de causa e consequência dessa invisibilidade imposta às mulheres negras.

*Mas enfim, no movimento negro, e aí temos bravos companheiros. Aí, dentro desse movimento negro, a gente começa a perceber também o aspecto do sexismo. Começa a perceber não, a gente já percebia, a gente começa a discutir. E é uma discussão difícil para as mulheres porque o ambiente afetivo sexual para as mulheres negras ele sempre foi um ambiente hostil. A gente fala em afeto, em amor, em trepada, mas é um ambiente hostil para as mulheres negras. Aqueles caras estavam ali para comer a carne nova que tava chegando no pedaço. Suas mulheres estavam nas suas respectivas casas e muitas das lideranças nossas, nós fomos descobrindo aos poucos que eram casados com mulheres brancas, já naquela época. Isso não é um fenômeno de hoje isso é um fenômeno daquela época. A maioria tava com mulher branquinha e quietinha dentro de casa e vinha **pra luta companheiros** [ênfatisa essa parte aumentando o som da voz e batendo na mesa] (Neusa das Dores Pereira, 2014, grifo da autora).*

O tema abordado pela entrevistada é antigo, mas ainda hoje é abordado por muitas autoras: a solidão da mulher negra¹⁷. A complicação da questão afetiva para a mulher negra é uma herança escravista, onde as ancestrais observaram filhos, amantes, companheiros sendo vendidos e apanhando sem razões aparentes. Experimentar e manter uma relação de amor nesse contexto escravista era impossível, com a abolição muitas dessas pessoas não estavam preparadas para viver essas relações baseadas no que é conhecido como amor. No pós-abolição, as relações familiares entre negros são mantidas com a mesma brutalidade que conheceram na

¹⁷ De acordo com o Censo 2010, 52,89% das mulheres negras estão solteiras, ante 24,88% negras casadas e 2,60% divorciadas. Enquanto 46,34% das mulheres brancas estão solteiras, 38,24% casadas e 4,34% divorciadas (IBGE, 2010). Apesar dos dados serem próximos é possível perceber que o único dado em que as mulheres negras são percentualmente maioria é no “solteiras”, ou seja, as mulheres brancas, realmente, casam com maior frequência, ainda que também se divorciem mais. Atualmente dois coletivos negros da cidade de São Paulo, reconhecendo a importância do tema e com o objetivo de discutir e colocar em pauta a solidão da mulher negra montaram os espetáculos teatrais *Sangoma* (Cia. Capulana de Arte Negra) e *Pari Cavalos e Aprendi a Voar sem Asas* (Cia. dos Crespos).

época da escravidão. Seguindo um modelo hierárquico, mesmo porque após a abolição as relações de poder não foram alteradas, os espaços domésticos passam a ser lugares de conflitos de poder onde homens espancam mulheres e adultos espancam crianças (hooks, 1995). Com o passar do tempo, o homem negro encontra na mulher branca uma maneira de ascender socialmente, baseada na lógica do embranquecimento, levando ao preterimento da mulher negra no mercado matrimonial (SOUZA, 2008). Para as mulheres negras resta a estereotipia da força, herdada do período escravista, não dá para amar quando a sobrevivência está em jogo. Neusa das Dores continua o relato mostrando como a solidão não era apenas em relação aos homens negros, mas a falta de apoio das companheiras negras com as lésbicas, dentro do Movimento Negro, era constante.

Aí a gente começa a perceber essa coisa sexista né e muito mal utilizada. E infelizmente algumas companheiras também, é ruim falar isso, mas é a verdade né. Se deixam levar diante dessa história e também se colocam contra a gente. De uma maneira sexista dizendo que porque nós éramos lésbicas, e aí isso já tava definido mesmo, já era visível, a gente não gostava dos homens, a gente queria fazer essa decisão porque grande parte das lideranças feminista negra era realmente lésbicas. Tem até um fenômeno que uma sexóloga aqui do Rio de Janeiro da UERJ diz que ela queria aprofundar e isso porque a maioria das lideranças lésbicas do Brasil só negras ela quer estudar mais... Ela tem uma intuição por que que é isso, mas ela queria estudar mais profundamente isso. Então a maioria de nós era lésbica mesmo, a gente começa a organizar o movimento das mulheres negras e a gente é acusada de olhar pro próprio umbigo, de divisionista, de não gostar dos homens (Neusa das Dores Pereira, 2014).

A solidão da mulher negra é uma das consequências do machismo presente na sociedade, ou seja, o homem negro, privilegiado pela questão de gênero escolhe deliberadamente com quem se relacionará, assim como as mulheres brancas são privilegiadas pela questão racial. Nesse sentido, resta para as mulheres negras o preterimento ou aguardar “ser escolhida”.

É o mesmo machismo que através de abordagens do Movimento Negro, muitas vezes, apaga a luta de mulheres como Lélia Gonzalez, intelectual e ativista. Ela esteve presente na fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)¹⁸, no ano de 1978, cuja primeira manifestação pública de repercussão foi a

¹⁸ O MUCDR foi criado com o objetivo de organizar e mobilizar o maior número possível de entidades negras para denunciar a discriminação racial no mercado de trabalho, na educação e repressão policial

leitura do manifesto de criação da entidade na frente do Teatro Municipal de São Paulo, conforme relata Elisa Larkin Nascimento, naquele momento amiga pessoal de Lélia Gonzalez e esposa de Abdias do Nascimento.

Não esqueço nunca o dia 7 de julho de 1978: nossa ida a São Paulo para participar do ato público de denúncia contra o racismo nas escadarias do Teatro Municipal que daria início ao processo de fundação e organização do MNU. Da casa de Lélia, saímos de carro para o aeroporto Santos Dumont, e começou dar problema no motor...morria, parava, conseguia andar de novo, até que parou outra vez e Lélia decidida falou “Deixa esse calhambeque aí e vamos nessa!” Pegamos um taxi para a ponte aérea e o resto é história (NASCIMENTO, 2004, p.02 apud RATTIS; RIOS, 2004, p. 82).

O movimento expandiu-se pelos estados brasileiros e Lélia Gonzalez teve papel fundamental nas reuniões de consolidação e ampliação MNUCDR. Dentre diversas ações, a realização da segunda Assembleia do movimento, na cidade de Salvador no dia 20 de novembro de 1978, teve grande importância. Primeiro porque ali é tomada a decisão de alterar o nome para Movimento Negro Unificado (MNU) e segundo pelo reconhecimento dos membros do Movimento Negro do dia 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, como dia da Consciência Negra¹⁹, em resposta ao dia 13 de maio, dia da libertação dos escravos visto como uma dádiva da realeza, ou seja, vinda de cima para baixo como se as pessoas negras escravizadas não tivessem lutado por isso (DUTRA, 2007; SANTOS,R.C.B., 2006).

Na primeira eleição da Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, ocorrida ainda em 1978, Lélia Gonzalez assume o cargo de diretora executiva da entidade, papel que passa a ser destacado apenas recentemente com os estudos

contra os negros. Os motivos imediatos foram: a discriminação sofrida por quatro garotos negros que jogavam vôlei pelo Clube de Regatas Tietê e foram impedidos de entrar na piscina, o técnico do time, militante de esquerda na época, levou a denúncia até o Movimento Negro; e a prisão, tortura e morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família, acusado de roubar frutas na feira e morto no 44º Distrito Policial de Guaianases sob ordens do Delegado Alberto Abdala. O dia 7 de julho de 1978 é considerada a data de criação do MUCDR.

¹⁹ Essa discussão ficou por muito tempo como pauta do Movimento Negro. Na marcha negra realizada no Rio de Janeiro no ano de 1988, os manifestantes deixam explícita a importância do reconhecimento de Zumbi como herói da população negra. Em 1995, ano dos 300 anos da “imortalidade” do principal líder do Quilombo dos Palmares, o Movimento Negro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares – Contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida reunindo 30 mil pessoas em Brasília, trazendo um novo olhar governamental para a causa negra. Mesmo com grande pressão das entidades do Movimento Negro, a aprovação e inclusão na agenda oficial da data 20 de novembro como dia da Consciência Negra acontecem apenas em 2011, pela lei n. 12.519. Vale ressaltar que a data não é feriado, mas sim ponto facultativo de acordo com o que decidirem os governos municipais.

sobre a antropóloga, mas para o qual o Movimento Negro nunca deu o devido destaque. Como dito anteriormente, além de ativista Lélia é também uma intelectual e sua militância reflete esse aspecto. No MNU ela participa diretamente da formação política dos militantes e, intelectualmente, produz diversos textos sobre o negro no Brasil, sozinha ou em parceria com intelectuais como o sociólogo Carlos Hasenbalg com quem escreveu *Lugar de Negro* em 1982 (RATTS, RIOS, 2004).

Outra militante que cabe destacar aqui é Beatriz Nascimento, também intelectual. Um dos marcos de sua militância é a autoria e narração do filme *Ori* (1989), que documenta os movimentos negros brasileiros entre os anos 1977 e 1988. Sobre o significado do filme Beatriz explica

O processo de *Ori* é uma recriação de identidade nacional através do Movimento Negro da década de 1970. Nós, na década de 70, éramos mudos. E os outros eram surdos a nós. A partir de 70, começamos a falar sociologicamente. E esta lógica estava embutida no processo da própria História do Brasil. (JORNAL DO MNU, 1989, p.6 apud RATTS, 2006, p.64).

Beatriz Nascimento foi uma das fundadoras do grupo André Rebouças em 1974, na Universidade Federal Fluminense, que tinha por objetivo incentivar os estudos sobre as questões raciais no meio universitário. Também foi conferencista na Quinzena do Negro, realizada na Universidade de São Paulo em 1977 e, segundo Alex Ratts (2006) junto com outros pesquisadores, inclusive Lélia Gonzalez, trabalhou para que a questão étnico-racial ganhasse visibilidade na universidade e fortalecesse o discurso político do Movimento Negro.

Em seu artigo intitulado *As Amefricanas: mulheres negras e feminismos na trajetória de Lélia Gonzalez*, Alex Ratts cita Helena Theodoro Lopes, estudiosa de mitos e espiritualidade da população negra, como mulher negra intelectual e ativista, mas afirma que não foi possível identificar o início de sua militância (RATTS, 2010, p.3).

Quase todas as entrevistadas²⁰ relatam a aproximação com o Movimento Negro no final da década de 1970, entre 1978 e 1979. Heliana relata como iniciou sua

²⁰ Exceto Soraya Menezes que pela entrevista não foi possível identificar sua militância no Movimento Negro

militância no Movimento Negro, história entrecruzada com a de algumas militantes citadas acima

Então eu começo minha militância no Movimento Negro, no Instituto de Pesquisa de Cultura Negra, o IPCN, que era o espaço do movimento negro no Rio, que todos começavam a militância. Eu conheço Lélia Gonzalez nesse espaço né tive esse grande prazer, não só Lélia como Beatriz Nascimento. Eram referências nossas no Rio de Janeiro, mulheres negras e acadêmicas, né?! Eu começo a militar assim, eu começo a frequentar as reuniões [que] nos sábados às quinze horas da tarde, a maioria homens negros né, falando de racismo, falando de Fanon, é quando eu conheço Franz Fanon né, e vou ler Fanon, aí leio tudo o que Fanon, naquele momento as referências que eu tinha era Fanon, tomo conhecimento de Maya Angelou, Audre Lorde né, a história toda de Angela Davis que já tinha ouvido falar né, e começo a entrar em contato com essa militância negra (Heliana Hemetério, 2014).

Algumas das aproximações das entrevistadas com o Movimento Negro foram mais complicadas, às vezes por conta do machismo, outras pela lesbofobia derivada desse machismo e, em alguns casos, até mesmo pelo tom da pele ser mais claro.

E havia uma discussão de desconforto na própria instituição, dessa questão do machismo na discussão de gênero. Primeiro porque não havia essas discussões né, e você começa a perceber o seguinte: vamos fazer uma feijoada, isso então os homens fazem a pauta e as mulheres organizam a feijoada. Quem compra o feijão, como vai ter o dinheiro, quem vai cozinhar, que tinham mulheres negras em torno de nós, mulheres de santo, mulheres que eram cozinheiras na vida real né (Heliana Hemetério, 2014).

Do Movimento Negro, eu pelo menos, fiquei muito na periferia do Movimento Negro porque era muito enlouquecida a militância negra naquela época. Era muito masculina como ainda é, era muito machista como ainda é, era muito grosseiro como ainda é. [...] No movimento negro eu fico mais na periferia, mas tenho essa noção de que aquele espaço não era pra mim né, infelizmente uma noção que tenho até hoje, né?! Por causa desses aspectos e, principalmente na época... vou contar um caso que você vai entender melhor. Houve uma reunião aqui no Rio de Janeiro e minha tia tava na minha casa, achei que ela ia gostar de ir e falei "ah tia vamos comigo nessa reunião?". "Quer ir lá pra você ver a discussão dos negros?" e ela disse "tem isso? não sei quê"... né, tudo era novidade. "Tem isso?" eu falei "Tem, vamos lá". Levei minha tia. Menina minha tia virou pra mim e disse "sua mãe fez tanto sacrifício pra você estudar, fez tanto sacrifício pra você ser uma moça fina e você vem pra cá pra escutar tanto palavrão minha filha?". Porque era muito palavrão. Na época era uma coisa que a sociedade não aceitava mesmo. Hoje palavrão tá aí, mas eles tinham uma postura que todo negão tinha que falar palavrão, toda negona tinha que ser desbocada, porque esse era nosso o vocabulário, e falavam palavrão de uma forma exagerada, desnecessária. Porque nada contra o palavrão, mas um palavrão gratuito assim, ele é sempre agressivo, né. Chutava a mesa e lá saia um palavrão enorme. E sem respeitar pessoas que estavam ali que não estavam acostumadas com aquela dinâmica. E minha tia saiu dali apavorada e falou "minha filha não vem mais nesse lugar não, não vem mais não eu só escutei palavrão me senti tão agredida aqui...". Minha tia negona de samba, de

escola de samba, de macumba, de morro se sentiu agredida numa reunião aqui no Rio de Janeiro (Neusa das Dores Pereira, 2014).

E aí quando eu começo a estar é...que eu começo a me aproximar do Movimento Negro, era aquela época do Movimento Negro bem radical que eu era a tinta fraca, a pouca tinta, faltou o cal, faltou... Né, então era bem complicado. Aaaah setenta, final dos anos setenta. Deve ter sido setenta e oito, setenta e nove. Na realidade assim, eu nunca tive uma militância dentro do Movimento Negro, eu sempre tive uma militância no Movimento Homossexual como negra, né. Era diferente, até porque o Movimento Negro ele, por mais que a gente diga que não, ele tem ainda uma coisa de homofóbico. Como o movimento homossexual também é racista, por mais que a gente diga que não, mas é...se o Movimento Negro não fosse homofóbico nós do Movimento LGBT não precisaríamos estar criando espaços para homossexuais negros. E se o Movimento LGBT também não fosse racista a gente não precisaria tá criando esses espaços, né?! (Rosangela Fernandes de Castro, 2014)

O Movimento Negro deixou à margem questões relacionadas à homossexualidade, tanto masculina como feminina. De acordo com Regina Coeli Benedito dos Santos (2006), as explicações para a homossexualidade dentro do movimento negro partiam de uma ordem moral e buscavam uma forma de desqualificar a homossexualidade com afirmações do tipo: “negro veado é maluco ou foi criado por família branca ou é safado” e “mulher sem marido é vaca ou sapatão” (p.17), desqualificando inclusive mulheres solteiras ou divorciadas.

Nas entrevistas aparecem os relatos de como era difícil o diálogo para as mulheres dentro do Movimento Negro que se (re)organizava naquele momento, inclusive com a utilização da violência para que não houvesse a “divisão” ou “fragmentação” do movimento.

Se era assim isto, imagina as mulheres reivindicando seu espaço? Foi muito complicado aqui no Rio reivindicar espaço, mulheres apanharam aqui porque disseram que iam fazer reunião só de mulheres. Mulheres apanhavam ao reivindicar o seu espaço. "Vamos fazer uma reunião só de mulheres!" Sempre nos acusaram de divisionistas, nunca entenderam que era mais um braço do Movimento Negro. Tem essa dificuldade até hoje no Rio de Janeiro. A dificuldade desse entendimento é de uma parte desse movimento né, não é nossa essa dificuldade (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Entender o racismo como forma de dominação ideológica não fez o Movimento Negro deixar de propagar outros mecanismos de dominação. O movimento propunha modificações radicais no plano da igualdade de direitos com base nas diferenças raciais, mas não incluía a erradicação do sexismo e da homofobia em suas pautas. De qualquer maneira são inegáveis os avanços do Movimento Negro no Brasil, desde a

aprovação das primeiras políticas públicas voltadas ao combate a discriminação racial na década de 1990 até as políticas de ações afirmativas dos anos 2000, as oportunidades melhoraram, como por exemplo, a instituição do sistema de cotas no ensino superior público e no funcionalismo público.

3.2 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA

O Movimento Feminista foi constituído com raízes no movimento liberal e na defesa da igualdade de gênero. Na luta pela igualdade dos direitos civis instituiu-se a primeira geração do feminismo, durante o século XIX. De acordo com Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1991) era um movimento sufragista, estruturado na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha, de fundamental importância na formação do movimento. Essa primeira fase do feminismo, abarca o século XIX e a primeira metade do século XX, é o período de fundação da imprensa feminista também no Brasil e as reivindicações eram as mesmas da Europa e dos Estados Unidos: direitos civis, sobretudo o direito ao voto (SANTOS, R.C.B., 2006).

Constância Lima Duarte (2003, p.152) define o feminismo “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”. Logo, a definição de imprensa feminista para esse trabalho é a de periódicos²¹ escritos por mulheres onde são pleiteados direitos civis para mulheres. Nesse aspecto, Zahidé Lupinacci Muzart (2003) destaca que a imprensa feminista brasileira no século XIX foi criada pela necessidade da conquista de direitos, principalmente à educação, à profissão e ao voto, sendo que o sufragismo foi a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Esses jornais não estavam apenas nos grandes centros urbanos e eram jornais que tratavam de questões relacionadas a mulheres de uma elite

²¹ *Belona Irada Contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833 -) de Maria Josefa Barreto; *Jornal das Senhoras* (1852 -) dirigido pela argentina Juana Paula Manso; *A Família* (1888-1897) dirigido por Josefina Alvares de Azevedo; *Crepúsculo* (sem data) dirigido por Sabbas Costa é considerado pró feminista, onde as colaboradoras são todas mulheres, Revocata de Mello, Rosa Valente, Cândida Fortes, Delminda Silveira, Ibrantina de Oliveira, Alice de Alencar, Ubaldina A. de Oliveira (MUZART, 2003).

branca da sociedade. Ainda assim, é através desse tipo de imprensa que se constrói uma base sólida para a defesa de direitos fundamentais, não colocados em pauta antes desse momento (SANTOS, R.C.B., 2006).

A segunda fase do Movimento Feminista defende a ênfase na diferença, influenciada por Michel Foucault, abarcou da década de 1960 até 1980 (ALVES e PITANGUY, 1991). Nesse período são incorporadas noções de gênero²² ao movimento, o pessoal se torna político²³ e as discussões passam a ser em torno da “liberação da mulher”. No Brasil, é uma fase marcada pelo feminismo anarquista. Eram mulheres operárias, maioria imigrantes, e intelectuais discutindo a exploração do trabalho, pautadas nas agendas da esquerda e que apesar de lutarem ao lado do movimento operário tinham sérias dificuldades em mostrar ao movimento a questão do gênero como mais um fator agregador da desigualdade nas relações de trabalho. Essa fase se estende até as décadas de 1970 e 1980 quando ocorre a eclosão do feminismo brasileiro. E um dos fatores colaboradores, de acordo com Oliveira (2006) foi o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, do tema da mulher como uma questão social.

É nesse contexto que as mulheres entrevistadas para esse trabalho iniciaram suas militâncias, algumas vezes como feministas nos Movimentos Negro, LGBT e Sindical, mas também nos Movimentos de Mulheres.

A minha militância nessa época era dentro do Sindicato de Professores porque eu sou professora. A minha militância na época era dentro do Sindicato dos Professores e como tal era no armário. Era uma militância por melhores salários, por plano de carreira, era uma outra briga. Eu começo a sair no final dos anos 70, já bem no final dos anos 70 início dos 80 pra discussão no Movimento de Mulheres e logo depois no Movimento Negro. Mas naquele espaço que pra mim tinha uma certa segurança. (...) Sempre foi complicado, nunca deixou de ser complicado, mas nunca foi dolorido. Faço questão de dizer

²² De acordo com Miriam Grossi (2000) a discussão de gênero determina tudo que é social, cultural e historicamente definido e está em constante processo de resignificação, em virtude das interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino. Nesse sentido, “a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução” (GROSSI, 2000, p. 27).

²³ No ano de 1969 a feminista Carol Hanisch escreveu o artigo *The personal is political* onde explica que quando discutimos problemas do universo individual procuramos soluções coletivas para eles. “Assim, a razão de eu participar dessas reuniões não é para resolver qualquer problema pessoal. Uma das primeiras coisas que descobrimos nestes grupos é que os problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais neste momento. Há apenas ação coletiva para uma solução coletiva” (HANISCH, 1969, p. 4, tradução minha).

isso, pra mim, não porque eu sempre fiz questão de afirmar mesmo isso. Nós tínhamos grupos de mulheres naquela época, principalmente em São Paulo que... a gente se encontrava nos espaços de militância e demarcava bem espaço das lésbicas. Das negras não tanto nessa época, mas das lésbicas a gente marcava tanto (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Bom, o tempo foi passando, eu comecei a entrar, a participar das discussões do Movimento Feminista branco. A primeira percepção que você tem é que o racismo não está na mesa e você encontra também lésbicas brancas com outro discurso. Elas não se declaram lésbicas, elas são feministas e lésbicas e não lésbicas feministas. Então tem essas coisas dos espaços né, você anda pra lá e pra cá, mas o acolhimento enquanto lésbica, ele se fazia para nós uma maneira melhor como lésbica do que dentro do movimento negro sem dúvida alguma. Porém no Movimento Feminista não tinha o discurso racial. (Heliana Hemetério, 2014)

É possível notar em boa parte dos relatos que a militância das entrevistadas no período das décadas de 1970 e 1980 não ocorria apenas em um movimento, demonstrando na prática tanto a interseccionalidade elucidada por Werneck (2007) quanto não haver “hierarquia de opressão” de Lorde (1983). Ao entender o final da década de 1970 como período de inflexão, para os movimentos sociais e para a sociedade brasileira por causa da ditadura em que se encontrava o país, fica explícita a necessidade de lutar em todas as frentes de batalhas possíveis com o objetivo de combater as opressões vivenciadas no dia-a-dia.

Aí a partir do movimento sindical percebeu-se que o povo trabalhador não tinha um rosto, o negro, a mulher, o LGBT e aí começou umas correntes partidárias discutir o feminismo, que era tido como algo da burguesia. Aí a gente começou a discutir dentro do sindicato o nosso feminismo enquanto mulheres negras também e quando aconteceu. E dentro do sindicato não havia um empecilho muito grande, o empecilho era correntes partidárias e uma era o PT, tinha Convergência Socialista, tinha articulação de várias correntes então cada mulher queria levar a visão da sua corrente e não unificar a luta como um todo isso trouxe um desgaste muito grande para a CUT (Soraya Menezes, 2014).

Então em alguns momentos a gente se vê muito solitária, né porque por mais que a maior parte das companheiras do movimento eram lésbicas, mas elas tinham outras bandeiras, né elas eram feministas e lésbicas, negras e lésbicas, né a questão da sexualidade vinha sempre [...] Que nem o Movimento Feminista, ele tem trinta e poucos anos, não lembro quantos anos que ele tem, mas só que a gente que é mulher negra, nosso Movimento Feminista aconteceu desde que a gente pisou aqui sendo traficada, né. Depois que a gente consegue a nossa carta de alforria, né que nossas antepassadas, nossas ancestrais vão vender [...] E aí a gente começa estar muito junto do Movimento Feminista né, mas não discutindo as nossas especificidades. E daí começa né dentro do Movimento Feminista as negras se organizarem enquanto movimento de mulheres negras, e a gente sai também desses espaços e começa a se organizar enquanto grupo de lésbicas (Rosângela Fernandes de Castro, 2014).

O Movimento Feminista é marcado por diversas lutas e conquistas, mas ficou por muito tempo ligado ao eurocentrismo e sua universalização. Isso é explicado no feminismo brasileiro por uma inclinação eurocêntrica que o torna mais um eixo articulador da democracia racial e do ideal de branqueamento, especificamente por universalizar a cultura ocidental para um conjunto de mulheres sem questionar como se dá a interação branco e não-branco, sem contar a negação de toda uma história de lutas e resistência, distanciando o feminismo da realidade da mulher negra (CARNEIRO, 2003). Portanto, a dificuldade de reconhecer as diferenças que permeavam o universo feminino gerando desigualdades, como a cor da pele e a orientação sexual, por exemplo, limitou os avanços que o Movimento Feminista poderia ter alcançado em algumas questões.

Qual era o papel da gente nessa história toda, né?! A gente sempre... a gente começando a ter voz né?! [...] E havia um desconforto, embora as lideranças daquele momento fossem algumas, lésbicas e negras, era assim, nem todas eram assumidas. Que isso é uma fala que eu trouxe ontem aqui e eu sempre trago né, lamentavelmente as mulheres negras não são solidárias com as lésbicas negras como deveriam. Elas ficam incomodadas quando a gente diz isso, mas é uma verdade para nós. Elas não pegam a pauta entender, e eu não quero que elas cheguem aqui e digam. Eu sou lésbica e conheço todas da minha época que são lésbicas que nunca colocaram a cara a tapa e acho que elas tinham razão e motivos né, eu não tô querendo que elas deem a cara à tapa. O que a gente reivindicava era o seguinte: vocês não dão a cara à tapa, mas nós tamos dando, né, então coloque lá na pauta da programação lesbianidade e racismo. Porque a gente ia pras mesas pra discutir ou ia pros debates pra discutir gênero e raça e aproveitava o debate de gênero para incluir o de sexualidade. Sabe?! Era assim a nossa estratégia para discutir essa lesbianidade que nós tínhamos (Heliana Hemetério, 2014).

A autocrítica constante nos movimentos sociais contemporâneos relacionada ao respeito à diversidade de sujeitos que os compõem é feita sobre o fator dessa diversidade poder ou não determinar lugares privilegiados ou subalternos dentro do próprio movimento. No feminismo, conforme explicita Oliveira (2006), isso está bastante presente, pois negras, lésbicas, indígenas, trabalhadoras, passaram a reivindicar um olhar feminista para as suas diferenças e a inclusão de suas pautas na agenda política do movimento.

É uma situação que ocorre tanto dentro dos Movimentos Feministas brancos como negros. Os dois expressam preconceito, os primeiros em relação a raça e ambos em relação a lesbianidade, e então o porquê da dificuldade de atuação de mulheres

negras lésbicas aparece dentro dos movimentos como um todo. A representação da mulher negra como heterossexual é naturalizada de forma constante ainda mais que a da mulher branca. Principalmente por causa da imagem de “gostosa” onde a negra é colocada na posição de objeto de desejo masculino e/ou animal sexual. Dentro do Movimento Feminista negro há ainda o estereótipo da lésbica loira, porque essa seria a representação mais tolerada (OLIVEIRA, 2006).

No Movimento Feminista as mulheres negras enfrentam o racismo, pois é um movimento onde a grande maioria das militantes é branca. Oliveira ressalta que o feminismo no Brasil carregava marcas sociais precisas: mulheres universitárias das camadas médias da população, com experiência de vida cosmopolita e, algumas vezes, associadas ao exílio político. Por muito tempo, as mulheres negras gritaram ao Movimento Feminista que eram de uma realidade diferente.

O fato relevante nesse contexto é: há cinco séculos as mulheres negras têm sido parte da sociedade brasileira e, como grupo social específico ou como parte de outros movimentos vem lutando por justiça e inclusão social desde o regime escravocrata até os dias atuais, num contexto de racismo e sexismo que as torna violentamente invisibilizadas. É na luta por visibilidade que a partir da década de 1970 mulheres negras com diferentes orientações sexuais (heterossexual, homossexual, bissexual e pansexual) incluem demandas e questões, até então sem espaço, dentro do Movimento Feminista e do Movimento Negro (SANTOS, R.C.B., 2006).

Segundo Oliveira (2006) a sociedade está acostumada a se ver como branca e heterossexual logo, tanto a imagem da negra quanto da lésbica precisa obedecer o limite do socialmente suportável. Nesse sentido, a lésbica negra seria como a imagem de um monstro, produto de uma alteridade subordinante, que pode se virar contra seu criador. A mulher negra lésbica rompeu com as normas sexuais, raciais e de gênero causando cismas e inquietações na sociedade eurocêntrica e heteronormativa. Ao mostrar essa ruptura, a dominação branca, heterossexual e masculina é colocada em perigo porque bagunça a ordem social estabelecida.

Eu venho do Rio de Janeiro discutir isso, abaixo o racismo né, abaixo todas as discriminações, mas falar do racismo tem que ser a pauta né. Dizer esse patriarcado ele referenda o racismo todo dia né, e é desse lugar que eu tô falando, a minha dor não é a sua dor né. Porque o que a gente escuta muito?

Quando você fala, você é uma lésbica negra aí a outra é uma lésbica branca, “ah, eu também sofri, minha mãe botou pra fora de casa”. Eu também posso ter a mesma história, a mesma história pra te contar. Porém, o racismo incide em mim uma dor que eu não sei se vou dar conta do dia, eu não sei nem se eu vou dar conta (Heliana Hemetério, 2014).

A identificação como mulher negra lésbica é a tomada de consciência do enfrentamento de várias opressões, assim como se assumir é tomar para si a responsabilidade de instrumento de mudança social. Mesmo porque, muitas vezes a lésbica não é aceita por sua família e precisa cuidar da própria subsistência muito cedo, o que é difícil por conta da discriminação pela cor da pele que dificulta a inserção no mercado de trabalho, algo que já é difícil por ser mulher. Assim, a experiência de opressão por orientação sexual das mulheres lésbicas negras é diferente das mulheres que não enfrentam problemas com o racismo.

3.3 ARROMBANDO AS PORTAS DO MOVIMENTO LGBT

O Movimento LGBT²⁴ no Brasil é iniciado no final da década de 1970. Assim como os Movimentos Feminista e Negro, a gênese desse movimento também está em uma imprensa alternativa que visa dar espaço a um segmento da população. A fundação do jornal *Lampião da Esquina*²⁵ por um grupo de intelectuais homossexuais brasileiros, em 1978, é o ponto pé inicial para um movimento político que passa a problematizar questões relacionadas à população LGBT.

O lançamento do *Lampião* fortaleceu as ações de alguns homossexuais de São Paulo que tentavam se organizar como grupo de militância naquele momento. Fundaram o *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, que recebe bastante

²⁴ Nas décadas de 1970 e 1980 utilizava-se o termo Movimento Gay ou Movimento Homossexual (MH). A partir da década de 1990 a expressão Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) passa a ser utilizada a fim de estimular o consumo do crescente mercado enquanto nos movimentos sociais a nomenclatura passa a ser Gays, Lésbicas, Bissexuais e Tavestis (GLBT). Em 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT a sigla utilizada passa a ser LGBT, como tentativa de dar mais visibilidade as demandas lésbicas. Ainda assim algumas entidades do movimento e alguns acadêmicos, na tentativa de ser ainda mais inclusivos passam a utilizar LGBTQ incluindo na sigla o termo Queer ou LGBTTTQI que inclui também intersexuais. Como os termos ainda estão em disputa será utilizado aqui LGBT por ser uma demanda vinda do movimento e pelo próprio objeto do trabalho.

²⁵ O trabalho conta com um capítulo que trata exclusivamente do *Lampião da Esquina*, por isso as referências nesse capítulo serão breves.

destaque da bibliografia sobre o Movimento LGBT no Brasil. Fundado em 1978, com sede na cidade de São Paulo e ramificações espalhadas por todo o Brasil, além da importante atuação e de ter sido marcante na vida de inúmeras pessoas, o *Somos* ganhou notoriedade por ter sido objeto da tese de doutorado de Edward MacRae, *O militante homossexual no Brasil da “abertura”*, de 1985 e da primeira edição do livro de João Silvério Trevisan, *Devassos no Paraíso* de 1986 (FACCHINI, 2002; SIMÕES JR., 2013).

No mesmo mês de lançamento do *Lampião da Esquina*, abril de 1978, a *Revista Versus*, editada pela Convergência Socialista²⁶, realiza uma semana de debates onde um dos dias foi dedicado à imprensa. Como o *Lampião* não foi convidado para participar, um grupo de homossexuais se organiza para debater questões relacionadas às minorias e a homossexualidade. No mês seguinte, esse grupo já conta com a participação de cerca de vinte pessoas e a primeira aparição pública do grupo é através de uma carta destinada ao sindicato dos jornalistas assinada pelo *Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais*. A mudança do nome para *Somos* ocorre em dezembro de 1978, após o convite para participar da semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, realizado no início de 1979 na Universidade de São Paulo – USP (FACCHINI, 2002). Apesar de não militarem diretamente no *Somos*, as entrevistadas conheciam o grupo, tamanha a notoriedade que ganhou.

E uma coisa legal do jornal foi que a partir do Jornal Lampião foi criado o Somos e eles fizeram uma coisa bacana que foi apoiar a greve dos metalúrgicos. Foi tipo assim olha nós LGBT estamos apoiando a luta dos trabalhadores, também somos trabalhadores. Era como se dissesse olha nós também fazemos parte dessa classe. [...] Há um medo muito grande, uma preocupação com a homofobia, mas naquele momento foram aplaudidos, então assim, a partir dali cria-se um divisor de águas mesmo na luta LGBT e, em alguns sindicatos, abriu-se o leque de parcerias e aí começou discutir algumas questões dentro dos sindicatos, como nos acordos deles lá de [inaudível]... plano de saúde do sindicato estar a partir dali e incluir na nossa pauta de luta, mas nos sindicatos, infelizmente o preconceito existe ainda e muito (Soraya Menezes, 2014).

Na realidade o Grupo Somos eu conhecia algumas das pessoas, mas depois não nessa época de setenta e oito. Eu conheci algumas dessas mulheres já em

²⁶ Organização trotskista brasileira, ligada a uma das correntes da IV Internacional e dirigida por Nahuel Moreno.

oitenta que elas estavam como autônomas saindo do Somos, mas eu lembro que o Somos eu só consegui ir numa reunião, também eu não sabia muito o que era, não tenho propriedade pra dizer se o Somos discutia a questão racial. As pessoas vão se conhecendo não tinha facebook e não tinha email né, mas dava um telefonema pro outro né, foi dessa forma. Um encontro que alguém ia e trazia material, trazia contato (Rosângela Castro, 2014).

Na época do Lampião tinha o grupo Somos né, você já pesquisou né?! Tinha o Grupo Somos, eu me lembro que eu escrevi uma época, mas a comunicação também era muito difícil e muito medrosa, né, você escrever alguma coisa. Eu por exemplo, me inscrevi nesse Grupo Somos mas até hoje estou esperando resposta, até hoje não me chegou nada desse Grupo Somos. Da minha curiosidade é..., nos anos 70 eu tava me descobrindo também, tava vendo se era esse o caminho [interrompe para se despedir do filho de uma das mulheres que trabalha na ONG, uma criança de um ou dois anos]. E aí eu tava me descobrindo, quer dizer me descobrindo, vendo se era esse mesmo o caminho ou não (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Com o interesse de apresentar a homossexualidade de forma politizada e associada à construção de uma política antiautoritária, o Somos foi exemplo para a criação de diversos outros grupos de militância. O encontro na USP foi fundamental para a ampliação do movimento, já que ali foram formados dois outros grupos, o *Eros* e o *Libertos*. Ademais, a polarização do debate em torno do alinhamento com a esquerda ou a priorização da autonomia das minorias, discussão iniciada também no encontro realizado na USP, juntamente com o fato das lésbicas não se sentirem a vontade naquele coletivo, promoveu, posteriormente, um racha no Somos (RODRIGUES, 2007).

Regina Facchini, na dissertação intitulada *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo* (2002) informa que no I Encontro de Homossexuais Militantes, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no final de 1979, havia grupos diversos como: *Somos* de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba; *Auê* do Rio de Janeiro; *Eros* de São Paulo; *Beijo Livre* de Brasília; *Grupo Lésbico Feminista* de São Paulo que nesse momento era um subgrupo dentro do Somos; o *Libertos* de Guarulhos; o *Grupo de Afirmação Gay* de Caxias; e um representante de Belo Horizonte que seria um dos futuros fundadores do *Grupo 3º. Ato*. Nesse primeiro encontro participaram onze lésbicas e cinquenta gays, totalizando sessenta e um participantes. Número baixo se comparado aos duzentos participantes do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, no ano seguinte, na cidade de São Paulo.

Em maio de 1980 o *Somos* racha se dividindo em três grupos, o *Somos*, o *Grupo Lésbico Feminista* que depois recebe o nome de *Grupo de Ação Lésbico-Feminista – GALF* e o *Grupo de Ação Homossexualista* que depois passa a chamar *Outra Coisa* (RODRIGUES, 2007). Posteriormente os grupos *Outra Coisa*, *Eros* e *Libertos* se aliam formando o *Movimento Homossexual Autônomo*.

A verdade é que a questão político-partidária, na década de oitenta, foi relativa apenas ao evento do racha do *Somos* (17/05/1980), grupo que dá início ao movimento homossexual brasileiro, dividido pelo conflito entre partidários da Convergência Socialista e os fundadores da organização, de influência libertária, contracultural. Pelo conflito ter se dado no primeiro grupo homossexual do país (envolvendo muitos sentimentos e o fim de muitos sonhos), sua importância foi hiperdimensionada, projetando-se por toda a década de oitenta e criando uma certa mística em torno do que realmente não passou de um episódio isolado (MARTINHO, 2013, não paginado).

Além desses são fundados na década de 1980 o *Grupo Gay da Bahia - GGB*, atuante ainda hoje, a *Facção Lésbico Feminista* e a *Fração Gay da Convergência Socialista*, ambos de São Paulo (SIMÕES JR., 2013).

Um evento marca a reunião dos “fragmentos” do *Somos*, a campanha contra o delegado Wilson Richetti. O delegado era conhecido por realizar uma operação que expulsou prostitutas de São Paulo e por ter criado a zona de prostituição de Santos. Em 1980 Richetti foi transferido para a Terceira Seccional, correspondente ao Centro da cidade, e iniciou uma ação contra as pessoas que frequentavam o local, à noite, chamada Operação Limpeza. Junto com o Movimento Feminista e o Movimento Negro, entidades do Movimento LGBT realizam um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo no dia 13 de junho de 1980 (FACCHINI, 2002). Logo após os grupos se afastam novamente.

A debandada do *Somos* continua e em 1981 alguns militantes dissidentes fundam o *Coletivo Alegria-Alegria*, grupo de estudos e vivências que durou pouco tempo. No ano de 1982 o *Somos* participa dos debates eleitorais e dos debates sobre a classificação da homossexualidade pelo INAMPS, promovidos pelo *GGB*. O grupo não consegue se manter, as dificuldades financeiras e a falta de novos membros levam a dissolução do *Somos*. Enquanto isso, a aliança entre o *Eros*, o *Libertos* e o *Outra Coisa*, feita com o objetivo de combater a hegemonia do *Somos*, se desfaz. Ainda assim, o grupo *Outra Coisa* participa dos debates eleitorais de 1982 e no ano de 1983

é um dos primeiros grupos a divulgar informações sobre a AIDS, mesmo alguns militantes desconfiando que o alarde em torno do HIV/AIDS fosse mais uma forma de controle médico da homossexualidade. Em 1984, pelos mesmos motivos do *Somos, o Outra Coisa* encerra suas atividades (FACCHINI, 2002).

As entidades do Movimento LGBT brasileiro sofrem grandes baixas na década de 1980. Alguns autores atribuem isso a chegada do que a imprensa denominou como “peste gay”, o HIV/AIDS. O primeiro caso de HIV/AIDS no Brasil é datado de 1980, mas só foi classificado no ano de 1982. Os sete primeiros casos do país foram diagnosticados em São Paulo e todos os infectados eram homo/bissexuais. O HIV/AIDS desmobilizava as propostas de liberação sexual. O estigma criado em relação à população homossexual por causa do HIV/AIDS, fez com que militantes e lideranças do Movimento LGBT se voltassem para ações de prevenção e combate ao vírus e às discriminações decorrentes da crença errônea de que o HIV/AIDS era doença somente de gays. Ironicamente, em pouco tempo, descobriu-se que a doença afetava todas as orientações sexuais, inclusive crianças, mas o preconceito não diminuiu em relação aos homossexuais. O clima de medo causado pelo desamparo científico, já que não havia previsão de cura, e pelo sensacionalismo da imprensa, colocando sistematicamente a culpa em homossexuais, promove também o desamparo dos soropositivos, levando-os a se ampararem mutuamente (FACCHINI, 2002; RODRIGUES, 2007; BRASIL, [s.d.]). A descoberta do HIV/AIDS altera as dinâmicas dos movimentos sociais²⁷, principalmente o Movimento LGBT, pois era composto por pessoas inseridas no principal grupo de risco da doença.

²⁷ Neusa (2014) também falou sobre o HIV/AIDS para se expressar sobre o machismo no Movimento Negro. A fala não coube no corpo do trabalho, mas está posta aqui para exemplificar como a descoberta da doença fazia parte da dinâmica dos movimentos sociais, além da conotação extremamente negativa a ela associada. *“Antes disso teve uma reunião aqui no Rio de Janeiro, na quadra da Império Serrano, que a gente tinha encontro de negros do Sul e Sudeste então, era região Sul e região Sudeste que se reunia aqui e esse encontro foi encontro na Império Serrano e o boom da discussão naquela época era a AIDS. E aí eles fizeram...e antes disso tinha um preparo muito bom que era em discutir teses, quais as teses que seriam aceitas naquele encontro. E foi aceita uma tese de um companheiro aí, petista na época, que quando a gente foi parar para ler a tese tá escrito que a AIDS era uma doença como uma mulher bonita que vinha linda e sorrateira seduzir o camarada e depois pegava o cara. Resumindo, a gente era a AIDS. Menina bate com as duas mãos na mesa e sorri] foi uma briga danaaada naquele encontro, a gente praticamente inviabiliza o encontro. Tenho uma capa, uma revista... tem um jornal da época, eu preciso achar esse jornal e mandar depois pra você, a gente sai na capa de um jornal assim, as brigonas porque a gente e inviabiliza praticamente o encontro a tese a gente inviabilizou. Porque tudo de ruim era comparado à mulher”* (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Eu penso que é assim né, é... quando a gente começa realmente estar se organizando enquanto lésbicas tinha uma questão bem forte que o movimento era um movimento de, eu não sei se naquela época chamaria de classe média, mas era um movimento branco. Então tinha muitos diferenciais e quando a gente começa a ter algumas atuações vem a epidemia da AIDS e as mulheres acabam tendo que ser solidárias com os companheiros que estavam em grupos mistos. E não é que o movimento deu uma parada, mas a gente não avança tanto quanto. Claro que o grande avanço sempre foi São Paulo (Rosângela Fernandes Castro, 2014).

Talvez por lá no Arco-Iris sermos muito poucas e eu ser a militante que unia, cuidava e refletia, eu tive um espaço de me locomover e fazer as minhas coisas e eu levei a discussão do racismo para dentro do Arco-Iris. Porque eles eram todos afrodescendentes, era um grupo de classe média, que o Arco-Iris nasce de um grupo de gays classe média pra combater a questão da AIDS, né?! É claro que tinham alguns brancos, mas a maioria eram afrodescendentes (Heliana Hemetério, 2014).

Inclusive um recrudescimento da discriminação e violência contra homossexuais e travestis é observado nesse período. O Jornal *O Dia* publicou em 19 de novembro de 1984 uma notícia com a manchete “Abatido o 3º. Gay: estão matando a tiros os travestis”. Na Bahia o jornalista José Augusto Berbert incita constantemente o ódio contra homossexuais como, por exemplo, na manchete do dia 14 de janeiro de 1985 do Jornal *A Tarde* “A solução para acabar com a Aids é a erradicação dos transmissores da peste gay”, ou no dia 01 de abril de 1985 “Matar veados não é homicídio, é caçada...”, e ainda a do dia 15 de novembro de 1988 “Mantenha Salvador limpa: mate uma bicha todo dia”. Aparentemente, o aumento dessa violência gera um recolhimento, no sentido de não se expor tão abertamente, inclusive nos ambientes de sociabilização e descontração. A fala da Neusa focada nos anos 1970 mostra um comportamento da chamada comunidade LGBT, aparentemente, incompatível com o período, devido o constante clima de repressão pela ditadura instaurada no país. Mas se comparada com as manchetes de jornais da década de 1980, a mudança de comportamento ocasionada pelo medo da violência pode indicar o porquê do recolhimento da população LGBT e, conseqüentemente do Movimento LGBT também, após a década de 1980, algo que precisaria de um estudo específico para ser comprovado ou negado.

Eu queria te falar que nos anos 70, a maioria de nós, a gente estava dentro do armário, a gente não tava na militância. Quer dizer a gente não estava no armário...porquê a gente não estava na militância, mas a gente era muito visível socialmente. Eu acho que... eu costumo dizer que encareteou o Rio de Janeiro, porque nos anos 70, a gente tinha a palavra chamada desbunde, a gente usava muito e, apesar de ter a ditadura, apesar de tudo nós circulávamos

muito. Nós íamos pra todos os lugares, nós fazíamos o que nós queríamos, nós beijávamos na boca no meio da rua, nós tínhamos Ipanema a vontade, tínhamos é... Copacabana, tínhamos é... uma coisa que eu creio que nem existe mais, quer dizer da forma como era claro que não existe, em Niterói. Niterói tinha um bando de boates gays e a gente ia pra lá. A gente pegava aqui, eu morava no Méier nessa época, nós pegávamos no subúrbio, que o Méier era subúrbio né, nós pegávamos um ônibus direto pra a Praça XV, na Praça XV a gente pegava uma barca, mas era todo mundo, um bando, um bando LGBT. Era um bando! A gente nem tinha esse nome LGBT, era um bando, mas muita gente mesmo. Aí pegava a barca e nós íamos pra Niterói e a gente ficava em Niterói, namorava beijava na boca e etc. E o povo de Niterói fazia o inverso, vinha muito pra cá pro Rio pras boates. Isso é uma tática que a gente usava porque aqui no Rio já era muito conhecido. E ficávamos bastante ali na região do Méier, que era um lugar onde os bares gostavam da gente e nos convidavam até, quando ia ter a inauguração de algum barzinho, ter música, qualquer coisa eles nos convidavam. Quer dizer, de uma certa forma nós tínhamos uma aceitação entre aspas mais tranquila. Mas também poucos escancaravam né, todo mundo sabia qual era a nossa, a gente andava de mãos dadas, as mulheres então andavam de mãos dadas os braços dados, os gays é que faziam um pouco mais, mas quando eles pegavam muito forte mandavam eles se retirar (Neusa das Dores Pereira, 2014).

É ainda nesse contexto que ocorre a expansão das religiões neopentecostais que usam o preconceito contra homossexuais para se promoverem, como acontece com R.R.Souares em 1987. Exatamente sete anos depois de iniciar sua carreira solo como pastor, tendo rompido a parceria com Edir Macedo, Soares publica um anúncio de cura gay com a chamada “O homossexualismo tem cura” no jornal *O Globo* do dia 13 de fevereiro de 1987 (COLAÇO, 2012). Apesar do foco aqui não ser a questão religiosa é importante trazer o relato da Rosângela refletindo o significado da chegada dessas religiões ao Brasil, principalmente em lugares pobres e periféricos, onde a maioria da população é negra. Embora não toque especificamente nas consequências disso para a população LGBT, a entrevistada faz uma conexão com o tratamento dispensado às lésbicas negras nas periferias por onde essas religiões se expandem durante as décadas de 1970 e 1980.

O pessoal vem pra tirar gente do comando. E como que eles conseguem tirar gente do comando? Às vezes é pastorando os nossos. E como é que é isso né, como é que é essa relação desse poder que você dá um terno, bota um livro que não precisa ser lido de baixo do braço empodera um jovem negro? Você dá um pra ir sozinho taierzinho, dá uma xuxa pra pessoa prender o cabelo, daquele livro que é empoderar. Pra quem que essas pessoas estão sendo empoderadas nesses espaços de religião que não são nossos terreiros? E não tem que dizer que porque você é preta você tem que ser de religião de matriz africana, mas o porquê que é mais fácil tirar a gente de onde a gente veio? Quer dizer que a gente continua sendo sequestrado. E a gente já foi sequestrado, já veio pra cá da forma mais indevida e a gente continua vivendo

de uma forma indevida. Porque quem está nas favelas e nas periferias somos nós, as lésbicas que tem menos escolaridade são as lésbicas negras, as lésbicas que tem os empregos menos valorizados são as lésbicas negras. As lésbicas que estão apontando do jogo do bicho são as negras, as que estão fazendo pequenos aviões no morro são as negras, as que estão como camelôs são as negras, as que estão em profissões menos reconhecidas somos nós negras (Rosangela Fernandes de Castro, 2014).

Um segundo motivo para a diminuição de entidades do Movimento LGBT é o fim da publicação *Lampião da Esquina* em 1981. Como o *Lampião* chegava ao Brasil todo, era um meio de comunicação importante, era por onde circulavam ideias e atividades dentro e fora do Movimento LGBT. Facchini ao citar uma entrevista de Alexandre Riboldi, militante do grupo *Beijo Livre* de Brasília, demonstra qual era a dimensão das entidades do movimento que estavam fora do eixo Rio-São Paulo com o fim do *Lampião*

Quando o *Lampião* acabou, o *Beijo Livre* ainda conseguiu se reunir. O grupo acabou naturalmente. As pessoas foram se dispersando, continuaram amigas. [...] Quando o *Lampião* deixa de existir, ele deixa muita gente órfã. Todo mundo ficou órfão porque acabou tudo! Todo mundo se recolheu, os grupos deixaram de existir. Não se passou mais a discutir a homossexualidade. [...] Quando o *Lampião* deixa de existir, os grupos deixaram de existir e os que existiam, nós não tínhamos como saber deles! Desta forma, era como se não existissem. Eles não tinham efeito, não tinham importância (SILVA, 1998 apud FACCHINI, 2002, p.75).

A partir da década de 1990 o Movimento LGBT se torna outra coisa. Diretamente atingidos pela epidemia de HIV/AIDS os grupos se voltam para a atuação do combate da doença, muitos se convertem em Organizações Não Governamentais (ONG) para conseguir financiamento para suas atividades, que passam a ser apoiadas pelo Ministério da Saúde, Organização das Nações Unidas dentre outras organizações internacionais. Os financiamentos, vistos por alguns como perda de autonomia do movimento, causam disputas e divisões. Há também a criação das setoriais LGBTs dentro de partidos políticos como PT, PDT e PMDB. Outra pauta constante do movimento passa a ser o aumento e fortalecimento dos grupos e, de acordo com Facchini (2002) essa ampliação se torna realidade, já que a autora contabilizou a existência de oito grupos em 1980 e oitenta e quatro grupos em 1995.

Vale ressaltar que o objeto do trabalho é relativo ao final da década de 1970 e início da década de 1980 e não é primordial que se faça aqui uma leitura desses

movimentos para além desse período, já que o foco não são os movimentos sociais, mas sim as identidades lésbicas negras e o jornal *Lampião da Esquina*. De qualquer forma percorrer parte do histórico desses movimentos facilita o estudo do objeto desse trabalho, ainda que não se esgote o tema.

3.3.1 O Arrombamento Sapatônico

Conforme apontado anteriormente por Castro (2010), a invisibilidade das lésbicas negras pode derivar do fato delas serem mulheres e sofrerem opressão de gênero, por serem lésbicas e oprimidas por sua orientação sexual ou por serem negras e sofrerem racismo, dentre várias outras características que podem compor a interseccionalidade de cada uma. Por isso é de extrema importância fazer esse item como um complemento do que foi o Movimento LGBT nas décadas de 1970 e 1980 e refazer parte do histórico do movimento de lésbicas, pois apesar de pautar a orientação sexual muitas vezes não era colocada na agenda as questões de gênero no Movimento LGBT.

Vale voltar um pouco na cronologia aqui seguida e destacar a atuação de um grupo específico, o *Grupo Ação Lésbica Feminista – GALF*, formado quando se deu o racha no *Somos*. A atuação do grupo começa no ano de 1979, ainda dentro do *Somos*, formando um subgrupo que recebeu diversas denominações – facção lésbica feminista, subgrupo lésbico feminista, ação lésbica feminista – até se estabelecer como *Grupo Lésbico Feminista* entre 1979 e 1981.

O Grupo Lésbico-Feminista surgiu em maio de 1979 quando as mulheres do Grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo (primeiro grupo homossexual do Brasil), foram convidadas a redigir uma matéria sobre lésbicas para o jornal *Lampião da Esquina*, publicação de temática homossexual do Rio de Janeiro que circulou de 1978 a meados de 1981. Após a publicação dessa matéria, decidiram continuar juntas e formaram o primeiro grupo lésbico brasileiro, chamado Grupo Lésbico-Feminista (LF), cujo coletivo se desfez em meados de 1981. Duas remanescentes deste coletivo, resolveram dar continuidade a organização especificamente lésbica e fundaram o Grupo Ação Lésbica Feminista (outubro/1981) (MARTINHO, 2009, não paginado).

No final de 1980 os conflitos internos levaram a um racha, quando algumas militantes formaram outro grupo lésbico chamado *Terra Maria* ou passaram a atuar em organizações feministas como o *SOS Mulher* enquanto outras prosseguiram no *Grupo Lésbico Feminista*. Em outubro de 1981 as militantes do *Grupo Lésbico Feminista* decidem alterar o nome para *Grupo Ação Lésbica Feminista*. O GALF é responsável pela primeira publicação lésbica do país, o informativo *ChanaComChana*, fundado em janeiro de 1981, e também pela construção da primeira biblioteca com a temática lésbica (MARTINHO, 2012; 2014; FACCHINI, 2002).

O grupo Somos foi formado paralelo, foi São Paulo e Rio nessa época. E na mesma época ou depois, eu não lembro se elas saíram do Somos, que são as meninas do [fala o nome de um grupo que é incompreensível] que antes elas foram GALF, Grupo de Ativismo Lésbico Feminista né, Mirian Martinho, Deusa Terra, tinha uma revista que elas trabalhavam, no jornal chamado ChanacomChana e que discutia coisas também bem interessantes em relação às lésbicas (Rosângela Fernandes de Castro, 2014).

O *ChanaComChana* teve treze edições, incluindo a edição 0 em formato de jornal, sendo que o restante foi publicado em formato de boletim. O GALF atuou praticamente por toda a década de 1980 – 1981 a 1989, diferentemente de outras entidades lésbicas que desapareceram rapidamente. Em 1988 o GALF é encerrado, dando origem a *Rede de Informação Um Outro Olhar*, que a partir de 1995 se tornou uma Organização Não Governamental (ONG) com projetos na área da saúde da mulher, especificamente fazendo o recorte da saúde lésbica, e que foi também uma publicação em revista durante os anos de 1989 e 2003. A partir de 2004 *Um Outro Olhar* passa a ser uma magazine virtual ativa até os dias atuais (MARTINHO, 2012).

Rosângela (2014) morou em São Paulo e no Rio de Janeiro, por isso ela relata de maneira detalhada os grupos do eixo Rio-São Paulo e alguns outros que estavam em contato entre as décadas de 1980 e 1990.

Então tem a rede Um Outro Olhar, a Deusa Terra, aqui no Rio de Janeiro acho que foi o Movimento Delas, tinha o Grupo Lésbico da Bahia, tinham alguns grupos saindo né sendo criados. A gente no Rio de Janeiro em noventa e cinco cria o Coletivo de Lésbicas né, que foi o primeiro grupo de Lésbicas Negras do país e daí a gente foi dando continuidade, mas a discussão étnico racial só saía nos grupos onde tinham negras. E isso acontecia onde? Acontecia no Rio de Janeiro, nem na Bahia era discutida essa questão étnico racial. Né, o pessoal que era do GLB não tinha essa discussão, é através do Rio de Janeiro que começa se prestar atenção né. [...] GLB é Grupo Lésbico da Bahia, não existe

hoje mais não, mas foi o primeiro grupo de lésbicas do nordeste e teve uma atuação bem forte, bem forte mesmo (Rosângela Fernandes Castro, 2014).

As informações sobre o histórico de um movimento de lésbicas no Brasil ou mesmo a atuação delas em grupos mistos²⁸ são escassas. A maior parte das informações sobre a atuação das lésbicas nos movimentos e dos periódicos por elas publicados são disponibilizadas pela *Rede Um Outro Olhar*²⁹.

Apesar da pouca documentação sobre o envolvimento das lésbicas no Movimento LGBT dois aspectos não podem ser negados: elas foram ativas na marcha contra o delegado Richetti e foram as executoras do “Stonewall brasileiro”³⁰, que será detalhado mais a frente, na década de 1980. Na página da *Rede de Informação Um Outro Olhar*, o relato da militante Rose Mancini deixa evidente o medo e a tensão durante a marcha, ainda que fosse no “Brasil da abertura”. Junto ao relato uma fotografia que mostra a faixa carregada durante o protesto e a militante responsável pelo relato no círculo mais claro da imagem.

Abrimos a faixa e começamos a dar os braços para fazer as pessoas andarem mais devagar, como se disséssemos: "Assumimos esse risco para que reflitam". Abraçadas seguíamos fechando a rua. Bloqueando os passos rápidos e desesperados de cansaço. Assustando os que, conformados, nos seguiam até serem distraídos sob a própria cabeça: "Contra a Violência policial. Ação Lésbica Feminista". Algumas tentavam passar por baixo ou romper a nossa barreira natural de corpos. Outras nos empurravam para mostrar que não tinham nada a ver com aquilo. "Não sou sapatão". Empurrão e resignação. Sabiam que logo lá na frente subiriam no ônibus, e tudo teria terminado. Era uma barreira, e a barreira no começo era muito sólida. Estávamos na Avenida São João, e fomos subindo e parando o trânsito. A adrenalina cadenciava os nossos passos e dava um novo ritmo aos nossos corações. Improvisando para fazer coincidir os eventos com os deslocamentos e prever o fluxo. Tínhamos que segurar com discrição a multidão por um tempo antes de ela chegar aos pontos dos ônibus. O objetivo valia a intervenção. Estávamos ali para exigir que parassem de perseguir, torturar e matar pessoas que tinham cometido só o crime de amar de forma não convencional. Não tinham culpa de não fazer coincidir corpo, coração, sexo e a cor da pele com as regras morais, sociais e religiosas. Não tinham culpa de existir (MANCINI, 2012, não paginado).

²⁸ Entende-se como grupos mistos, as entidades que reuniam lésbicas e feministas ou gays e lésbicas simultaneamente.

²⁹ Com base na página da entidade foi possível compor as tabelas “1. Organizações Lésbicas no Brasil” e “2. Periódicos Lésbicos no Brasil” que constam no anexo desse trabalho.

³⁰ Stonewall brasileiro é uma comparação com a revolta no bar nova-iorquino Stonewall In em 1969 (ver nota 06).

Imagem 1 – Primeira passeata homossexual no Brasil, São Paulo, dia 13 de junho de 1980.



As mulheres na passeata contra a repressão policial

Fonte: MANCINI, 2012.

A repressão do Estado contra homossexuais no período da ditadura foi reconhecida pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, do estado de São Paulo. Dentre os documentos da comissão é possível encontrar referência a chamada “Operação-Sapatão”, empreendida também pelo delegado Wilson Richetti.

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Em fragmento do jornal *Repórter* de 1981, uma estudante não identificada relata que estava no ponto de ônibus quando foi abordada pela polícia e, mesmo apresentando carteira de trabalho e documentos, mandaram-na para o 4º. Distrito Policial, onde os policiais estavam cobrando propinas para liberar as mulheres presas na “Operação-Sapatão”. A rua onde foi realizada a operação era conhecidamente um reduto das lésbicas da cidade de São Paulo desde a década de 1960 (COMISSÃO DA VERDADE, 2014). Rosangela (2014) relata que a perturbação da polícia era constante no centro da cidade, local onde ficavam os bares frequentados pelas lésbicas paulistas.

Tinha um bar que a gente frequentava lá em São Paulo que chamava Ferro's Bar, era bem no centro de São Paulo mesmo, que era perto da Praça Roosevelt onde a gente vivia sendo perseguida pela polícia lá. Tinha um tal de um delegado, acho que era Richetti, que vivia perturbando a ordem do bar. (Rosângela Fernandes Castro, 2014).

Ainda na década de 1980 o *Ferro's Bar*, em São Paulo, era conhecido como um reduto lésbico. Apesar da resistência do dono do bar era ali que as lésbicas se reuniam, vendiam seus boletins e combinavam ações de militância. Em 23 de julho de 1983 algumas militantes estavam vendendo o boletim *ChanaComChana* dentro do estabelecimento quando o dono do bar acompanhado dos seguranças e do porteiro resolveram expulsá-las a força e dizer que elas estavam proibidas de entrar ali e vender seus boletins. Foi por causa da resistência de alguns presentes que elas puderam permanecer no local, mas durante os dois meses seguintes elas ainda encontravam resistência e ameaça por parte do porteiro/segurança do bar. As lésbicas então decidiram retomar o local e em 19 de agosto de 1983 em torno da militante lésbica Rosely Roth, uma das militantes fundadora do *GALF* e da *Rede de Informação Um Outro Olhar*, realizaram um protesto no bar. A ação foi articulada com a imprensa, ativistas gays, feministas e dos direitos humanos, além da vereadora Irede Cardoso e os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy (COMISSÃO DA VERDADE, 2014; UM OUTRO OLHAR, 2012).

O Ferro's Bar foi o mais importante espaço para as lésbicas de São Paulo, muito antigo, bar e restaurante, durante o dia um restaurante, durante a noite uma verdadeira sapataria, né? Lésbicas saindo pelo ladrão, dávamos muito lucro para aquele bar, que tinha um banheiro só, portanto dávamos bem pouca despesa, porque era mais fácil fazer xixi em outro lugar do que lá, não é? Mas eles não permitiram que a gente vendesse, os donos, que vendessem nosso "Chana com Chana", o jornalzinho que passou ali. Eles em 1983, em agosto proibiram a gente de vender isso lá dentro, apesar de todo o lucro que a gente dava, foi quando nós montamos, as lésbicas, eu não estava me São Paulo no momento, mas as lésbicas do GALF organizaram uma invasão, e aí chamaram a imprensa, chamaram a Irede Cardoso que esteve lá presente, a vereadora, e os ativistas gays e lésbicas foram todos pra lá, invadiram o Ferros Bar, e, como eles alegaram que a gente estava fazendo arruaça, dentro de tão comportado ambiente, o dono chamou a polícia, mas deu sorte naquela noite, a polícia acabou sendo imparcial. A Irede chamou os donos, porque eles se calaram, desapareceram, ela os fez estar presentes e houve muito discurso, foi um Stonewall brasileiro com certeza, é considerado o dia 19 de agosto, também Dia Nacional da Visibilidade Lésbica em referência a essa invasão do Ferros Bar. A Rosely Roth foi a mulher que encabeçou esta invasão do Ferros, foi uma das mais importantes, se não a mais importante, militante lésbica desse

período da ditadura, ela viveu só 30 anos de idade (MARISA FERNANDES apud COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Imagem 2 – Manifestação no Ferro's Bar, o Stonewall brasileiro.



Fonte: Um Outro Olhar, 2012.

O dia 19 de agosto foi instituído como Dia da Visibilidade Lésbica no país, até o ano de 2003³¹, assim como o dia 28 de junho, dia da Revolução de Stonewall, foi estabelecido como o Dia do Orgulho LGBT, por isso o “Stonewall brasileiro”. Apesar de todo o furor causado pelo *ChanaComChana*, mercadologicamente as publicações voltadas para lésbicas não eram viáveis, por isso obtiveram pouco destaque (NONATO, 2013).

O breve relato acerca dos movimentos torna perceptível a presença das lésbicas negras nos Movimentos Sociais. Transitando entre Movimento Negro, Movimento Feminista e Movimento LGBT essas mulheres lutaram por suas demandas e tomaram para si a responsabilidade de melhorarem suas realidades. Apesar da falta de reconhecimento da presença delas em diversas lutas encampadas no Brasil, justificada pelo racismo, pelo machismo e pela lesbofobia, através dos relatos é possível perceber que não só estiveram presentes, mas foram ativas na militância. Os obstáculos encontrados pelo caminho foram necessários para a construção dos espaços de

³¹ Na ocasião do V Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE foi decidido em votação que o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica seria dia 29 de agosto, data de realização do I SENALE que ocorreu em 1996. Ainda assim, a *Rede de Informação Um Outro Olhar* continua comemorando em 19 de agosto, em homenagem a militante Rosely Roth líder do “Stonewall brasileiro”, que por problemas emocionais cometeu suicídio em 28 de agosto de 1990.

formação das identidades lésbicas negras em toda sua diversidade, concordando com as identidades de resistência e projeto apontadas previamente por Castells (1999) que produzem espaços de resistência por serem tão mutáveis quanto as próprias identidades.

Diante dessas constatações, a questão que fica é se o jornal *Lampião da Esquina*, que se colocava como a voz das minorias, representou as lésbicas negras em suas páginas. O Lampião iluminava os becos escuros de homossexuais, negros e mulheres, mas quando essas categorias se interseccionavam o jornal ecoava essas vozes?

4. LAMPIÃO DA ESQUINA E O ESCURECIMENTO DO MUNDO ARCO-ÍRIS

Embora o objeto desse estudo seja a representação das lésbicas negras no jornal *Lampião da Esquina*, esse tópico foi disposto no final do trabalho por serem necessárias algumas reflexões a cerca dessas identidades invisibilizadas por questões de raça, gênero e orientação sexual antes de uma abordagem sobre como o jornal “enxergava” essas mulheres. Isso porque tratar de identidades histórica e socialmente invisibilizadas sem falar especificamente delas é uma maneira de visibilizar o assunto, mas não as identidades. Será feito aqui um pequeno histórico da imprensa LGBT até a atuação do jornal *Lampião da Esquina* no final da década de 1970.

O primeiro periódico da imprensa gay a circular nas Américas chamava *Vice-Versa: America's Gayest Magazine*³² e foi distribuído de mão em mão nos bares de Los Angeles por uma secretária da RKO Studios, empresa de produção e distribuição de filmes estadunidense. Sob o pseudônimo Lisa Ben, anagrama da palavra *lesbian*, entre junho de 1947 e fevereiro de 1948, Edith Eyde publicou o periódico que se tornaria referência para outras publicações gays. A *Vice-Versa* era datilografada e as cópias feitas com carbono, possuía coluna de cartas, ensaios pessoais, contos, poesias, editoriais sobre livros e filmes. No Brasil, os periódicos da imprensa gay seguiram o mesmo caminho anos mais tarde. José Luís Pinto Rodrigues em sua tese *Impressões de Identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil* (2007, p.55) destaca a existência de periódicos voltados para o público gay desde a década de 1960

No Rio tínhamos, de restritíssima circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, *20 de abril*, e *O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos havia o *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay* e *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e Fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*.

Eram jornais distribuídos entre amigos, que tratavam de assuntos como badalações sociais, acontecimentos culturais e amenidades, tinham reportagens e classificados, mas não duravam muito tempo, alguns deles chegam a ter apenas o

³² Ver: <http://www.onearchives.org/> e <http://www.kcet.org/arts/artbound/counties/los-angeles/one-national-gay-lesbian-archives.html>.

primeiro número. A importância desses periódicos refletiu na criação da Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG)³³ já no início da década de 1960, mantida pelos editores desses pequenos periódicos.

Ainda que o foco não fosse politizar a questão homossexual na sociedade brasileira essa imprensa demonstrava a busca de espaço para a formação de uma identidade homossexual, ainda que masculina. O *Snob*, considerado o mais importante periódico homossexual nesse período (RODRIGUES, 2007; NONATO, 2013), foi publicado entre os anos de 1963 a 1969 e suas capas eram ilustradas com bonecas. A exceção foi a última capa, ilustrada com a imagem de dois homens nus fazendo sexo, mostrando a mudança de pensamento sobre a homossexualidade entre o próprio grupo. Era o aparecimento de uma nova identidade homossexual, negando termos pejorativos como “viado”, “bicha” ou “louca”, davam as caras “os entendidos”, marcando uma posição

[...] mais igualitária, identificada sobretudo com o modelo norte-americano, em termos de comportamento sexual, que não imitava as dualidades ativo/passivo, e masculino/feminino, associado às posturas hierárquicas, estabelecidas a partir de um “índice de masculinidade” (RODRIGUES, 2007, p.59).

A fundação e circulação do *Snob* remete a existência de um grupo organizado de homossexuais também no início da década de 1960. De acordo com Murilo Nascimento Nonato em *A Imprensa Gay no Brasil: um reforço do comportamento heteronormativo e produção de corpos abjetos* (2013) o periódico foi criado por Agildo Guimarães que insatisfeito com o resultado de um concurso de beleza organizado pelo grupo Turma do Okay, fundado em 1961, cria o jornal para criticar o resultado. Era também o início do movimento.

Ainda assim, os diversos autores (FACCHINI, 2002; RODRIGUES, 2007; NONATO, 2013; SIMÕES JR., 2013) concordam que o *boom* do Movimento LGBT no Brasil foi o final da década de 1970. Influenciados pelos movimentos de contracultura³⁴,

³³ Rodrigues (2007, p.56) afirma que a ABIG foi criada no início da década de 1960 e durou até o ano de 1964 enquanto Facchini (2002) aponta que a duração da mesma associação foi de 1967 a 1968.

³⁴ De um lado, o termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude que marcaram os anos 60: o movimento hippie, a música rock, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas e assim por diante. “[...] Trata-se, então, de um fenômeno datado e situado historicamente e que, embora muito próximo de nós, já faz parte do passado”. [...] “De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo

que desde a década de 1950 fervilhavam pelo mundo, pelas lutas libertárias da década de 1960, feitas por movimentos sociais onde se destacam eventos ocorridos no ano de 1968 (a greve de estudantes em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os panteras negras e o movimento hippie contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, a luta contra as ditaduras militares na América Latina, etc.) e ainda pela Revolta de Stonewal em 1969, os homossexuais saem do armário para reivindicarem espaço na sociedade brasileira.

Segundo Rodrigues (2007) a Revolução de Stonewall se transformou em um “movimento de racionalização, de sistematização da luta, de inauguração e prolongamento de ações políticas que deixarão marcas profundas nos corpos e mentes de gays e lésbicas” (p. 64). A imprensa gay fez o trabalho de rememorar constantemente esse momento na cabeça da comunidade homossexual.

Nos meses seguintes a Stonewall diversos periódicos³⁵ foram criados em todo o território dos Estados Unidos.

No Brasil, o advento da Ditadura Militar e, posteriormente, o retorno dos exilados políticos no final da década de 1970 ocasionou o crescimento do movimento de esquerda. Em princípio o movimento se aliava com as causas dos homossexuais³⁶, mas em seguida as lutas homossexuais, das mulheres e dos negros, passam a ser consideradas secundárias, para serem pensadas depois, porque se tornou causa imediata desses movimentos a luta do operariado contra as forças opressoras capitalistas. A ditadura controlava os periódicos da grande imprensa desde o início do regime, levando alguns jornalistas a fundarem pequenos jornais para escaparem da censura. Esses jornais receberam o nome de imprensa alternativa ou imprensa nanica

espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às forças mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica – esta parece ser a palavra-chave – que, de certa maneira, ‘rompe com as regras do jogo’ em termos de modo de se fazer oposição a uma determinada situação. “[...] Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social.” (PEREIRA, 1992, p. 20)

³⁵ *Gay, Come Out!, Gay Times, Gay Flames, Gay Sunshine, San Francisco Gay Free Press, Lavender Vision, Gay Liberation* e *Killer Dyke* foram alguns dos periódicos que surgiram logo após a Revolução de Stonewall (RODRIGUES, 2007, p.64).

³⁶ Havia intenso diálogo dos homossexuais, organizados ou não, com a Convergência Socialista, que culmina na fundação da Fração Gay da Convergência Socialista na década de 1980. Nas entrevistas de Heliana Hemetério, Neusa das Dores Pereira e Soraya Menezes várias aproximações com os recém-fundados Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1979 e Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

e, entre 1964 e 1980 circularam no Brasil cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição à ditadura (SIMÕES JR., 2013; SILVA, 1998; RODRIGUES, 2007).

Claudio Roberto da Silva na dissertação de mestrado *Reinventado o Sonho – História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo* (1998) divide os tabloides da imprensa nacional no Brasil em duas partes, os de discurso predominantemente político que se apoiavam na valorização do nacional e popular dos anos 1950 e no marxismo do movimento estudantil da década de 1960 e os que faziam discurso a favor da crítica de costumes e da ruptura cultural, se apoiando nos movimentos da contracultura estadunidense. Essa divisão aparece claramente no depoimento de Glauco Mattoso para Claudio Roberto da Silva

Na segunda metade dos anos setenta começou a desaparecer a censura, possibilitando o aparecimento da imprensa alternativa. Nesse período, a grande imprensa ainda estava amordaçada. Os grandes jornais estavam comprometidos com o regime. Eles não possuíam a mobilidade necessária para cobrir certas áreas. Assim, tablóides independentes começaram a entrar por essa brecha. Tudo começou com o Pasquim, depois vieram os jornais políticos, *Opinião*, *Versus*, *Movimento*, e por fim os jornais mais específicos, de minorias, como os de negros, mulheres e o *Lampião* (MATTOSO apud SILVA, 1998, p.89).

Em 1977 João Antônio Mascarenhas reuniu um grupo de jornalistas e intelectuais para entrevistar Winston Leyland, editor do jornal *Gay Sunshine* que estava no Brasil para reunir material para uma antologia de contos homossexuais latino-americanos, para o jornal *Pasquim*. A visita de Leyland foi considerada um grande evento para o grupo que ali estava reunido para a entrevista. Mascarenhas propõe então a criação de uma publicação brasileira voltada para o público gay. Aguinaldo Silva sugere um jornal, ideia inicialmente recusada por Mascarenhas por achar um serviço caro, mas depois volta atrás convencido por Aguinaldo. Influenciados por essa profunda transformação no quadro político brasileiro, na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo, os jornalistas, intelectuais e artistas ali reunidos começam a pensar em um periódico feito por homossexuais e para homossexuais que tratasse de assuntos diversos e que fosse vendido nas bancas de todo o Brasil. Assim, em abril de 1978

nasce o número 0 do *Lampião*³⁷, com tiragem inicial de dez mil exemplares, logo ampliada para quinze mil (SILVA, 1998; FACCHINI, 2002; RODRIGUES, 2007; SIMÕES JR., 2013).



Imagem 3 – Capa do *Lampião da Esquina* n.0

O conselho editorial³⁸ do *Lampião da Esquina* foi inicialmente formado por onze pessoas, todos homens e homossexuais, a maioria brancos (a exceção era Adão Acosta) e tinha como coordenador de edição Aginaldo Silva. O editorial do número zero do *Lampião*, **Saindo do Gueto**, explica que um jornal homossexual é necessário para dizer não ao gueto e, conseqüentemente, sair dele. Ainda no mesmo texto é informado que o jornal será publicado mensalmente, trazendo notícias sobre atualidades e esclarecendo questões relacionadas a experiência homossexual, mas o que chama, realmente, atenção nesse editorial é que ele abre o jornal para questões de outras “minorias”.

³⁷ A edição número 0 do periódico é publicada com o nome *Lampião*. A partir da edição número 1 o nome é ampliado para *Lampião da Esquina* porque se descobre que já havia um jornal com o nome *Lampião* no Rio Grande do Sul.

³⁸ Os jornalistas Adão Acosta, Aginaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o antropólogo Peter Fry; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; e o cineasta e escritor João Trevisan.

Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador [...]. [...] nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (*Lampião*, n. zero, p.2)

É importante destacar que o editorial é a parte do periódico onde se comenta os principais acontecimentos do momento e da edição que está sendo publicada, é ali que a direção analisa, comenta, exorta e explicita a opinião da publicação sobre os diversos assuntos. Dessa forma, com o editorial **Saindo do Gueto** o *Lampião* adota os valores dos “movimentos minoritários” e opta por dar voz às lutas políticas dos setores oprimidos da sociedade. “O tratamento da homossexualidade aparecia em suas páginas como um fenômeno social problematizado, tanto quanto a questão dos negros, dos indígenas, das mulheres” (SILVA, 1998, p.95).

A principal questão levantada aqui é se o que foi proposto no editorial se realizou, se o jornal conseguiu apresentar as vozes de algumas minorias como se propunha, mais especificamente se o *Lampião da Esquina* iluminou os becos e esquinas escuras onde estavam as lésbicas negras.

4.1 ESCURECENDO OS BECOS FEMINISTA, FEMININO E LÉSBICO

A ausência das mulheres no Conselho Editorial do *Lampião da Esquina* veio justificada logo no número zero do jornal pelo diretor do conselho, Aguinaldo Silva, na matéria intitulada “Mulheres do mundo inteiro...”

A ausência de mulheres no LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar nesse jornal é a do feminismo, e pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais (LAMPÍÃO, n.0, p.5).

As palavras de Aguinaldo Silva foram levadas a sério pelo jornal, cumprindo parte do exposto no editorial **Saindo do Gueto**. Isso porque apesar da ausência das

mulheres, no mesmo número do jornal, uma matéria sobre orgasmos intitulada “O nosso prazer é melhor?” coloca que a situação do gozo para mulher é pior do que para homens heterossexuais e homossexuais porque a sexualidade feminina sempre foi observada a partir do ponto de vista masculino. Ainda na página dez dessa edição, a publicação do “Poema para teus seios” de Leila Mícolis, que viria a ser colaboradora assídua do jornal tempos depois.

Na edição número 1 do Lampião, a primeira seção **Opinião**, traz um texto de uma colaboradora chamada Mariza, da cidade de Campinas. No texto “Nossas gaiolas comuns” a autora coloca como a luta das mulheres é muito parecida com a dos homossexuais, apesar das especificidades femininas. Dessa forma Mariza afirma que o objetivo da luta conjunta não é esquecer a singularidade da situação da mulher, mas sim “ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós, cada um a sua maneira” (LAMPIÃO, n. 1, p.2). Essa edição tem ainda uma matéria sobre a luta das feministas contra um jornal chamado *Movimento*, com trechos de uma carta da socióloga feminista Heleieth Saffioti denunciando o machismo do dito jornal. Na seção **Cartas na Mesa** um leitor anônimo critica a ausência de mulheres na publicação, já que segundo ele existem muitas mulheres “gueis” que são escritoras.

A questão é que as críticas a ausência das mulheres no jornal se tornam mais frequentes e enfáticas a partir do número 2, já que a edição zero foi distribuída para pessoas específicas, ainda que a tiragem inicial foi de dez mil exemplares e depois foi ampliada para quinze mil, e as pessoas precisaram ler a edição número 1 para perceberem essa ausência. Logo, a partir do número 2, o jornal passa a receber com maior frequência cartas de leitores e leitoras insatisfeitos com a inexistência de mulheres no Conselho Editorial, como a de Rose S., onde a leitora lança o desafio “Ou nós entramos na jogada, ou ‘Maria Bonita’ entrará em cena para apagar o fogo de Lampião” (LAMPIÃO, n.2, p. 14).

As críticas surtiram efeito e na edição três o jornal anuncia a composição da redação com duas mulheres na capa: Zsu Zsu Vieira que assina a matéria “A doença infantil do machismo” e Lúcia Rito assinando o texto “Da Regina Coeli as coisas da vida” sobre suas experiências em um colégio de freiras. Uma entrevista com a atriz Norma Bengell, nessa mesma edição, denuncia o machismo na televisão. A atriz havia

sido afastada da novela *Dancing Days* após uma discussão com o diretor e anuncia “eu não quero morrer muda” (LAMPPIÃO, n.3, p. 8).



Imagem 4 – Capa do *Lampião da Esquina* n.3

Na edição seguinte é a vez da feminista Heleieth Saffioti e da sexóloga Naumi Vasconcelos responderem sobre preconceitos sexuais em relação às mulheres. Com posições marcadamente diferentes sobre poder, marginalização e frigidez as duas aparecem na coluna “Quando as mulheres respondem”. Ainda na edição número quatro uma entrevista com a atriz de contos eróticos, Lucy Mafra, conhecida como “A mulher que posou nua para o *Pasquim*”, relata quão machistas e preconceituosos são os editores desse periódico. O *Lampião* número cinco traz uma entrevista com Cassandra Rios, escritora lésbica, que teve cerca de trinta e seis livros censurados pela ditadura e que foi acusada de “atentado a moral e aos bons costumes” por seus livros de contos eróticos destinados ao público gay.

A participação das mulheres no *Lampião da Esquina* segue um ritmo morno até a edição número dez quando Leila Mícolis faz uma crítica contundente a uma matéria do jornal *O Repórter* sobre lésbicas. No texto “Lésbicas vendem mais jornal?” a jornalista aponta que o periódico foi extremamente sensacionalista, com o único objetivo de aumentar as vendas, desde as manchetes “Fiscal de ônibus só soltou o bicho quando ficou viúva”, “Favelada tá doida para experimentar” ou “É boa de cama e

ataca de tudo”, até a opinião profissional da psicanalista Heloneida Studart declarando que “Se o menino e a menina consegue atravessar bem essa fase (de relacionamento com o sexo oposto) e se adaptar e crescer, serão **adultos heterossexuais**. Se não superam o conflito, surge a **problemática homossexual**” (LAMPPIÃO, n.10, p.2). Míccolis conclui explicando que *O Repórter* retrata as lésbicas como “vazias, fúteis e sobretudo, alienadas” construindo uma “caricatura deprimente” sobre a homossexualidade feminina.

Abaixo da crítica de Leila Míccolis é publicada uma resposta de Aguinaldo Silva em tom amigável, mas nem tanto. Ele escreve que conhece as pessoas que trabalham no jornal *O Repórter* e que a intenção deles quando resolveram fazer a matéria seria a melhor, ainda assim admite o sensacionalismo e preconceito do texto no periódico progressista. Mas o que faz toda diferença para a participação das mulheres no *Lampião* é que Aguinaldo coloca a culpa nas lésbicas pelo ocorrido justificando da seguinte maneira

Agora, quanto às homossexuais, não vou chegar ao extremo de dizer que foi "bem feito para elas": mas é que do LAMPPIÃO elas vivem fugindo. Agora, quando aparece um jornal normal disposto a entrevistá-las, elas não se furtam: entregam todo o ouro. Ficam p. da vida com o pessoal de *O Repórter*? Pois então vamos fazer o seguinte; que se reúna um grupo de mulheres e faça uma matéria sobre homossexualismo feminino para o LAMPPIÃO. Que elas pautem a matéria, façam as entrevistas, escrevam, botem tudo, e depois nos mandem. Nós publicaremos sem reescrever, sem cortar coisas, sem policiar. Tomem vergonha na cara e assumam esse compromisso, meninas: ponham o medo de lado e aceitem o Fato de que o jornal é nosso, ou seja: também é de vocês. (LAMPPIÃO, n.10, p.2)

O desafio estava lançado e as mulheres tomam conta da edição onze do *Lampião da Esquina*. Na capa, em letras garrafais, a chamada “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política” adianta o conteúdo daquele *Lampião*. Logo no início do jornal, na página dois especificamente, Aguinaldo Silva faz uma nota chamada “Extra! Mulheres chegam pra ficar” onde coloca que muitas pessoas o acharam grosseiro na edição anterior e justifica o propósito da grosseria na intenção de sacudir as lésbicas para que ocupassem um espaço que era delas no *Lampião*. Na página nove inicia a cobertura do Encontro Nacional de Mulheres, ocorrido no dia 8 de março de 1978, no Rio de Janeiro. A pessoa que fez a cobertura fotográfica do evento foi uma mulher de nome Ana Vitória, mas quem

escreveu sobre foi um homem, Francisco Bittencourt. O autor da matéria informa que os discursos eram diferentes entre as mulheres: a socióloga Lélia Gonzalez falar sobre a mulher negra gerou uma acusação de revanchismo por parte de uma dona de casa branca; a palavra menstruação foi falada uma única vez e gerou risinhos contidos; prostituição e lesbianidade foram temas proibidos. No final de uma página e meia sobre o encontro Bittencourt consegue traçar um perfil da feminista brasileira

Na casa dos 30 anos. Alta, bonita, bem vestida, educação superior. De sua classe privilegiada ela procura esquecer os mitos, a linguagem e as idiosincrasias para poder participar de uma luta que acredita estar começando agora, junto com o desabrochar de sua consciência. Os palavrões e os temas sexuais quase não a inibem mais, como no início, quando entrou para o movimento. Entrega-se a qualquer tipo de debate e acaba sempre escolhida para falar em nome das companheiras, por já ser uma 'especialista' em feminismo. É líder por fatalidade, como o foram seu avô, seu pai, seu irmão. Mas não é isso o que ela quer. Ela não quer ser "homem", mas mulher. (LAMPPIÃO, n.11, p.10)

Na meia página restante Leila Mícolis coloca suas impressões do Encontro Nacional de Mulheres que, segundo ela, foi realizado de 8 a 11 de março e em formato de painéis onde foram discutidos temas como o corpo da mulher, sexualidade, orgasmo, trabalho, política, relações sociais e creches.



Imagem 5 – Capa do Lampião da Esquina n.11

No mesmo período do encontro realizado no Rio foi realizado o I Congresso da Mulher Paulista em São Paulo e o *Lampião* foi convidado para fazer a cobertura. A reportagem de quase uma página, “Quando o machismo fica no porão”, feita por João Silvério Trevisan relata que os homens do evento foram colocados em uma sala separada para debaterem entre eles e o jornalista entendeu o porquê, logo no início dos debates. Segundo Trevisan houve “vários momentos de verdades” entre eles: teve quem falou sobre as mulheres vagabundas que só queriam ver televisão dentro de casa e alguém que justificou a liberdade da mulher no fato de elas serem até rainhas enquanto já existiam cozinheiros homens. O autor da matéria chega a conclusão que os operários, líderes sindicais, jornalistas e profissionais liberais estavam ali com o intuito de confirmar posições e não deixar o congresso sair da linha

A maioria dentre nós tinha vindo para ajudar as mulheres a serem menos passivas, convencê-las da importância de ter uma participação política e mostrar-lhes que elas também são seres humanos. Sob esse manto de "profunda compreensão", muitos estavam ali para continuar um processo: o de dizer às mulheres tudo o que elas deveriam fazer. Essa postura paternalista ficou mais evidente quando se discutiu a questão da sexualidade e frigidez feminina. Frigidez, dentro do grupo dos homens, era: falta de alimentação (“culpa dos baixos salários”); operações cesarianas mal feitas; falta de tratamento adequado; falta de informação da mulher. Um deles caracterizou a frigidez como uma "degenerescência igual ao homossexualismo" - e ouviu os meus protestos, em nome da classe. Foi praticamente impossível discutir-se sexualidade feminina enquanto problema relacionado à sexualidade dos homens; ou seja, como é que os indivíduos presentes e a sociedade masculina ali representada têm responsabilidade na frigidez da mulher, não em sua "cura" (LAMPIÃO, n.11, p.11).

A página onze dessa edição ainda conta com uma matéria pequena no pé da página de Maria Luiza Heilborn. A matéria “Nós mulheres e o nosso corpo” aborda uma pesquisa sobre sexualidade feminina realizada por um grupo feminista, não identificado na matéria, apresentada durante o encontro no Rio de Janeiro. Sem apresentar resultados ou números da pesquisa a autora fala a respeito do corpo da mulher explicando que a emancipação e liberdade das mulheres passa antes “pela autonomia de sua sexualidade e pelo livre arbítrio no controle da reprodução, pois o corpo é um importante espaço onde se instrumentaliza a opressão” (LAMPIÃO, n.11, p. 11). Do lado da matéria a seguinte charge



Imagem 6 – “Eu te salvei do mar, te dei abrigo, te arranjei comida. E agora você me diz que é lésbica?”

Fonte: Lampião da Esquina, n. 11, p. 11

O tão esperado texto de página inteira feito por uma mulher está na página doze da edição número onze do *Lampião da Esquina* e é de uma mulher negra: Lélia Gonzalez. Como relatado anteriormente Gonzalez já era militante reconhecida no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres por isso, aparentemente, é a primeira referência de interseccionalidade, mulher e negra, que vemos no Lampião. O texto dela não é uma matéria e nem uma reportagem ou relato do encontro de mulheres no Rio de Janeiro, cidade onde morava, mas um conto. O conto é sobre uma mulher negra, vinda ainda menina de uma fazenda em Minas Gerais para morar com a família numa favela no Rio de Janeiro. Vieram sem o pai porque esse ficou com a família oficial na cidade de origem. A história começa narrada em terceira pessoa, quando a menina se torna adulta a história sobre os filhos, os irmãos e a mãe passa a ser narrada em primeira pessoa, como se a autora estivesse assumindo que aquela história é a de tantas mulheres negras. A história passa então a ser narrada na primeira pessoa do plural, confirmando aquela narrativa coletiva. No final, depois que a personagem já passou por tantos percalços como ter que cuidar sozinha dos filhos e da mãe, assédio sexual, exploração no trabalho, descaso no serviço público e racismo a narrativa volta para a terceira pessoa

E, sentada na porta do barraco, continuou mergulhada naqueles pensamentos, perguntando pelo porque de tantas coisas. Quem a visse de longe talvez se perguntasse sobre o que aquela figura trágica lembraria. E a resposta não era difícil de ser encontrada, a mulher sentada na porta do barraco era a própria Solidão (LAMPIÃO, n.11, p.12).

Inês Castilho encerra a participação das mulheres como repórteres do *Lampião* número onze em um texto que fala sobre o I Congresso da Mulher Paulista e as bandeiras de luta. Castilho coloca que o saldo final do congresso foi positivo e que elas conseguiram tirar uma bandeira específica que já estava sendo hasteada: creches onde pudessem deixar os filhos com tranquilidade para poderem trabalhar.

Na seção **Cartas na Mesa**, novamente a participação das mulheres. Uma delas, chamada Addy, moradora de Londres, defende a jornalista de *O Repórter* que fez a reportagem sobre lésbicas, justificando que é uma profissional muito séria, mas como ainda está em começo de carreira não teria como decidir sobre o sensacionalismo na reportagem por ela assinada. A outra mulher, chamada Telma Radicez, de São Paulo critica a postura do *Lampião* em relação às mulheres afirmando que apesar das sucessivas convocatórias para que elas passassem a participar da publicação, o tom era sempre “simpático e paternalista de dono da bola”, de quem cede espaço se quiser, como quiser e quando quiser. A leitora ainda coloca que o procedimento utilizado pelo *Lampião* é quase discriminatório e o jornal arrisca assumir a mesma postura repressora e medrosa da sociedade em relação aos homens e mulheres homossexuais, repetindo “uma jogada histórica, clássica e pouco original de inversão de papéis” (LAMPIÃO, n.11, p. 18).

Em resposta, o *Lampião*, já que a resposta das cartas não é assinada por nenhum dos editores, reconhece que o tema da pequena participação das mulheres no jornal é recorrente e que estaria completando um ano. Ainda assim, de acordo com o jornal, as matérias tem sido publicadas, em quantidades estatisticamente menores pelo fato de haver mais homens que mulheres trabalhando na redação, mas que seria melhor mulheres falando de mulheres, por isso a convocatória de Aguinaldo Silva no *Lampião* número dez.

Mulheres ocupando diversas páginas no *Lampião da Esquina* aconteceu novamente na edição número doze, mas dessa vez foi de forma institucionalizada. As mulheres que militavam no grupo Somos, como relatado anteriormente, se reuniram e escreveram uma matéria de cinco páginas no *Lampião*. É uma matéria dividida em pequenas reportagens: “Nós também estamos aí” fala sobre como a repressão atrasou a luta das mulheres por espaço, mas que apesar do atraso elas estão ali para dizer

tudo o que ficou por dizer; “Não somos anormais” rebate críticas sobre a relação sexual entre mulheres ser considerada anormal por algumas pessoas com a apresentação de dados colhidos por fisiologistas, psicólogos e sexólogos, como o famoso Dr. Alfred Kinsey; “Então, porque tanta repressão” são relatos pessoais de duas estudantes universitárias, uma de 22 e outra de 26 anos, anônimas, sobre a experiência homossexual feminina e todas as tentativas de cura pelas quais passaram, de se relacionar com homens a tratamentos psiquiátricos violentos com drogas e choques elétricos; e “Só queremos ser entendidas”, a conclusão da matéria, onde explicitaram que só queriam viver “lucidamente, com generosidade e liberdade” (LAMPPIÃO, n.12, p.11) e que essa matéria para o *Lampião da Esquina* comemorativo de um ano era o primeiro passo dado.

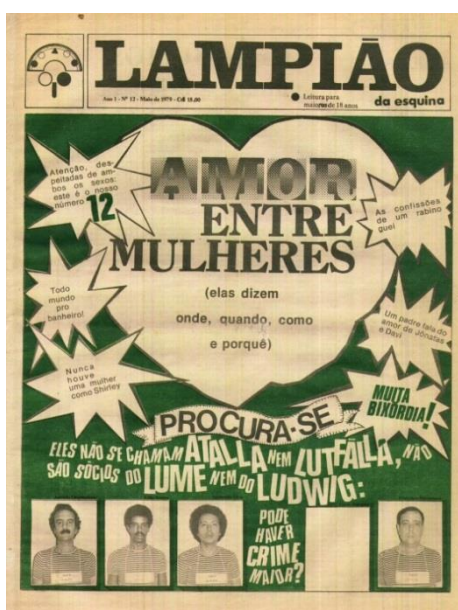


Imagem 7 – Capa do Lampião da Esquina n.12

A edição número doze foi a consolidação da participação das mulheres no *Lampião da Esquina*. Críticas às tentativas dos outros jornais em manterem as imagens discriminatórias das mulheres, como sedutoras, sensuais, submissas e frágeis, se tornaram constantes a partir daí. É importante destacar aqui a participação de uma leitora na seção **Cartas na Mesa**. Yonne L., fala sobre a lesbianidade ser considerada tabu também entre homossexuais que representam as lésbicas com estereótipos de machões

As mulheres lésbicas não são um estereótipo de macho. Pelo contrário, assumo minha feminilidade, (assumimos, na maioria...), gosto de mulher, e daí? Porque a necessidade de ver algo relacionado com o homem em meninas que gostam de meninas? Por acaso um homem, para gostar de outro homem, precisa afinar a voz e dar uma de louca? Alguém lhes cobra este comportamento? E quando falo alguém, falo de mulheres, de lésbicas, também. Sinto, cada vez mais, a necessidade de acabarmos com os preconceitos dentro do homossexualismo. A união não faz a força? (LAMPPIÃO, n. 21, p. 18)

No *Lampião da Esquina* vinte e oito uma nota sobre a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre a Década da Mulher, onde Lélia Gonzalez, única brasileira convidada a participar da comissão organizadora do evento, reuniu mulheres negras dos países participantes que afirmavam suposta democracia racial no seminário de sua responsabilidade e, de acordo com a matéria, sem assinatura, se chegou a conclusão que as mulheres africanas estavam mais organizadas em relação a pesquisas e trabalhos do que as mulheres latino americanas negras. A nota afirma ainda a participação de Lélia Gonzalez no seminário das lésbicas, onde participou como “portadora oficial das homossexuais do Rio de Janeiro”. A socióloga leu um documento redigido pelas mulheres dos grupos Auê/RJ e Somos/RJ, explicou a ausência das lésbicas brasileiras, relatou a situação dos homossexuais no Brasil, falou sobre discriminação no trabalho, na escola e na família (LAMPPIÃO, n.28, p.10).

Com o passar do tempo o *Lampião* deixa de instigar as leitoras e as mulheres membros da redação, que abandonam a publicação, como por exemplo, as mulheres do *GALF* que fundam o *ChanaComChana* para tratar de questões diretamente relativas às elas e Yonne L., figura constante na seção **Cartas na Mesa**, que escreve em sua carta de despedida “depois de tantas lutas, se bem que sei não terem sido vãs, em prol do movimento homossexual, cansei e tirei o meu da reta” (LAMPPIÃO, n.37, p.2).

Vale destacar que apesar da abertura que o jornal dava à outras “minorias”, como mulheres e negros por exemplo, o destaque das matérias relacionadas à homossexualidade masculina era muito maior. Os textos destinados à negros e mulheres, geralmente, estavam em boxes menores ou inseridos em reportagens maiores. Talvez por isso a crítica da leitora Telma Radicez na edição número onze, faça sentido, o Conselho Editorial, formado exclusivamente por homens, convocava as

mulheres para publicarem, mas sempre deixando explícito quem estava no comando. Não obstante, havia no *Lampião da Esquina* representações de mulheres e espaço para visibilizar suas opiniões, justamente porque os editores acreditavam que a troca de experiências entre grupos discriminados construiria novas práticas sociais. Por isso, de acordo com João Silvério Trevisan, “a luta das mulheres é importante também para a conquista dos plenos direitos dos homossexuais” (LAMPIÃO, n. 5, p. 6).

4.2 ESCURECENDO OS GUETOS DA NEGRITUDE

O único membro negro no Conselho Editorial do *Lampião da Esquina* era Adão Acosta e isso fez toda a diferença para a representatividade negra no jornal. Desde os primeiros números eram constantes as denúncias de racismo e a divulgação e cobertura jornalística de atividades do Movimento Negro no *Lampião*. Logo, intelectuais, ativistas e artistas negros foram constantes nas páginas do jornal.

A edição número um do periódico apresenta uma matéria assinada pelos antropólogos Peter Fry e Edward MacRae intitulada “Mesmo no carnaval baiano, cada macaco no seu galho”. Os dois comentam uma encenação em que dois rapazes e uma travesti negros satirizam o excesso de lavagem das escadarias de Salvador. De acordo com os autores da matéria, o carnaval é um período de “inversão de papéis” pois é quando a periferia invade o centro, por quatro dias, e as travestis e homossexuais encontram um espaço. A questão é o fato da inversão, apesar de toda a sátira, a crítica e fantasia naquele ato, essas pessoas acabam jogando o jogo do poder.

Gente que transa com pessoas do mesmo sexo é homossexual, é guei, diz o poder. E gente assim tem o seu devido lugar. Por 361 dias do ano deverão ou disfarçar ou ficar bem longe dos olhos dos cidadãos que não gostam de quem tem esse tipo de transa. Durante os quatro dias do carnaval devem, entretanto, ficar no centro do mundo para fazer do carnaval um carnaval (LAMPIÃO, n. 1, p.3).

Portanto, assumir a inversão da vida cotidiana com a encenação que essas pessoas negras promovem, para Fry e MacRae é assumir o papel que o sistema quer que elas assumam, o de bobo da corte. Essa matéria é uma pequena demonstração de

como o *Lampião da Esquina* pretende representar os negros e o Movimento Negro, como é possível observar na edição número quatro.



Imagem 8 – Capa do *Lampião da Esquina* n.4

Apesar de não ser uma chamada com destaque a capa anuncia “negros protestam em São Paulo” e dentro do jornal uma reportagem de uma página, com o título “A praça é dos negros” onde Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan entrevistam o sociólogo e militante Clóvis Moura. O tema da entrevista é um protesto com mais de três mil pessoas que ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal, em julho de 1978 e que é considerado a base da origem do MNU. O sociólogo comenta sobre o caso de racismo sofrido por quatro atletas negros do Clube Tietê e sobre a tortura e assassinato de Robson Teixeira da Luz em uma delegacia, fatos que motivaram o protesto público contra a discriminação racial e a formação do MNU. Moura também fala sobre o processo histórico que retirou do negro sua “consciência étnica” e sobre a dificuldade das entidades do Movimento Negro em estabelecer uma agenda comum. Quando perguntado porque a conscientização do negro naquele momento estava tão forte ele responde que

No Brasil nunca o negro - e nenhum segmento reprimido - teve liberdade: e também nunca houve democracia, já que esta existia apenas para alguns. Mas

o negro não tinha ainda elementos para rebater criticamente isso que ele próprio sofria. O desenvolvimento brasileiro nas cidades criou uma consciência crítica nessas cidades; criou-se uma pequena burguesia urbana negra, o negro, ainda que em pequena quantidade, entrou nas universidades e lá tomou consciência de uma série de problemas: houve a libertação dos povos da África, tudo isso além do problema da falta de democracia no Brasil. Porque na medida em que não há democracia a opressão sobre determinados grupos se manifesta de maneira ainda mais violenta, e o racismo começou a se manifestar violentamente. Tudo isso ajudou a fazer o negro despertar para o seu problema (LAMPPIÃO, n. 4, p.6).

O *Lampião da Esquina* número dez relata um evento importante para os movimentos sociais: a semana das minorias da Universidade de São Paulo – USP. A capa estampa a manchete em letras garrafais “Minorias exigem em São Paulo: felicidade deve ser ampla e irrestrita”.

Antes da matéria sobre a semana das minorias, uma entrevista feita por Alceste Pinheiro, Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt denuncia o racismo e homofobia sofridos por Djalma Santos. Djalma era travesti³⁹, artista plástica e negra e, logo que se formou em artes plásticas passou a lecionar em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Quando os pais de seus alunos descobriram que além de negra Djalma era homossexual ela passou a ser perseguida e, inclusive foi apedrejada na cidade de São Lourenço – RS. A artista plástica se muda para o Rio de Janeiro e começa a trabalhar como vitrinista, quando Décio Escobar, seu melhor amigo, é assassinado e a polícia acusa Djalma.

É a famosa lógica do não tem tu vai tu mesmo. Fiquei preso dois dias, levei muito "telefone"⁴⁰ para assinar uma confissão. Quando eu já estava fraquejando, de tanto horror daquelas sessões de tabefes, minha tia apareceu com um advogado e conseguiu me tirar de lá. E àquela altura eles já estavam farejando na pista certa (LAMPPIÃO, n. 10, p.8).

Essa entrevista com Djalma Santos é uma das poucas em que o *Lampião da Esquina* faz a intersecção entre raça e sexualidade, mas ela surge no jornal como uma abertura para a matéria que vem logo a seguir: “Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP: felicidade também deve ser ampla e irrestrita”.

³⁹ O jornal se refere a Djalma com os pronomes masculinos, mas em respeito à identidade de gênero da artista plástica optou-se aqui pela utilização dos pronomes no feminino.

⁴⁰ “Telefone” era uma técnica de tortura muito utilizada durante a Ditadura Militar no Brasil. Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso. A técnica era tão brutal que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente.



Imagem 9 – Capa do Lampião da Esquina n.10

Duas páginas e meia foram dedicadas a semana das minorias na USP que tinha sido realizada em fevereiro de 1979. Eduardo Dantas, autor da primeira matéria, destacou a participação de Glauco Mattoso e João Silvério Trevisan do Lampião e Alfredo do grupo Somos na mesa sobre homossexualidade, problematizando a relação entre os grupos de esquerda e os grupos homossexuais. O autor ainda nota a ausência de negros e mulheres entre os integrantes dessa mesa. A segunda matéria sobre o evento na USP, “Quem tem medo das minorias?”, é assinada por Trevisan. Segundo ele os grupos discriminados estavam ali para falar que suas lutas não eram secundárias e não deviam ser diluídas na falsa imposição de uma luta maior.

A luta dos grupos discriminados é, sem dúvida, uma luta da maioria, pois as especificidades concernem à maioria. A sociedade como um todo tem que ser responsável por cada uma de suas partes; entre outras coisas, pelo machismo, racismo e sexismo que oprimem os grupos discriminados; em outras palavras, os problemas particulares só existem, enquanto problemas, em relação ao contexto social que os provocou. Por isso também a acusação de separatismo é falsa. (...) São inúmeros exemplos de recusa sistemática que muitos setores de esquerda têm diante dos homossexuais, por ex., escamoteando o problema e relegando à obscuridade esse dado pessoal de tantos companheiros seus (LAMPIÃO, n. 10, p. 10).

O autor da matéria destaca a participação dos negros no evento, já organizados como MNUCDR e dotados da consciência do que era ser negro no Brasil. A riqueza do texto de Trevisan justifica a longa citação a seguir.

Já de saída, os negros (reunidos no Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial) exigiram um espaço a si próprios e às análises específicas de sua problemática, na medida que sua autodeterminação ideológica e sua identificação racial/cultural significam elementos primordiais no enfrentamento ao racismo. Ao lado dos homossexuais, foram eles os críticos mais coesos à esquerda tradicional, branca e machista, que em nome de ideologias progressistas acaba acentuando sua descaracterização cultural e ditando-lhes regras de bem-agir. Evidentemente os negros receberam insistentes acusações de estarem provocando divisionismos. Mas nem por isso deixaram de falar; aliás, jamais vi os negros brasileiros falando de si mesmos com tamanha consciência. Também é verdade que os representantes da esquerda mais ortodoxa foram abandonando o salão à medida que sentiam a determinação dos negros em não se enquadrar nas análises prontas que pretendiam diluir sua luta. Não duvido que a recusa em dialogar com os negros enquanto negros já implicava, ali, numa atitude discriminatória básica; pode-se dizer que houve, ao vivo, testemunhos eloquentes (e inadvertidos) de racismo por parte de setores brancos esquerdistas (LAMPIÃO, n.10, p.10).

Trevisan continua seu texto questionando a nomenclatura “minoría”, mesmo porque, de acordo com ele, se as mulheres são mais de 50% da população mundial, se a homossexualidade (naquele momento) se caracteriza pela invisibilidade e se não há uma definição se o negro deve ter a pele retinta ou vários tons de pele então não se sabe quantos são os negros, nem quantos são os homossexuais e as mulheres definitivamente são maioria. Logo, definir esses grupos como minoría é “uma repressão implícita na própria designação, que minimiza a importância social dos grupos atualmente discriminados” (LAMPIÃO, n. 10, p.10). João Silvério Trevisan termina a matéria relatando que estavam todos eufóricos: negros, homossexuais, feministas e homens brancos heterossexuais que conseguiram entender a importância histórica das discussões realizadas ali, mas destaca a ausência de índios, representados no evento por antropólogos.

A terceira e última matéria sobre a semana das minorías é sobre mulheres fazendo política: “Mulheres: política deve começar dentro de casa”. O texto é de Cynthia Sarti, editora do jornal feminista *Nós Mulheres*, e trata das acusações sobre o feminismo ser “coisa de pequena burguesia”, “divisionistas” e “uma questão secundária”. Sarti enfatiza que a luta do feminismo se vincula a luta social mais ampla porque o “socialismo era condição necessária, mas não suficiente, para a emancipação da mulher - o feminismo como parte da luta pelo socialismo, não sendo possível o fim da discriminação da mulher sob o capitalismo” (LAMPIÃO, n. 10, p. 11). A autora então

conclui salientando que o feminismo luta contra o autoritarismo de uma ordem social que discrimina mulheres, negros, índios e homossexuais.

A edição quatorze do *Lampião da Esquina* faz uma convocatória parecida com a feita para as mulheres na edição dez. A diferença agora foi o tom e o autor da matéria, João Carlos Rodrigues. Em “E o negro, é ‘beautiful’?” ele faz um panorama do que vem acompanhando do Movimento Negro, onde uma classe média negra esclarecida, se valendo dos mitos da superioridade yorubá, fala em nome dos negros operários. João Carlos destaca a falta de pesquisas e difusão da História da África em português e convoca organizações de intelectuais negros brasileiras a assumirem essa tarefa e, na falta de um jornal negro como os existentes na década de 1930, ocuparem o espaço que o *Lampião* abre para outras minorias. “Alô, Quilombo! Atenção, Instituto de Pesquisas de Cultura Negra, Instituto brasileiro de Estudos Africanos, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Movimento Negro Unificado - estamos aí. Que não se encolham por falta de convite. Sem chauvinismos.” (LAMPPIÃO, n.14, p. 8)

Vale destacar que pode ter sido essa convocatória a origem da entrevista com Abdias do Nascimento na edição número quinze do *Lampião da Esquina*. “Negros: qual o lugar deles?” vem em destaque na capa ao lado de uma foto de Abdias Nascimento de igual tamanho. Abaixo a frase dita por ele na entrevista “democracia racial é o governo da minoria branca”. Aparentemente, essa foi uma das entrevistas mais badaladas do *Lampião*. Francisco Bittencourt, Adão Acosta, Aguinaldo Silva e João Carlos Rodrigues ficaram os encarregados pela entrevista e a eles se juntaram Jurema Marques do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra – IPCN e Elisa Larkien Nascimento, esposa do entrevistado e Gerardo de Mello Mourão, escritor e amigo pessoal de Abdias Nascimento.

O título da entrevista de três páginas, “Qual é o lugar dos negros no Brasil? Abdias Nascimento responde”, não tem tanto destaque quanto na capa justamente porque a matéria é longa. A conversa com o ativista e pesquisador, na época, girou em torno de temas como a dificuldade do Movimento Negro em aceitar ativistas homossexuais, especificamente nos Estados Unidos já que era lá onde Nascimento estava exilado por conta da ditadura militar no Brasil, sobre a hegemonia branca na política brasileira, sobre a possível atuação conjunta dos grupos discriminados e sobre

o que o entrevistado chama “quilombismo”. Segundo Abdias Nascimento os quilombos são uma inspiração e ponto de partida para os negros, naquele momento, porque eram uma adaptação no Brasil de princípios milenares do socialismo, que já existia na África antes da definição do termo nos moldes da ciência europeia. Sociólogos, historiadores e Estadistas não conseguiram reconhecer nos quilombos o contexto da revolução no processo brasileiro. Logo, para Abdias o objetivo do movimento quilombista é

(...) reacender toda essa experiência histórica, reatar esse liame cultural, essa prática social e política; além de querer participar de toda essa reorganização política do país e da sociedade, ele quer contribuir para a própria organização de um novo Estado - o Estado quilombista. (...) um Estado da maioria; e por casualidade a maioria é negra, não é? É um Estado democrático, portanto, é um Estado negro, porque no Brasil o negro é a maioria (LAMPPIÃO, n. 15, p. 10).

A entrevista foi marcada por essa perspectiva de futuro, mas Abdias também falou sobre a situação naquele momento do Movimento Negro e da relação com outros grupos discriminados. Quando perguntado se as minorias deveriam agir juntas ele responde “Claro! Às vezes os objetivos não coincidem. Mas no geral, no sentido da repressão, sim. E então o ideal é que trabalhem juntos contra ela” (LAMPPIÃO, n.15, p.12).



Imagem 10 – Capa do Lâmpião da Esquina n.15

O momento mais interessante, e possivelmente constrangedor, da entrevista não foi protagonizado por Abdias Nascimento, mas sim por sua nora Eliane Guerreiro e por seu filho Henrique Cristóvão que chegaram no final da entrevista. Eliane Guerreiro se diz chocada dos “hom... homossex...” estarem entrevistando seu sogro, mas não termina de pronunciar a palavra. Bittencourt, por sua vez, pergunta se ela não consegue pronunciar e ela responde achar que eles [os homossexuais] não são tão discriminados como os negros. Aguinaldo Silva responde da seguinte maneira “O problema, meu bem, é que a discriminação contra nós é bem mais sutil. Ela se revela, por exemplo, quando pessoas, como você, não conseguem sequer pronunciar a palavra que, ao mesmo tempo, nos designa e nos estigmatiza” (LAMPPIÃO, n. 15, p. 12). Estava instaurado o “mal-estar”, até que Henrique Cristóvão intervém para dizer

Pois olha, eu acho que a atuação de vocês, neste jornal, é a mais guerrilheira de todas; porque vocês ao mesmo tempo em que atuam como parte da minoria homossexual, são, igualmente, membros de outros grupos - mulheres, negros, etc. -, junto com os quais funcionam como espécie de ponte de ligação para uma luta comum (LAMPPIÃO, n. 15, p. 12).

A fala de Henrique Cristóvão revela que a busca da interseccionalidade no *Lampião da Esquina* faz sentido porque a atuação das pessoas que fazem parte do periódico se dá em grupos diversos. Cristóvão é um militante do Movimento Negro, reconhecidamente um movimento machista e homofóbico como exposto em capítulos anteriores, admitindo a ponte que o jornal faz entre diversos grupos discriminados.

Além das trinta e sete edições ordinárias do *Lampião da Esquina*, foram lançadas três edições extras, mais o número 0 experimental. Na primeira edição extra, publicada em dezembro de 1979, a capa do jornal anuncia “Libertários: as mais explosivas entrevistas feitas no Brasil sobre política sexual” e um monte de caricaturas estampam a capa, dentre elas a de Abdias do Nascimento, a entrevista da edição quinze foi republicada nesse número. Uma segunda caricatura negra chama atenção nessa capa, a de Leci Brandão, mas isso será tema para o próximo item do presente trabalho.

Na segunda edição extra, sem data de publicação, Rubem Confete denuncia a tentativa de cooptação do Movimento Negro por diversos setores da sociedade, enquanto os casos de racismo são recorrentes, independente da escolaridade, classe

social ou profissão das vítimas. No ensaio “Quanto vale o negro brasileiro?” ele destaca os seguintes casos

Ai do negro sonhador que se lança aos estudos buscando galgar uma posição nesta área [psiquiatria]. Vai longe o tempo. Em que o negro Juliano Moreira pôde exercer livremente a psiquiatria, inclusive desenvolvendo aprofundados estudos. Em 1977 um jovem Otelino, negrinho abusado, quase estagiário, recém-formado, se viu jogado na rua da amargura sem apoio moral e profissional, inquestionado que foi pelos seus colegas brancos da Casa de Saúde Doutor Eiras. Onde já se viu um negro querer tratar das doenças mentais? Onde já se viu um negro saber o que se passa numa cabeça branca? (...) Aliás, existe um caso sério, o do Professor Sebastião de Olivera, do Instituto Oswaldo Cruz, de Manguinhos. Um dos maiores técnicos de sua área de ação profissional se viu demitido em 1968 acusado de subversão. O seu crime político era ser negro e Presidente do Renascença Clube. Na área artística e esportiva, dois casos nacionais bastam para iluminar e ilustrar a minha afirmação. O Compositor Martinho da Vila foi boicotado de todas as formas na RCA em 1977 e 1978. Só conseguiu escapar da desgraça devido à pronta ação de jornalistas do Rio e São Paulo, que denunciaram a sórdida trama. No Futebol, Paulo César Lima, um dos maiores jogadores brasileiros da atualidade, por sua consciência negra e profissional foi sumariamente barrado da seleção brasileira (LAMPPIÃO, extra 2, p.8).

Para encerrar Confete coloca a figura de Zumbi dos Palmares como símbolo da luta por libertação da população negra e destaca algumas partes do Manifesto Nacional a Zumbi, onde o dia de sua morte, 20 de novembro, é instituído como o dia da Consciência Negra para o Movimento Negro. Cabe ressaltar que o manifesto é de 1979/1980, provavelmente, mas o reconhecimento governamental só ocorre no ano de 2003. O ensaio de Rubem Confete havia sido publicado, inicialmente, na edição numero dezenove do *Lampião da Esquina* e foi republicado nessa segunda edição extra que tinha apenas oito páginas, enquanto todas as outras edições tinham vinte páginas.



Imagem 11 – Capas das três edições extras do Lampião da Esquina.

Através dos apontamentos aqui realizados é possível perceber o constante diálogo do *Lampião da Esquina* com o Movimento Negro, embora seja um contato direto com a liderança, composta por artistas e intelectuais que, naquele momento, também eram ativistas. Vale ressaltar a existência de notas, cartas e reclames tratando da questão negra no *Lampião*, não incluídas aqui por causa das limitações que um trabalho dessa natureza possui. De qualquer forma, a aproximação e entendimento entre movimentos de grupos discriminados – mulheres, negros e homossexuais, nesse caso – foram tentativas constantes no *Lampião da Esquina*.

4.3 ESCURECENDO AS ESQUINAS INTERSECCIONADAS DAS GRIÔS SAPATONAS

O *Lampião da Esquina* como visto até o momento, propunha-se constantemente ao diálogo com os movimentos de grupos discriminados: Movimento Negro, Movimento Feminista, um incipiente Movimento Lésbico e o Movimento LGBT. Ainda assim é possível perceber que o tratamento das interseccionalidades é dificultado em alguns momentos pelo afastamento desses movimentos do jornal por não se identificarem com a causa LGBT e em outros porque o Conselho Editorial do jornal se fazia de “dono da bola”. Contudo, em algumas matérias do *Lampião*, há pequenos recortes tratando de gays negros e mulheres negras, apontando para a intersecção de características pessoais ou coletivas. Na busca pela intersecção de gênero, raça e orientação sexual a figura de Leci Brandão se destaca no *Lampião da Esquina*, em mais de uma ocasião.

A primeira aparição da cantora e militante no *Lampião* foi na edição seis em novembro de 1978. A capa não tem tanto destaque como a entrevista de Abdias do Nascimento, mas no canto direito uma foto da artista com a inscrição embaixo “Entrevista: Leci Brandão e a MPE (Musica Popular Entendida⁴¹)”.

⁴¹ Entendida é um termo comumente utilizado para designar mulheres lésbicas. Vale ressaltar que a palavra “lésbica” não aparece em nenhum momento durante a entrevista e nem em outras matérias da edição seis do *lampião*.

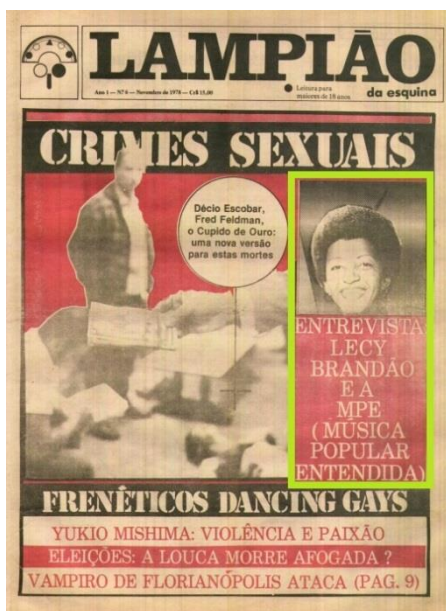


Imagem 11 – Capa do Lampião n.6

A entrevista de duas páginas intitulada “A música popular entendida de dona Leci Brandão” começa na página dez do periódico e já no início destaca sua “indiscutível substância artística” e suas composições que a tornam porta voz do “povo guei brasileiro”. O texto ainda destaca que “Nas duas páginas seguintes o leitor poderá sentir o peso da sinceridade dessa artista que não hesita em conversar abertamente sobre a sua tríplice - e nem sempre fácil - condição de mulher, negra e homossexual” (LAMPILÃO, n.6, p. 10) marcando seu pertencimento racial, de gênero e orientação sexual.

A primeira parte da entrevista se resume em um único tema: Mangueira. Leci era da ala dos compositores, desde 1971, e estava enfrentando alguns problemas por conta do machismo na escola de samba, afinal ela era a única mulher que desfilava com o emblema da Mangueira bordado no bolso do terno, e por não ter sido criada no morro. A compositora relata que precisou escrever uma carta para ser aceita, mesmo sendo indicada por um dos membros da ala de compositores da Mangueira, e passou por um ano de teste. Mas em 1974, no concurso para escolher o samba enredo do carnaval de 1975, Leci Brandão denuncia que seu samba concorria em pé de igualdade com os outros e já era considerado o vencedor quando “Chegou na hora, foi aquela história: ‘essa menina chegou ontem prá cá. Tá muito cedo, não vai ganhar’. Não ganhei mesmo” (LAMPILÃO, n.6, p.10). Depois disso a autora foi acusada de

aproveitar da ala de compositores da Mangueira para se promover como sambista e na entrevista argumenta sempre foi fiel a escola e que já era compositora antes de entrar para a ala.

A entrevista segue e passa a abordar as letras de suas músicas. Antônio Chrysóstomo pergunta sobre as músicas “Ombro Amigo” e “As pessoas e Eles” que falam sobre “o povo guei e seus problemas” alegando que falar de homossexuais vendia jornais e discos. Leci Brandão é enfática na resposta

Eu não sei se vende ou populariza. No momento em que fiz essas músicas o registro era todo de sensibilidade, pureza, honestidade. As pessoas do meio em que eu vivo atualmente, pessoas gueis, me dizem muita coisa, para mim são pessoas importantíssimas. Compus pensando nesses amigos. (...) Minha gravadora morreu de medo do disco ser aberto, primeira faixa, lado A, com "Ombro Amigo". Alegaram que tinha de abrir com um samba. No fundo tinham mesmo era medo da música, abertamente dedicada ao povo guei. Só que aconteceu exatamente o contrário: ninguém pixou, proibiu. Lancei o disco numa festança no Café Concerto Rival, cheio de gente da Mangueira, baianas tradicionais ao lado de travestis, pessoal do morro confraternizando com homossexuais da zona sul do Rio. Então, como deu certo, todo mundo diz “a Leci apelou”. (...) Eu não pensei, “não, porque agora eu vou atingir as bichas”. Foi uma coisa de amor, numa noite em que eu fiquei numa boate até o final e sai dali deprimida e no dia seguinte pintaram a letra e a música na minha cabeça. (LAMPPIÃO, n.6, p.10).

Leci Brandão foi provavelmente a primeira artista negra brasileira a falar natural e abertamente sobre sua homoafetividade e isso ocorreu nessa entrevista para o *Lampião da Esquina*. Quando questionada se sua relação com homossexuais era participante ou platônica a cantora “arromba as portas do armário”

Leci - Platônico e participante.

Chrysóstomo - Em que sentido?

Leci - Quer ver? Por exemplo, o fato de eu ser homossexual é uma coisa que não me incomoda, não me apavora, porque eu não devo nada a ninguém. As coisas todas que eu fiz foi com muito sacrifício, tudo que eu consegui veio através de uma batalha de muito tempo. Tenho dignidade, nunca fui venal, nunca paguei a ninguém para tocar os meus discos nas rádios. Esse é o meu lado participante. Se sou peito aberto com os outros porque não ia ser comigo mesma? E platônica eu sou, porque desde o momento em que conheci o lado guei, conheci pessoas maravilhosas, que me amam como eu sou, não por causa de fama, essas bobagens. A gente conversa, a gente é franco um com o outro, não precisa estar deturpando ou armando jogadas, nada disso. É por isso que eu transo o meu povo homossexual.

Chrysóstomo - Sem problemas?

Leci - A gente já é marginalizado, de cara, pela sociedade. Então a gente se une, se junta, dá as mãos. E um ama o outro, sem medo nem preconceitos. É um negócio maravilhoso, que eu estou curtindo de cabeça, realmente. É o mais produtivo mergulho que eu já dei em mim mesmo e na vida! (LAMPPIÃO, n.6, p.11)

A repercussão dessa entrevista foi imediata entre as grãos sapatonas do final da década de 1970. Aparentemente, conforme consta nas entrevistas realizadas para esse trabalho, apenas a Soraya era leitora assídua do *Lampião da Esquina* e ela relata como adquiria o jornal com bastante humor

Tinha alguns militantes da esquerda que ia pra São Paulo, pro Rio de Janeiro, e a gente ia em vários eventos né?! E aí a gente trazia, já ia conhecendo, ia passando. Vinha através de correio também. Era muito sabe, como que se chama (fala baixo como se estivesse fazendo algo errado ou ilícito) “é tipo hoje você vai comprar back. E aí? Já chegou?” (risos) (Soraya Menezes, 2014).

Soraya (2014) ainda comenta como o jornal influenciava a saída do armário das lésbicas. Explicando a constante presença do *Lampião* nas questões LGBTs e no feminismo, ela coloca as discussões feitas sobre feminismo e corpo como de extrema importância para o entendimento das pessoas sobre elas mesmas. De acordo com Soraya, nesse período o Movimento LGBT estava surgindo, os negros estavam se organizando, houve um “boom” do Movimento Sindical e por isso aumentou o interesse sobre o feminismo e sobre a “questão lésbica”. Antes de falar sobre a Leci Brandão, ela toca rapidamente em uma personagem assídua do *Lampião* que já foi citada anteriormente

(...) a Yone ela foi uma das primeiras a aparecer, brasileira, muita gente queria assumir que era lésbicas... Uma coisa mais brasileira... Nossa você ficou sabendo que a menina apareceu?! Nossa como ela teve coragem?! Nossa que bacana, mas quando a gente se sentiu representada foi quando a Leci Brandão apareceu. Então nossa, puta merda, a negaiada ficou assim, em alvoroço. Como é que ela teve coragem? É cantora né, artista (Soraya Menezes, 2014).

Em outro momento da entrevista Soraya destaca que a saída do armário de qualquer lésbica, negra ou branca, já era algo grandioso, pela própria necessidade de referências e representações dessas mulheres.

Era muito pequeno ainda o conhecimento do que é ser lésbica. Não era questão de... como se comportar. A gente não tinha um modelo do que era exemplar, os héteros tiveram um modelo do pai da mãe à gente não tinha um modelo ainda de família como que era né (Soraya Menezes, 2014).

Neusa e Rosangela também falam sobre o *Lampião*, mas em perspectivas mais distantes. Para Neusa era uma leitura agradável, ainda que não fosse uma referência. Enquanto Rosangela, apesar do contato frequente com o jornal, não se interessava pela leitura, mas destaca novamente um recrudescimento do preconceito contra a homossexualidade nesse período que resultaram, muitas vezes, em ataques contra o iluminador das questões LGBTs.

Mas você quer saber do Lampião. O Lampião pra mim foi uma leitura, uma leitura agradável que às vezes a gente mesmo se assustava olhando uma entrevista dada, a Dina Sfat, mas [interrompe a entrevistada para pedir que as pessoas que estavam na ONG falassem mais baixo]... Aí a gente utilizava o Lampião como leitura. (...) Mas o jornal Lampião acho que posso te falar muitíssimo pouco, eu me lembro só de algumas reportagens, de ler, de achar interessante e de tentar entrar em contato com o Grupo Somos. O Jornal Lampião não foi referência pra mim nessa época (Neusa das Dores Pereira, 2014).

Olha o Lampião, não era nem que eu era bem jovem não, eu era jovem mas eu era casada com uma pessoa que é vinte e sete anos mais velha que eu, que era leitora do Lampião, mas era naquela uma época que... toda aquela clandestinidade do Lampião era aquela época que estouravam banca de jornal, estouravam banca de jornal, então bancas de jornal que vendia Lampião eram explodidas em São Paulo. Então era... eu vejo o Lampião pra gente assim como uma revista pornográfica pra um menino que está se descobrindo, principalmente, o menino porque pra menina a censura é tão grande que até ela pegar a revista pornográfica né... enquanto o menino tá na décima revista a menina ainda tá tentando segurar a primeira. O Lampião era assim né. Interessante que eu tinha acesso a todos os exemplares, mas ao mesmo tempo muitas das coisas que estavam escritas ali eu não entendia, era o outro mundo né. Não fazia parte da minha realidade, não fazia parte da minha realidade como jovem, como lésbica, como negra, como jovem lésbica negra (Rosangela Fernandes Castro, 2014).

Heliana não comentou sobre o jornal.

Retomando a entrevista de Leci Brandão no *Lampião da Esquina*, apenas Rosangela continua o assunto, colocando, de certa forma, a importância do *outing* da artista para as lésbicas negras. Era alguma representatividade de suas interseccionalidades em um meio de comunicação que tinha certo prestígio com militantes, artistas e intelectuais brasileiros.

Eu lembro que teve uma entrevista da Leci Brandão, então na década de setenta a Leci Brandão falando que era lésbica, que era negra...ela nem falava lésbica, ela falava homossexual, entendida. Eu não vi repercussão em relação ao Lampião por que além de eu ser casada com uma pessoa que era vinte e sete anos mais velha do que eu naquela época eu não estava inserida

diretamente ao movimento né, e as pessoas da minha volta que liam o Lampião eram pessoas que já eram de esquerda mas eram pessoas bem mais velhas do que eu, então ficava sempre muito só ouvindo, eles traziam muitos personagens que eu não conhecia (Rosângela Fernandes Castro, 2014).

A entrevistada destaca que sua leitura constante era o *ChanaComChana*, periódico distribuído por pelas lésbicas do GALF, apesar de não se prolongar no assunto também

ChanaComChana eu lia, lia elas faziam distribuição, venda nos bares né, então às vezes a gente é... uma, duas comprava e passava pra outra, quem tinha as mais antigas emprestava e era bem interessante. Os assuntos eram saúde, questões de cidadania, rolava tudo que rola hoje, mas clandestinamente (Rosângela Fernandes Castro, 2014).

Soraya comenta a importância desse ativismo de Leci Brandão para expressar a sexualidade em um momento onde expressar sua homoafetividade poderia ter consequências desastrosas.

E aí, como se não bastasse ela gravou o que pra nos era um hino, pra nos era um hino aquela musica assim: "Você vive se escondendo/Sempre respondendo/ Com certo temor/ Eu sei que as pessoas lhe agriem/ E até mesmo proíbem/ Sua forma de amor/ E você tem que ir pra boate/ pra bater um papo ou desabafar/ e quando a saudade lhe bate / surge um ombro amigo/ pra você chorar." [cantarolando]. Era o nosso hino olha "você vive se escondendo sempre respondendo com certo temor" [declamando]⁴² (Soraya Menezes, 2014).

Ela não fala apenas de Leci, mas de outras e outros artistas que através das musicas cantavam relações homoafetivas, como Maria Bethânia e Assis Valente

E a musicalidade também nos fazia identificar né, aquela: "minha vida que parece muito calma/ tem segredos que não posso revelar/ escondido bem no fundo da minha alma/ não transparece nem sequer em meu olhar". Ai depois vem a estrofe: "A ninguém revelarei o meu segredo/ E nem direi quem é o meu amor" [cantarolando] Conhece não? "Minha vida que parece muito calma/ tem segredos que não posso revelar" [cantarolando], quem cantava era a grande Bethânia. (...) Aí depois a gente olhava cantava "a ninguém revelarei o meu segredo e nem direi quem e o meu amor" [cantarolando]⁴³. Nessa época você não podia falar de maneira aberta, de maneira explicita, a gente tinha as musicas né?! E tinha uma seleção de musicas. Tem aquela também que a Bethânia que canta "se meu benzinho um dia soubesse que você é que é meu ioiô"⁴⁴. É linda essa musica! Então tem muitas musicas daquela época... Assis

⁴² Trechos da musica *Ombro Amigo*, composta e gravada por Leci Brandão em 1977.

⁴³ Trechos da musica *O Doce Mistério da Vida*, gravada por Maria Bethânia em 1978.

⁴⁴ Trechos de *Linda Flor*, primeiro samba-canção brasileiro gravado a primeira vez em 1928. A referência da primeira gravação de Maria Bethânia é de 1991, apesar de Soraya localizá-la na década de 1980.

Valente conhece? De vinte, mil novecentos e vinte, vinte e quatro. E elas regravam as canções dele. Bethânia maravilhosamente cantou essa loiô de laiá e virou nosso hino. "Se alguém soubesse quem é o loiô de laiá" [risos] (Soraya Menezes, 2014).

Voltando para a entrevista de Leci Brandão no *Lampião da Esquina* numero seis, Antônio Chrysóstomo pergunta se a compositora aceitaria ser “porta-voz do povo guei” e ela responde que sim desde que “seu povo” não fosse tratado de forma jocosa, mas sim como um estilo de vida digno e sério como qualquer outro, pois, para ela “Aquele estilo do aaaii, cheguei! Só serve a quem é contra nós, de forma declarada ou disfarçada” (LAMPPIÃO, n.6, p.11). Quando perguntada se não tinha medo de ser tratada diferente por causa da sua tripla condição de mulher, negra e homossexual Leci responde com tranquilidade

Eu teria medo dos outros se não fosse nada disso e estivesse fazendo um trabalho supérfluo, alguma coisa simulada, se estivesse mentindo para vender disco. Mas como eu estou fazendo verdade dessas três condições, acho que fica tudo bem. Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como "me ajuda que sou preta, mulher e fraca": para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também a minha condição de gostar de outra mulher (LAMPPIÃO, n. 6, p.11).

Leci Brandão, ainda é notícia em outras três edições do *Lampião da Esquina*. Na edição vinte e cinco, datada de junho de 1980, onde uma nota de Antônio Carlos Moreira na página dezesseis resenha os shows de dois artistas negros e homossexuais: a própria Leci Brandão, o autor cita que as musicas sobre homossexuais compostas e cantadas por ela estavam no repertório, e o cantor Emílio Santiago.

Na edição vinte e oito de setembro do mesmo ano, a matéria intitulada “Lecy Brandão vai a luta contra o racismo” publicada na página cinco, denuncia um caso de racismo ocorrido com a cantora e sua mãe Leci Assumpção Brandão. As duas foram visitar uma amiga e mesmo tendo sido autorizadas pela dona do apartamento a entrar o porteiro exigiu que elas entrassem pela porta de serviços. Leci revidou acusando-o de racista e ele a chamou de negra e empregada. Houve discussões e agressões físicas até que o síndico do prédio reconheceu a artista e autorizou sua entrada. Na

matéria consta que Leci Brandão denunciou o caso baseada na Lei Afonso Arinos⁴⁵. Uma matéria ao lado dessa anuncia que essa é “Uma Lei Branca”, pois não prevê prisão nos casos de racismo e as multas que deveriam ser aplicadas não foram reajustadas junto com as das outras leis na correção do Código Penal Brasileiro em 1973. Isso significa que os valores eram tão risíveis que ninguém se sentiria atingido por ter de pagá-las quando fosse constatado racismo. As duas matérias se complementam e são assinadas por Antônio Carlos Moreira que chega a conclusão que a lei n. 1390 de 1951 foi feita para arrecadar votos da população negra e exaltar seu criador.

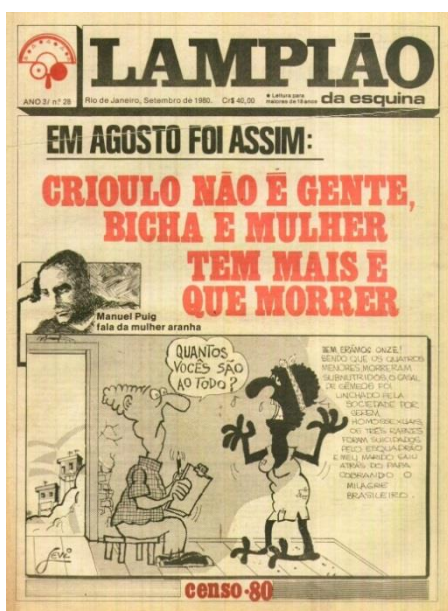


Imagem 12 – Capa do Lampião n.28

Em novembro de 1980, a edição número trinta, na página dezenove, traz uma foto de Leci Brandão como garota propaganda para arrecadar assinaturas para o *Lampião da Esquina*. Acima da fotografia duas frases ditas por Leci na entrevista publicada no Lampião número seis “A gente já é marginalizado pela sociedade, então a gente se une, se junta e dá as mãos. E um ama o outro sem medo e sem preconceito”

⁴⁵ A lei foi criada pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco e foi sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951. Foi o primeiro código brasileiro a incluir contravenções penais por atos de preconceito racial e, apesar de alertar a sociedade de que racismo é crime, não teve efeito na prática por não condenar. As condenações só passaram a acontecer a partir da lei 7437 de 1985, a chamada Lei Caó.

e “ Quero que as pessoas enxerguem meu lado homossexual como uma coisa séria, que haja respeito.”, e abaixo da imagem da cantora a convocatória “Leve-se a sério também! Leia e Assine *Lampião*; um jornal sem preconceitos” (*LAMPIÃO*, n. 30, p. 19).

A participação de Leci Brandão no *Lampião da Esquina* é encerrada na edição trinta, não muito longe do encerramento das atividades do próprio jornal, na edição trinta e sete em julho de 1981. Obviamente, as letras da compositora merecem uma observação mais profunda por se tratar da poética feminina, negra e lésbica das décadas de 1970 e 1980 até os dias atuais. De qualquer maneira, através dos relatos das entrevistadas, foi possível perceber a repercussão ocorrida dentro de um grupo que geralmente não se via representado, tanto das letras quanto a própria entrevista para a edição seis do jornal. Mesmo o *Lampião* não fazendo parte do dia-a-dia informativo das entrevistadas elas reconheceram a existência do jornal como representativo para alguns grupos e tomaram conhecimento da participação da única personagem que se encontrava inserida na categoria interseccionada de mulheres lésbicas negras.

4.4 E O ESCURO CLAREOU...

A chama do *Lampião da Esquina* esteve acesa por três anos e três meses, com distintas formas de representação e discursos. Grupos antes ignorados, mulheres, negros e os próprios homossexuais, tiveram espaço na publicação. Mas no segundo ano de circulação o jornal já apresentava sinais de que não ia muito bem. Por ser um jornal voltado para homossexuais os possíveis consumidores heterossexuais e alguns anunciantes se afastavam da publicação. As divergências entre o Conselho Editorial e o Movimento LGBT passaram a ser constantes, inclusive dividindo os próprios editores, no final, ficando a cargo de Agnaldo Silva e Francisco Bittencourt. As grandes distribuidoras se recusavam a trabalhar com o *Lampião* e as constantes explosões de bancas dificultavam as vendas e elevavam o preço jornal.

O leitor do *Lampião* muda conforme vai mudando a linha editorial e acontecendo as brigas internas. Uma visão clara disto é a presença de fotos de

homens nus. Com a distensão política, a pornografia passa a ter um espaço na mídia. O nu masculino, que antes era negado, acabou sendo uma forma de chamar atenção do leitor, e vender jornal. Mas o jornal não se preocupou em ver que o leitor do início do jornal não era mais o mesmo do fim. As imagens de travestis nas capas do jornal afastavam o leitor enrustido, ou mesmo o 'entendido'. O jornal ficou visualmente descaracterizado. Não agradava mais gregos, nem troianos. O jornal acabou de uma hora para outra (RODRIGUES, 2007, p.119).

O encerramento das atividades do *Lampião da Esquina* gerou certo vazio ideológico porque o jornal era o grande divulgador das questões relacionadas a homossexualidade, afetando também os grupos do Movimento LGBT que o utilizavam como meio de comunicação de atividades. Ocorreram mudanças significativas no conteúdo textual e gráfico do *Lampião* com o passar do tempo, como por exemplo, o teor politizado e reivindicador do início que perdeu força dando espaço a elementos comerciais, como as imagens de nus frontais e o discurso que foi alterado e popularizado gradativamente numa tentativa de se aproximar do gueto.

Diante do contexto de circulação do *Lampião da Esquina*, o final da ditadura militar, foi significativa a participação do jornal na tentativa de conscientizar para questões antes invisibilizadas o que tornou o periódico um marco na história da imprensa brasileira, pois atualmente, ajuda no entendimento da construção social, política e cultural do Brasil.

5. ESSAS TAIS CRIATURAS: NEGRAS EM MARCHA CONSTANTE

Durante o exercício de pesquisa para esse trabalho ficou bastante explícita a dificuldade de se colocar em prática a interseccionalidade. Aparentemente ainda não conseguimos pensar de maneira interseccional, por isso muitas vezes atribuímos situações de discriminação a um ou outro eixo da subordinação, sendo que pode ser resultado de vários eixos interseccionados. Mas é justamente essa dificuldade que faz da interseccionalidade um campo vasto para os estudos acadêmicos, seja em qual disciplina for, nesse caso a História. A prática aqui foi exatamente essa, estudar raça, gênero e sexualidade a partir do contexto histórico no qual estão inseridas as lésbicas negras brasileiras.

É um trabalho que tinha inicialmente como objeto o jornal *Lampião da Esquina*, mas durante o processo de pesquisa e escrita e com a agregação de diversos documentos e das entrevistas ganhou outro objeto principal, as próprias lésbicas negras. Essa mudança poderia ser um obstáculo intransponível para a composição como um todo se, e somente se, a própria autora não acreditasse que mulheres negras tem que ter nome e sobrenome, fazendo aqui uma breve referência a Lélia Gonzalez, tornando a aparição das lésbicas negras enquanto objeto muito mais um benefício que um obstáculo. Logo, esse trabalho pode se converter em um pequeno passo para o combate a invisibilidade das lésbicas negras na sociedade como um todo.

Atualmente, as mulheres entrevistadas para esse trabalho são referências para as gerações de militantes lésbicas, negras ou não, que se inseriram nessa luta depois delas. Uma luta ainda crescente no Brasil, pois conforme o avanço nas conquistas das chamadas minorias uma onda de conservadorismo quebra com toda força em cima de militantes e movimentos sociais. Como exemplo, podemos citar as cotas raciais no ensino superior, que enfrenta uma oposição gigantesca de setores conservadores enquanto esses mesmos insistem no mito da democracia racial. Podemos citar também a conquista do casamento civil igualitário combatido por parlamentares cristãos ou então a inclusão da discussão de gênero no Plano Nacional de Educação que foram retiradas dos planos municipais e estaduais por esses mesmos setores conservadores da sociedade.

O *Lampião da Esquina* procurou, de maneira bastante particular, abordar durante seus três anos de existência a questão da interseccionalidade, mesmo sendo anterior a formulação do termo. Aparentemente o Conselho Editorial do jornal tentou praticar no final da década de 1970 o que Kimberlé Crenshaw e Jurema Werneck só vão teorizar no início dos anos 2000. Isso fez bastante diferença em um periódico da imprensa nanica que circulou durante o período ditatorial no Brasil: a atenção às especificidades das identidades ou categorias identitárias do período. Essa tentativa de representatividade do diverso no *Lampião* foi de suma importância para o despertar da consciência de que as identidades não são estáticas, elas se alteram e transitam, assim como a luta contra a opressão não deve obedecer uma hierarquia, porque não dá pra lutar contra apenas uma forma de opressão quando sua identidade transversaliza vários fatores de discriminação.

Obviamente esse exercício de interseccionalização não foi algo naturalmente fluído, como é possível perceber pelas cartas que diversas mulheres escreveram para o *Lampião* reclamando da falta de espaço para abordar a lesbianidade, por exemplo. Algumas dessas cartas deixavam explícito que os editores “anunciavam” o espaço para questões diversas, mas no final das contas predominava a visão do homossexual homem, pois eram eles que decidiam o que publicar, quando publicar e de que maneira publicar no jornal. Dessa maneira, a representatividade de outras identidades que não a que tinha o poder de decisão no *Lampião*, os homens cis homossexuais em sua maioria brancos, tinha menos atenção, assim como menos espaço nas páginas do jornal.

Lésbica negra foi uma das identidades que apareceram no periódico, mesmo com pouco espaço. Vale ressaltar a presença das mulheres negras em todos os movimentos que tinham algum espaço no *Lampião da Esquina*: Negro, Mulheres/Feminista e LGBT. Que o diga Lélia Gonzalez que fazia parte tanto do Movimento Negro quanto do Movimento de Mulheres e ainda era apoiadora do Movimento LGBT. Essa presença constante nos movimentos é confirmada pelas lésbicas negras entrevistadas para o trabalho, assim como a repercussão da presença de uma lésbica negra artista nas páginas do jornal: a Leci Brandão.

O *Lampião* não era leitura para as essas mulheres, apenas uma relatou contato constante com o jornal. Possivelmente por ser escrito por homens gays brancos de classe média, com exceção de Adão Acosta que era negro, não fazia parte do universo das lésbicas negras, isso pode ter influenciado na mínima aparição dessa identidade específica no jornal, ainda que uma única aparição tenha repercutido bastante.

Pode-se concluir que apesar do jornal se propor a tratar das “minorias do Curdistão”, não conseguiu ir muito além disso, tratar de minorias não é tratar das interseccionalidades. Vale ressaltar que apresentar entrevistas sobre pessoas que reuniam categorias de discriminações diversas não necessariamente é colocar em prática exercícios de intersecção, já que não fizeram nenhuma matéria específica para problematizar a tripla opressão sofrida pelas lésbicas negras, por exemplo.

A visibilidade lésbica negra ainda hoje é problemática, dentro dos movimentos sociais ou na mídia, inclusive LGBT. O padrão branco heterossexual e masculino continua vigente, mas assim como a marcha das mulheres negras é constante para que suas demandas tenham vez, a marcha das lésbicas negras por visibilidade também é contínua e vai passando de geração em geração, seguindo o exemplo do ativismo lésbico de Leci Brandão que fez escola.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L.; **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ARRAES, Jarrid. Heroínas Negras na História do Brasil. **GELEDES - Instituto da Mulher Negra**, abr. 2015. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/heroínas-negras-na-historia-do-brasil/#axzz3ZBgEHTfO> >. Acesso em: 04 mai. 2015.

AZEVEDO, Thales de. **As Elites de Cor: um estudo sobre a ascensão social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **História da aids**. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CASTRO, Fabiana Leonel. **Negras, Jovens, Feministas: sexualidade, imagens e vivências**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CASTRO, Rosangela Fernandes de. **O jornal Lampião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980**. Rio de Janeiro, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual – CEDS-Rio, 18 e 19 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLAÇO, Rita. **Operação Sapatão – Richetti 15 nov 1980**. Memória/História MHB-MLGBT. 05 abr 2009. Disponível em: < <http://memoriamhb.blogspot.com.br/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html> >. Acesso em: 25 mai. 2015.

COLAÇO, Rita. **Os sombrios anos da “Peste Gay”**. Memória/História MHB-MLGBT, 19 nov. 2012. Disponível em: <http://memoriambh.blogspot.com.br/2012/11/os-sombrios-anos-da-peste-gay.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

COMISSÃO DA VERDADE. **Ditadura e Homossexualidades: iniciativas da comissão da verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva**. [2014]. Disponível em: < <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, p. 171- 188, Florianópolis, jan. 2002.

DAVIS, Kate; HEILBRONER, David. **Stonewall Uprising**. [documentário]. Produção de Mike Ashburn, direção de Kate Davis e David Heilbroner. Nova York: American Experience, 2010.DVD (90 min).

DOMINGUES, Petrônio. Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas , n. 28, p. 345-374, jun. 2007a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/15.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2015.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, n. 23, p. 100-122, jul. 2007b. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2015.

DUTRA, Maria Rita Py. Movimento Social Negro. In: **Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. QUEVEDO, Julio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli (Orgs.). Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de Letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, 2002.

FIORI, Gecira Di. A Terceira Onda do Movimento Feminista. In: **Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. QUEVEDO, Julio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli (Orgs.). Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GARCIA, Gabriela Mesquita; SHULTZ, Leonardo. O Lampião da Esquina: Discussões de Gênero e Sexualidade no Brasil no Final da Década de 1970. In: **Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, 3., 2011, Londrina. Anais...Londrina, 2011, p. 1362-1375.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Estudos de Gênero: Cadernos de área, n. 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

GUIMARÃES, Antonio S. A. . **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEMETÉRIO, Heliana. **O jornal Lampião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980**. Porto Alegre - RS, 30 mai. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.

HOOKS, bell. (1995) Vivendo de Amor. In: WERNECK, Jurema et al.(Orgs.). **O livro da saúde das mulheres: nossos passos vem de longe**. Trad. Maísa Mendonça, Marilena Agostina, Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Pallas, p.188-198.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/>. Acesso em: 25 mai. 2015.

HANISCH, Carol. **The personal is political**. 1969. Disponível em: < <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalisPol.pdf> >. Acesso em: 28 mai. 2015.

KARPINSKI, Cezar; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **Memória e história oral**. Indaial, SC: Asselvi, 2010.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: Lampião Editora de livros, revistas e jornais; 1978 – 1981. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 05 mai. 2014.

LEI GRIÔ NACIONAL. **O que é Griô?** Disponível em: < <http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-gri/>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

LORDE, Audre. **There Is No Hierarchy of Opressions**. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.

MANCINI, Rose. **Do lado do Mappin, mesmo com chuva**. 10 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.umoutoolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, n.70, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 25 mai 2015.

MARTINHO, Miriam. **Dia do Orgulho Lésbico entrevista com Miriam Martinho: depoimento**. [19 de agosto de 2009]. Entrevista concedida ao site O homomento. Disponível em: <https://homomento.wordpress.com/2009/08/19/19-agosto-orgulho-lesbic/>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil**. [21 de agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **Dia da Visibilidade Lésbica: 18 anos de uma história mal contada e sem registro**. [28 de agosto de 2014]. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/08/dia-da-visibilidade-lesbica-18-anos-de.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **A questão político-partidária e o MHB ou MLGBT**. [04 nov. 2013]. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2013/11/a-questao-politico-partidaria-e-o-mhb.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **História LGBT: entrevista com Cassandra Rios, Irede Cardoso e Dulce Cardoso (fanzine ChanaComChana – 1986)**. [01 de maio de 2015]. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2015/05/historia-lgbt-entrevista-com-cassandra.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

MENESES, Soraya. **O jornal Lampião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980**. Belo Horizonte, Conservatório Mineiro de Música da UFMG - RS, 06 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.

MOASSAB, Andreia. **As mulheres, as brasileiras e as batalhas simbólicas**. (no prelo)

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jun. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 28 mai. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. O Negro Revoltado. In: NASCIMENTO, Abdias do (org. e apresentação). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

OLIVEIRA, Elismênnia A. **A descolonização da produção de conhecimento: militância e produção acadêmica.** In: IV Trabalho e Gênero: protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas, 2012, Goiânia. IV Trabalho e Gênero: protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas, 2012.

OLIVEIRA, Vanilda M. **Um Olhar Interseccional sobre Feminismos, Negritudes e Lesbianidades em Goiás.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura.** 8 ed. [S.l.]: Brasiliense, 1992.

PEREIRA, Neusa das Dores. **O jornal Lampião da Esquina e a militância lésbica negra nas décadas de 1970 e 1980.** Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Informação *Coisa de Mulher* – CEDOICOM, 17 set. 2014. Entrevista concedida a Ariana Mara da Silva.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PINAFI, Tânia. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: _____. **Retratos do Brasil Homossexual – Fronteiras, Subjetividades e Desejo.** Ed: EDUSP/Imprensa Oficial, p. 899 – 908, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p. 227-278, 2005.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

_____. As Amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, Florianópolis, 2010. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero.** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2015.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **Impressões de Identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil.** 2007. 121f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

ROCHA, Emerson Ferreira. Cor e Dor Moral: sobre o racismo na “ralé”. In: **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS; Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Regina Coeli Benedito dos. **Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.2, Florianópolis, maio/ago 2004.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do armário**. Lisboa: Angelus Novus, 2003.

SILVA, Anelise Fróes da. Lésbicas Negras Feministas: diálogos entre gênero, raça e sexualidade nos movimentos lésbico e feminista no sul do Brasil. In: Reunión de Antropología Del Mercosur, VIII, 2009, Buenos Aires. **Anais eletrônicos da VIII Reunión de Antopología Del Mercosur**. Disponível em: < <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/>>. Acesso em: 14 set. 2011.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR. **19 de agosto: dia das mulheres lésbicas no Brasil**. 09 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/19-de-agosto-dia-das-mulheres-lesbianas.html#.T-objwjqcVw.twitter>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **28 de junho: a revolta de Stonewall que lançou um movimento**. [2015]. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/06/28-de-junho-revolta-de-stonewall-que.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado (2008). In: **Tabula Rasa**. Bogotá, n.09, p.131-152, 2008.

WERNECK, Jurema. **Construindo a Equidade: estratégias para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras**. Rio de Janeiro: AMNB, 2007.

VIGOYA, Mara Viveros. **La Sexualización de La Raza y La Racialización de La Sexualidad en El Contexto Latinoamericano Actual**. Revista Latinoamericana de Estudios de la Familia, v. 1, pp. 63 – 81, enero - diciembre ,2009. rev.latinoam.estud.fam. Vol. 1, enero - diciembre, 2009. pp. 63 – 81.

ANEXOS

ANEXO A – ORGANIZAÇÕES LÉSBICAS NO BRASIL

Tabela 1- Cronologia das Organizações Lésbicas no Brasil – 1980 a 2000		
Organizações anos 1980	Organizações anos 1990	Organizações anos 2000
1979-1981 Grupo Lésbico Feminista (LF) – SP	Rede de Informação Um Outro Olhar	Movimento Lésbico de Campinas (SP)
1981-1988 Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF-SP)	Grupo Deusa Terra (SP)	Grupo de Mulheres Felipa de Souza (RJ)
Grupo Terra Maria Opção Lésbica (SP)	Grupo Afins (Santos, SP)	AMAM (SP)
Grupo Libertário Homossexual (BA)	Estação Mulher (SP)	Secretaria de Lésbicas da Associação da Parada GLBT de SP
Grupo Terceira Dimensão (RS)	Coletivo de Feministas Lésbicas (SP)	Lésbicas Gaúchas –Legau (RS)
Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas	Grupo Lésbico da Bahia	Athena (SE)
Rede de Informação Um Outro Olhar	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro	Umas e Outras (SP)
	Movimento D'Ellas (RJ)	
	Associação Lésbica de Minas	

Fonte: Rede de Informação Um Outro Olhar (MARTINHO, 2012)

Nota: Dados trabalhados pela autora

ANEXO B – PERIÓDICOS LÉSBICOS NO BRASIL

Tabela 2 – Cronologia dos Periódicos Lésbicos no Brasil – 1980 a 2000	
Periódicos anos 1980	Periódicos anos 1990/2000
Jornal Chanacomchana (1981). Edição 0 – Publicado pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF)	Boletim Um Outro Olhar do 12 ao 25, até 1995 pela Rede de Informação Um Outro Olhar
Boletim ChanacomChana (12 edições- 1982 a 1987) publicado pelo Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF)	Boletim Gem , publicado pelo grupo Estação Mulher
Boletim Iamaricumas (RJ) pelo grupo de mesmo nome	Boletim Deusa Terra publicado pelo grupo Deusa Terra
Boletim Amazonas publicado pelo Grupo Libertário Homossexual (BA)	Revista Femme , publicada pelo grupo Afins
Boletim Xerereca publicado por Rita Colaço e independentes (RJ)	Boletim Lesbertária publicado por lésbicas-feministas de São Paulo
Boletim Ponto G publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia	Boletim Ponto G publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia
Boletim Um Outro Olhar do 1 ao 12, até 1990 pela Rede de Informação Um Outro Olhar	Boletim Folhetim publicado pelo Movimento D'Ellas
	Boletim Ousar Viver (1995-2002) publicado pela Rede de Informação Um Outro Olhar, 17 edições.
	Revista Um Outro Olhar (1995-2002) publicada pela Rede de Informação Um Outro Olhar, 38 edições.

Fonte: Rede de Informação Um Outro Olhar (MARTINHO, 2012)

Nota: Dados trabalhados pela autora.

ANEXO C – OPERAÇÃO SAPATÃO

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da **Operação-Sapatão** do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do **gueto** das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 80. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do Cachação — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de meia-noite às três da manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Ai ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzeiros no bolso.

Ela não sabe direito quem recebia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais saía mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitasse tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa **operação**, o ambiente na rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no **gueto** desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não vai dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos **rondões** que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles **rondões**. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar Cachação, conhecida por **Polé**, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia maus elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante nos negócios, **Polé** inaugurou, no dia 11 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

